



Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- MESTRADO
PROFISSIONAL/FE

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

(SOBRE)VIVER: Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do programa, numa perspectiva de garantia de direitos

Brasília-DF

2023

**UNB- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- MESTRADO
PROFISSIONAL/FE**

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

(SOBRE)VIVER: Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do programa, numa perspectiva de garantia de direitos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Stricto Sensu - Mestrado Profissional (PPGE-MP) da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice.

Brasília-DF

2023

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

(SOBRE)VIVER: Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do programa, numa perspectiva de garantia de direitos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional (PPGE-MP) da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice

Brasília, 13 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice (UnB) - Orientadora

Professora Dra. Jacyara Silva de Paiva (UFES) - Examinadora Externa

Professor Dr. Sérgio Pereira dos Santos (UFMT) - Examinador Externo

Professora Dra. Vanessa Maria de Castro (UnB) Examinadora Interna (suplente)

DEDICATÓRIA

Para minha mãe (in memoriam), com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice pelas contribuições valiosas ao longo deste trabalho e pelo afeto e carinho demonstrados durante todo esse percurso.

Agradeço à professora Dra. Maria Auxiliadora Cesar, minha orientadora na pós-graduação EPPIJD, da qual fui aluna em 2019, e que me possibilitou adentrar no tema da juventude brasileira como estudiosa.

Agradeço a todos os colegas de curso pelos debates e conversas tão instigantes ao longo desta jornada, mesmo que à distância, através das telas dos computadores, em razão da pandemia que nos obrigou ao distanciamento justamente no período em que se deram as aulas do mestrado.

Agradeço a todos os professores das disciplinas cursadas neste mestrado profissional que contribuíram de maneira brilhante para a construção de novos conhecimentos agregados.

Agradeço às minhas colegas de trabalho do CRAS Ceilândia Norte-DF pela troca constante de experiências acerca do nosso serviço no âmbito da política pública de assistência social. Em especial, à minha amiga Ana Luíza Ribeiro Câmara, assistente social da SEDES, pela disponibilidade e generosidade em fazer a leitura crítica deste trabalho, bem como auxiliar nos aspectos relativos às padronizações necessárias referentes ao formato exigido pela ABNT.

Agradeço ao meu amor, Fabiano Vasconcelos Melo, pelo companheirismo, afeto e compreensão nos caminhos trilhados ao longo desta trajetória.

Agradeço às professoras Dras. Cynthia Bisinoto, Jacyara Silva de Paiva e Maria Aparecida Camarano por suas significativas contribuições, como acadêmicas e estudiosas dos desafios e perspectivas das juventudes na contemporaneidade, na banca de qualificação.

Agradeço principalmente aos/às ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania. Sem a escuta deles, a construção desta pesquisa não seria possível.

Agradeço, por fim, aos meus Deuses e Deusas, entidades e anjos protetores por me iluminarem em todos os momentos da minha vida.

Muito obrigada, Axé!

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a você, caro(a) leitor(a), essa dissertação intitulada “*(SOBRE)VIVER: Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros (as), ex-integrantes do programa, numa perspectiva de garantia de direitos.*”

Citando uma frase de Rubem Alves na qual ele diz que “*somos as coisas que moram dentro de nós*” e que “essas coisas” é metáfora relativa aos nossos valores, crenças, emoções, pensamentos e experiências que nos constituem, essa dissertação é um pouco de mim, pois é fruto das minhas experiências de vida enquanto filha, enquanto estudante e, enquanto profissional, atuando como professora da EJA e como Especialista em Assistência Social-pedagoga, da SEEDF e SEDES-DF respectivamente.

Exerço tais funções em áreas de bastante vulnerabilidade social do Distrito Federal, as Regiões Administrativas (RA 's), também conhecidas como cidades satélites, Ceilândia e Sol Nascente. Esta última, carrega, inclusive, o estigma de ser uma das maiores favelas do Brasil, perdendo somente para a Rocinha no Rio de Janeiro.

Sendo filha de mãe preta e pai branco, sou um retrato da miscigenação brasileira e, embora seja mais branca do que preta, o racismo, o preconceito e a discriminação racial me atravessaram desde pequena nas tantas vezes em que presenciei minha mãe sendo vítima desse mal, como navalha que corta a carne. Sendo um pouco ela, porque dela me fiz, sua dor foi a minha dor.

Mais tarde, já na faculdade de pedagogia da UNB, pude elaborar, racionalizar aquilo que outrora minha mãe sentia como dor, como ferida. Pude entender como o racismo à brasileira opera no sentido de categorizar as pessoas em hierarquia de cor. Desde então, meu modo de entender os aspectos sociais como desigualdade social, exclusão, questões de gênero, construção de identidades traz um recorte racial de tais questões.

Voltando ao meu lado profissional, percebo na prática o que dizem as estatísticas sociais: a vulnerabilidade e o risco social atingem, com muita mais voracidade, a população negra. É como diz a música “A carne” de nossa saudosa Elza Soares “*a carne mais barata do mercado é a carne negra*”.

É crucial destacar que o relato de um jovem negro, de 16 anos, participante do Programa Caminhos da Cidadania em 2020, ação da SEDES-DF voltada para adolescentes/jovens de 15 a 18 anos incompletos e objeto de estudo desta pesquisa, foi o *insight*, o disparo necessário para a construção desta dissertação. Este, ao se apresentar para o

grupo, disse o seu nome e em seguida verbalizou: “*profissão: desempregado*” (sic). Essa fala despertou a indagação: se esse adolescente estivesse inserido em um outro contexto, em uma outra realidade, com mais condições e meios de sobrevivência, sua fala seria a mesma? Talvez não. Por conseguinte, surgiu o desejo de compreender mais detalhadamente as trajetórias de vidas de jovens atravessadas por tantas injustiças e desigualdades.

No Brasil, infelizmente, jovens morrem todos os dias aos montes por morte violenta; milhares de mulheres criam seus filhos e filhas sozinhas, por terem sido abandonadas por homens doutrinados numa estrutura patriarcal e machista; o público LGBTQIAP+ é dizimado sem sequer ser passível de luto; milhares de crianças, adolescentes e jovens não conseguem permanecer na escola.

Sobretudo, todas essas pessoas com suas identidades forjadas no cruzamento de várias avenidas identitárias, para citar as palavras de Carla Akotirene, têm como traço comum o fato de serem, em sua esmagadora maioria, negras. Nesse sentido, interessa-me refletir e contribuir, como cidadã, como acadêmica e como profissional, para a superação desse quadro horrendo que ainda é a pintura de um Brasil que se pretende bonito, aprazível, mas que ainda é cruel e perverso com a sua população mais vulnerável, especialmente com a parte da população cujas raízes remontam ao passado de uma violência física e simbólica denominada escravidão.

Assim é que, ao estudar um programa social direcionado para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, atrai-me saber de que forma se dão suas trajetórias de vida após a participação no programa. Interessa-me compreender como vivenciam suas experiências de vida como atores sociais, que a despeito de serem sujeitos de garantia de direitos na letra da lei, vivenciam suas subjetividades em uma sociedade injusta e excludente.

Apesar dos pesares, essa mesma sociedade encontra pontos de resistência, como é próprio dos fios complexos que a tecem, que enfrentam os determinismos impostos oferecendo em contraponto, outras oportunidades, sobretudo, outras possibilidades naquilo que fala Paulo Freire, de que a vocação ontológica das pessoas é a de ser mais. Naquilo que fala hooks de que a consciência crítica traz capacidade para ser livre.

A perspectiva emancipatória da qual versa todo o sentido desse estudo é a de almejar, é a de vislumbrar, portanto, o dia em que um guarda chuva não será confundido com um fuzil por estar nas mãos de um jovem negro, é a de não existirem mais pessoas que se julguem superior a outra a ponto de lhe desferir chibatadas como se ainda estivéssemos nos tempos da escravidão, é almejar o que diz a canção de Ivan Lins:

*No novo tempo
Apesar dos castigos*

*De toda fadiga
De toda injustiça
Estamos na briga
Pra nos socorrer.*

A você, que chegou até aqui e vai continuar, boa e produtiva leitura.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivos (i) investigar os limites, avanços e desafios do Programa Caminhos da Cidadania para a promoção da cidadania, emancipação e autonomia dos (as) jovens negros (as) considerando o paradigma atual que os (as) concebe como sujeitos de direitos; (ii) compreender as formas de sobrevivência dos (as) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania e suas trajetórias de vida a partir de uma abordagem interseccional de classe, raça, gênero, geração e território sempre que possível. O estudo utilizou como referencial normativo a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional de Assistência Social/2004, o Estatuto da Juventude e documentos do programa em questão. O referencial teórico abordou conceitos relacionados à juventude, juventude negra, desigualdades, racismo e políticas públicas. A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando as técnicas de pesquisa Rodas de Conversa e Entrevistas Semiestruturadas Individuais remontando à perspectiva dialógica proposta por Freire (2017) e hooks (2017), além de Análise de Conteúdo (Franco, 2021) para examinar o material coletado na pesquisa de campo. Os resultados indicam que o Programa Caminhos da Cidadania teve influência positiva, proporcionando diálogos sobre diversidade, orientação profissional e projeto de vida. Quanto às garantias de direitos, o estudo revelou, apesar das disposições legais, que a efetivação desses direitos para os (as) jovens negros (as), participantes da pesquisa, ainda carece de consolidação na prática. Suas trajetórias, marcadas por desafios e vulnerabilidades, incluem obstáculos no tocante a trabalho e emprego, na educação formal, no acesso à saúde. A gravidez precoce também expõe adversidades financeiras e discriminação de classe, raça e gênero. Problemas complexos que demandam políticas públicas que sejam pensadas em seus aspectos multidimensionais e direcionadas para criar oportunidades que garantam uma vida digna e condizente com os direitos assegurados por lei, especialmente para a juventude negra e periférica.

Palavras-chave: Programa Caminhos da Cidadania. Juventude. Juventude negra. Políticas públicas. Garantias de direitos.

ABSTRACT

The present study aimed to (i) investigate the limits, advancements, and challenges of the "Caminhos da Cidadania" program in promoting citizenship, emancipation, and autonomy among young Black individuals, considering the current paradigm that recognizes them as subjects of rights; (ii) comprehend the survival strategies of young Black individuals, former participants in the "Caminhos da Cidadania" program, and their life trajectories using an intersectional approach that considers class, race, gender, generation, and territory whenever possible. The study referred to normative frameworks such as the 1988 Federal Constitution, the Organic Law of Social Assistance, the Statute of the Child and Adolescent, the National Social Assistance Policy of 2004, the Youth Statute, and documents related to the program. The theoretical framework addressed concepts related to youth, Black youth, inequalities, racism, and public policies. The qualitative methodology employed included the research techniques of "Rodas de Conversa" (Conversation Circles) and Individual Semi-structured Interviews, aligning with the dialogical perspective proposed by Freire (2017) and hooks (2017), along with Content Analysis (Franco, 2021) to examine the collected field research material. The results indicate that the "Caminhos da Cidadania" program had a positive influence, fostering dialogues on diversity, professional guidance, and life projects. Regarding rights guarantees, the study revealed that, despite legal provisions, the realization of these rights for the surveyed young Black individuals still lacks consolidation in practice. Their trajectories, marked by

challenges and vulnerabilities, include obstacles related to work and employment, formal education, and access to healthcare. Early pregnancy also exposes financial adversities and discrimination based on class, race, and gender. These complex issues call for public policies that are designed with a multidimensional perspective, aimed at creating opportunities to ensure a dignified life in line with the rights guaranteed by law, especially for Black and peripheral youth.

Keywords: Caminhos da Cidadania Program. Youth. Black youth. Public policies. Rights guarantees.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	16
1.1 OS FIOS CONDUTORES DA PESQUISA : CAMINHOS QUE A ANTECEDEM.....	16
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	24
1.2.1 Do paradigma da simplificação ao paradigma da ciência pós-moderna: alguns pressupostos históricos da abordagem qualitativa.....	25
1.2.2 Elementos etnográficos e fenomenológicos.....	30
1.2.3 A Roda de Conversa (RC) na pesquisa de campo: revisitando Freire em hooks.....	32
1.2.4 Método de Análise de Conteúdo.....	34
2 BASES NORMATIVAS DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA.....	37
2.1 LOAS, PNAS/2004 e SUAS.....	37
2.2 RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: BREVE ANÁLISE.....	44
2.3 O PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA: INTERFACES COM O ECA E O ESTATUTO DA JUVENTUDE.....	47
3 JUVENTUDE: CATEGORIA COMPLEXA, HETEROGÊNEA E MULTIFACETADA.....	56
3.1 JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	65
3.1.1 Racismo, preconceito e discriminação racial.....	69
3.1.2 Violência contra a juventude negra brasileira na atualidade.....	74
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ABORDAR PROBLEMAS COMPLEXOS.....	78
4.1 COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DA COMPLEXIDADE.....	81
4.2 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE COTAS E DO PJV.....	89
4.3 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO POR TRÁS DA INTERRUPÇÃO DO PJV EM 2015.....	98
4.4 O PLANO JUVENTUDE NEGRA VIVA (PJNV).....	105
5 OUTRAS JUVENTUDES: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS (AS) JOVENS NEGROS (AS), EX-INTEGRANTES DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA.....	107
5.1 A APLICAÇÃO DAS RC's E ESI's.....	107
5.2 DESCRIÇÃO DOS (AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	109
5.3 O MÉTODO DE AC NA ANÁLISE DO MATERIAL DE PESQUISA.....	111
5.4 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS DE PESQUISA.....	117
5.5 PROJETO DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTO LOCAL.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
ANEXOS.....	172

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é resultado de trajetória acadêmica como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional, da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UNB), área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Partindo do pressuposto de que a pergunta de pesquisa “*se processa a partir do mundo da necessidade*” (Sanchez-Gamboa, p. 69, 2014, itálico nosso), as perguntas norteadoras desta pesquisa surgem do contato profissional desta pesquisadora com o Programa Caminhos da Cidadania. Tais perguntas se conectam e assumem grau de importância equivalentes para o desenvolvimento deste estudo. São elas:

(1) Qual o papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros (as), ex-integrantes do programa, à luz das determinações legais quanto à garantia destes, como sujeitos de direitos?;

(2) Como se dão as trajetórias de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, a partir de marcadores sociais interseccionais de classe, raça, gênero, geração e território?

Os objetivos acionados a partir dessas indagações são:

- Investigar os limites, avanços e desafios do Programa Caminhos da Cidadania para a promoção da cidadania, emancipação e autonomia dos (as) jovens negros (as) considerando o paradigma atual que os (as) concebe como sujeitos de direitos.
- Compreender as formas de sobrevivência dos (as) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania e como se dão suas trajetórias de vida a partir de uma abordagem interseccional de classe, raça, gênero, geração e território, sempre que possível.

Para o alcance deste propósito, a pesquisa se organiza em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O capítulo 1, intitulado “*Os caminhos da pesquisa,*” delinea o percurso metodológico adotado e se desdobra em duas seções.

A seção 1.1, “*Os fios condutores da pesquisa : caminhos que a antecede,*” rememora algumas das experiências de vida pessoal, profissional e acadêmica desta pesquisadora como conexões primordiais para a construção do estudo.

A seção 1.2, “*Caminhos metodológicos,*” situa a pesquisa dentro da abordagem qualitativa. Como forma de aprofundar os pressupostos desta abordagem, a seção se destrincha em outras quatro subseções.

A subseção 1.2.1, “*Do paradigma da simplificação ao paradigma da ciência pós-moderna: alguns pressupostos históricos da abordagem qualitativa,*” resgata os pressupostos epistemológicos e científicos do paradigma emergente ou ciência pós-moderna, segundo Boaventura de Sousa Santos (1988), que se amparam em quatro fundamentos: i) todo o conhecimento científico-natural é científico social; ii) todo conhecimento é local e total; iii) todo conhecimento é autoconhecimento e; iv) todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

A subseção 1.2.2, intitulada “*Elementos etnográficos e fenomenológicos,*” traz alguns componentes de inspiração etnográfica e fenomenológica que fornecem pontos adicionais para a condução da pesquisa de campo. No que se refere à etnografia, a contribuição vem da ideia de alteridade, do encontro com o Outro numa relação dialética e de reciprocidade cognitiva (Eckert e Rocha, 2008). O aspecto relevante da fenomenologia diz respeito à ênfase na experiência de vida e nos processos intersubjetivos que influenciam as formas de estar (existir) no mundo (Garnica, 1997).

A subseção 1.2.3, “*A Roda de Conversa (RC) na pesquisa de campo: revisitando Freire em hooks,*” remonta à perspectiva dialógica, a presença que se reconhece no e com o outro, como ferramenta indispensável no desenvolvimento de uma consciência crítica de leitura da realidade (Freire, 2017; hooks, 2017). Assim, considera-se que a técnica de RC mostra-se adequada à realização da pesquisa de campo por possibilitar uma ressonância coletiva na medida em que se criam espaços de diálogo e de reflexão (Moura; Lima, 2014).

Esta seção também contempla a Entrevista Semiestruturada Individual (ESI) como adoção de estratégia alternativa à RC caso algum(a) participante de pesquisa seja impossibilitado(a) da participação na atividade coletiva.

A subseção 1.2.4, “*Método de Análise de Conteúdo*”, traz a justificativa por esta escolha tendo como referência a ideia de que esse método contém pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem (Franco, 2021).

O capítulo 2, “*Bases normativas do Programa Caminhos da Cidadania,*” divide-se em três seções.

A seção 2.1, “*LOAS, PNAS/2004 e SUAS,*” abrange o arcabouço normativo e documental da política de assistência social a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF-88), cujos artigos 203 e 204 estabelecem as bases para a política de assistência social no Brasil e instituem a assistência social para quem dela necessite, independente de contribuição à seguridade social.

Aborda, ademais, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) como dispositivos infraconstitucionais os quais ratificam a proteção social como direito do cidadão e dever do Estado, bem como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se perfaz na materialidade dessas leis.

A seção 2.2, “*Risco e vulnerabilidade social: breve análise,*” analisa esses conceitos como interligados. Parte da premissa salientada por Mendes (2018) de que a vulnerabilidade social não significa uma simples consequência da exposição aos riscos, mas sim o resultado de condições de desigualdade social que precedem a ocorrência desses processos, e que se relacionam com fatores como a pobreza, a idade, o sexo, a raça ou a classe social

A seção 2.3, intitulada “*O Programa Caminhos da Cidadania: interfaces com o ECA e o Estatuto da Juventude,*” o contextualiza no âmbito da política de assistência social do Distrito Federal desde sua criação, a partir da Lei nº 4.737/2011, até 2021, quando foi descontinuado. Informa, ademais, que o programa deverá ser substituído por outro, denominado Incentiva DF, de acordo com nova legislação vigente, Lei nº 7.008/2021.

No capítulo 3, “*Juventude: categoria complexa, heterogênea e multifacetada,*” há uma explanação acerca dos sentidos e significados do categoria juventude a partir de uma perspectiva histórico-cultural que a localiza num tempo histórico preciso e que é determinada por uma estrutura social enlevada por marcadores sociais de classe, raça, gênero, território, dentre outros.

À luz de autores como Bourdieu (1983), Velho (2006), Novaes (2006), Pais (2006), apreende-se que, dado seu o caráter complexo e heterogêneo, o termo juventude é melhor compreendido quando conjugado no plural, portanto, “juventudes”, pois só assim é possível falar das singularidades e experiências de vida subjetivas circunscritas à juventude.

Já a seção 3.1, intitulada “*Juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas considerações,*” visa analisar os aspectos concernentes à juventude negra; um cenário alarmante revelado pelos dados estatísticos relacionados a essa parcela da população que evidenciam as condições precárias de cidadania e sobrevivência em todas as esferas sociais em função de eixos de discriminação que, interseccionados, vulnerabilizam de forma mais acentuada esse segmento populacional.

Divide-se em outras duas subseções: 3.1.1 “*Racismo, preconceito e discriminação racial*”, que traz a conceituação desses termos à luz de autores como Almeida (2019), Theodoro (2014), Gomes (2005) e descreve como essas estruturas operam para humilhar e aniquilar corpos negros. Por conseguinte, na subseção 3.1.2, “*Violência contra a juventude negra na atualidade*”, retratam-se os dados estatísticos sobre a violência infligida de forma mais acentuada contra a população negra, em especial, a juventude negra masculina periférica que é o grupo populacional brasileiro com mais chances de morrer por morte violenta.

O capítulo 4, “*Políticas públicas para abordar problemas complexos*”, traz uma análise das políticas públicas para a juventude negra brasileira contextualizando-as a partir do início do século XXI com a ênfase recaindo sobre a Lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas e o Plano Juventude Viva (PJV) enquanto políticas destinadas a abordar questões complexas relacionadas à juventude negra. Divide-se em quatro seções

A seção 4.1, “*Compreendendo as políticas públicas à luz da complexidade*”, aprofunda a ideia de complexidade no enfoque sobre políticas públicas tendo como referências autores, tais como: Le Galès, Lascoumes (2012); Cruz *et al.* (2020); Canal, Brugué, Paya (2015); Muller (2018), dentre outros. Agrega-se, ademais, alguns outros conceitos/ferramentas analíticas, a saber: a transversalidade, a intersetorialidade e interseccionalidade que viabilizam os modos de se abordar os problemas públicos de forma mais sistêmica.

A seção 4.2, “*O processo de elaboração da Lei de Cotas e do PJV*”, faz uma análise dessas duas políticas públicas interligando alguns dos seus processos de formulação, implementação e avaliação à luz da perspectiva da complexidade nas políticas públicas.

Sem a pretensão de dar respostas prontas e acabadas para os desafios relacionados à construção de políticas públicas para a juventude, especialmente a juventude negra, o que se pretende é incitar um exercício reflexivo sobre como o processo de construção de políticas, imbuída de toda sua complexidade, pode ser decisivo para a efetividade ou falta de efetividade das políticas públicas e como as decisões dos atores políticos e governamentais revelam-se cruciais ao destino destas.

Na seção 4.3, “*O contexto socioeconômico e político por trás da interrupção do PJV em 2015*”, abre-se um parêntese para explicar a conjuntura política do Brasil na última década (2013 a 2023) e de como as políticas públicas concernentes à juventude foram negativamente impactadas a partir de 2016, após a destituição de Dilma Rousseff da presidência da república.

Na seção 4.4 “*O Plano Juventude Negra Viva*” cita-se o Plano Juventude Negra Viva (PJNV) como uma iniciativa do governo federal atual de resgate e aprimoramento do antigo PJV no combate à violência contra a juventude negra.

O capítulo 5, “*Outras juventudes: conhecendo a trajetória de vida dos (das) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania,*” descreve como se desenvolveu a pesquisa de campo por meio das técnicas de Roda de Conversa e de Entrevistas Semiestruturadas Individuais com os (as) ex-integrantes, participantes da pesquisa; como se deu a análise de conteúdo, bem como a discussão e interpretação dos achados de pesquisa. Traz também o projeto de intervenção em contexto local.

Todas essas etapas circunscritas, respectivamente, em quatro subseções: 5.1 A aplicação das RC's e ESI' s; 5.2 Descrição dos (as) participantes da pesquisa; 5.3 O método de AC na análise do material de pesquisa; 5.4 Discussão e interpretação dos achados de pesquisa; 5.5 Projeto de Intervenção.

Por fim, nas considerações finais, são apresentados os resultados de pesquisa, bem como as respostas às perguntas norteadoras deste estudo numa tentativa de contribuição para se pensar e construir políticas públicas, projetos, programas e ações para a juventude, especialmente para a juventude negra, numa perspectiva de garantias de direitos.

1 CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos.
(Sousa Santos, 1988).

Este capítulo visa descrever a metodologia proposta para o desenvolvimento deste estudo. Antes, porém, faz-se oportuno recapitular os fios condutores que lançaram luz e direcionaram a construção de tais questões e, como bem diz Sousa Santos (1988), estabeleceram um sentido de unidade pessoal e profissional a esta pesquisa.

1.1 OS FIOS CONDUTORES DA PESQUISA : CAMINHOS QUE A ANTECEDEM

O primeiro fio condutor, que enfatiza a opção de se compreender a trajetória dos(as) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania a partir de uma abordagem interseccional, liga-se à própria experiência de vida desta pesquisadora que, desde a mais tenra idade, se viu atravessada pelas desigualdades de classe e raça por ser filha de mãe preta, brasileira, de origem pobre e de pai branco, espanhol, também de origem pobre.

Dessa miscigenação, esta pesquisadora se fez presente no mundo e, por ter “saído” branca, aos olhos da sociedade, talvez tenha sido poupada diretamente dos efeitos deletérios do racismo, do preconceito e da discriminação racial. Indiretamente, entretanto, toda essa violência se fez presente, a começar pela própria família por parte de pai (toda ela europeia) ao subjugar, menosprezar, inferiorizar, rejeitar sua mãe cuja característica mais atingida negativamente era o fato de ser preta.

Ali, esta pesquisadora ainda não sabia, mas estava literalmente vivenciando aquilo a que mais tarde, já na Universidade (UNB), cursando Pedagogia, compreenderia como sendo um padrão etnocêntrico de conceber o mundo, cujos valores e cultura europeia emergem como modelo de civilização superior a ser seguido (Cavalleiro, 2005). Ressalta-se que o contato com a professora Eliane Cavalleiro e com seu livro intitulado “*Do silêncio do lar ao silêncio escolar*” foram fundamentais para a construção de tal entendimento.

Esta visão deturpada estabelece a dicotomia entre o que é ser civilizado e o que é ser primitivo, entre o que é ser desenvolvido e subdesenvolvido, entre espírito e corpo e, no limite, entre quem é considerado humano e respeitado como tal e quem (dentre os humanos) é considerado bicho, animal de carga, neste caso, grupos de etnias distintas da europeia (Bento, 2007, 2022; Souza, 2021; D'adesky, 2005; Gomes, 2005; Rossato e Gesser, 2001).

O etnocentrismo, cuja visão de mundo europeia é o imperativo dominante, finca raízes nas colonizações empreendidas por países anglo-europeus aos continentes Americano e Africano por volta do século XVI, período de grandes navegações e "descoberta" de lugares e civilizações até então desconhecidas, como no caso do Brasil, cujas caravelas portuguesas aqui aportaram por volta do ano de 1500. Rossato e Gesser (2001), apontam como a cor da pele, nesse contexto, se tornou um marcador de distinção e discriminação racial. O autores enfatizam que

historicamente falando, pode-se analisar que os primeiros anglo-europeus, ao colonizarem as Américas, não se identificavam como brancos. A noção de identidade era geográfica, linguística e culturalmente estabelecida. Eles se apresentavam como portugueses, alemães, italianos, poloneses, irlandeses, espanhóis ou ingleses. A identidade branca se fez notar diante da presença de pessoas com pele de cores distintas das com que estes grupos anglo-saxônicos haviam convivido até então.

Foi no desafio do encontro com o “outro” (então chamados índios ou escravos negros- nomenclaturas estabelecidas para justificar sua desumanidade, invisibilidade e coisificação), não incluído como membro social, que os colonizadores anglo-europeus perceberam a branquitude como representação de identidade e ponto de referência para legitimar a distinção e superioridade, assegurando assim sua posição de privilégio (Rossato; Gesser, 2001, p. 13).

A narrativa da suposta supremacia branca europeia sobre as demais culturas foi o pano de fundo que durante séculos habilitou o outro a ser ninguém (parafrazeando Mia Couto¹) e justificou um sistema escravocrata que, no Brasil, por exemplo, perdurou até o século XIX, tendo sido este o último país do mundo a abolir a escravidão.

Schwarcz (2019, p. 27-28, *itálico nosso*), ressalta que para além de um sistema econômico, este “*moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e da cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita.*”

Hierarquia que ecoa ainda hoje na sociedade brasileira, caracterizada por uma concentração abissal de renda em que apenas “*seis pessoas possuem riqueza equivalente ao*

¹ COUTO, M. **O fio das missangas**- 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%” (OXFAM, 2017, p. 6, itálico nosso).

A população brasileira autodeclarada preta ou parda (negra²) é de aproximadamente 56,1% da população (IBGE, 2022), sendo que a maioria deste contingente, mais de 70%, se concentra nos estratos mais pobres da sociedade (pobreza e extrema pobreza³). Só para se ter uma ideia, segundo o IBGE (2022):

11,0% dos pretos e pardos eram extremamente pobres em 2021 (contra 5,0% entre brancos) e 37,7% eram pobres (contra 18,6% de brancos). Entre as mulheres pretas ou pardas esses percentuais de pobres e extremamente pobres foram ainda maiores, chegando a, respectivamente, 11,6% e 39,0%. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos, também foi aquele que concentrou a maior incidência de pobreza: 29,2% dos moradores desses arranjos tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 e 69,5% inferior a US\$ 5,50.

Os referidos dados dão conta de que a pobreza no Brasil tem cor (Bento, 2007; Carneiro, 2011). É neste sentido que raça⁴ e classe não podem ser vistas desconectadas, pois constituem linhas estruturantes das relações sociais, raciais e econômicas deste país (Carneiro, 2011).

Pensar sobre as diversas desigualdades, não só de classe e raça, mas também de gênero, geração, dentre outras, que são determinantes para as assimetrias de oportunidades entre as pessoas é tarefa cotidiana do exercício profissional desta pesquisadora, sendo este, o segundo fio condutor acionado para pavimentar os caminhos deste estudo.

Ao atuar como professora de educação básica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e como Especialista em Assistência Social -pedagoga-, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES) em duas Regiões Administrativas⁵ (RA 's) periféricas do Distrito Federal: Ceilândia e

² Pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Santos (2002) *apud* Gomes (2005, itálico nosso), a justificativa para agregar pretos e pardos no grupo racial negro é que “*a diferença estatística entre esses dois grupos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum*” (p. 40).

³ Pobreza per capita: US\$5,5 PPC (paridade do poder de compra); extrema pobreza per capita: US\$1,90 PPC. Disponível em: Divulgação anual | IBGE. Acesso em 8 de dez. de 2022.

⁴ Construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico (Gomes, 2005, p. 48).

⁵ O DF possui, atualmente, 33 Regiões Administrativas, das quais a RA I é o Plano Piloto (Asas Sul e Norte, Noroeste e Demais localidades) e as outras 32 são também conhecidas como cidades satélites por terem sido

Sol Nascente/Pôr do Sol, reflete-se cotidianamente sobre como os mecanismos de desigualdade operam para a miséria de muitos em nome de privilégio de poucos.

Faz-se oportuno conhecer alguns dados estatísticos acerca dessas duas localidades do DF a fim de compreendê-las melhor e por se tratarem dos territórios de moradia dos(as) jovens, ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania que serão os sujeitos pesquisados neste estudo.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021 - Ceilândia, aponta que a população urbana de Ceilândia era de 350.347 pessoas em 2021, sendo esta, a RA IX, a mais populosa do DF. Segundo dados da mesma pesquisa, 59,8% da população se autodeclarou negra; 14,2% da população informou ter ensino superior completo; em relação ao rendimento domiciliar, 36,9% declarou renda familiar até 2 salários mínimos.

Sobre a RA XXXII- Sol Nascente/ Pôr do Sol, a PDAD 2021- Sol Nascente/ Pôr do Sol apontou seu desmembramento oficial da RA IX Ceilândia através da lei nº 6359/2019,⁶ informa que a sua população era de 93.217 pessoas em 2021. Ainda, segundo este estudo, 67,9% da população dessa RA se autodeclarou negra, apenas 6,7% informou possuir ensino superior completo e 60,8% da população declarou rendimento domiciliar de até 2 salários mínimos.

No tocante ao Sol Nascente/Pôr do Sol, reportagem veiculada pela Agência IBGE Notícias⁷, em outubro de 2022, a identifica como uma das maiores favelas do país ficando atrás somente da Rocinha, localizada no Rio de Janeiro. A reportagem a classifica também como um aglomerado subnormal: *“ocupações irregulares de terrenos de propriedade alheia, sejam públicos ou privados, para habitação urbana, com padrão urbanístico irregular e carência de serviços públicos”* (Agência IBGE Notícias, 2022, itálico nosso).

Destaca-se, ademais, outro dado interessante verificado pela PDAD 2021 e que se refere ao grau de insegurança alimentar da população do DF captado por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar⁸ (EBIA). Trata-se de uma escala psicométrica que mede, diretamente, *“a percepção de insegurança alimentar e fome em nível domiciliar, o que possibilita a estimativa de sua prevalência na população”* (Kepple; Segall-Corrêa, 2011, p. 195, itálico nosso).

construídas ao redor do Plano Piloto. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf - Acesso em 16 jan. 2023.

⁶ Lei nº 6.359 de 14 de agosto de 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo)- Cria a Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol - RA XXXII e dá outras providências. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/22b8194e32514c60b7bf2680adfb7d0/Lei_6359_14_08_2019.html - Acesso em 17 jan.2023.

⁷ Sol Nascente: Censo 2022 em uma das maiores favelas do país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35253-sol-nascente-censo-2022-em-uma-das-maiores-favelas-do-pais> - Acesso em 17 jan. de 2023.

⁸ Ver Anexo A.

De mais a mais, Kepple e Segall-Corrêa (2011), ressaltam que, a despeito da EBIA se configurar no espectro de um método quantitativo para a aferição de um fenômeno de natureza social, portanto, subjetivo, a confiabilidade dos resultados obtidos é alta por ser um instrumento cujos conteúdos e conceitos estão fortemente enraizados na experiência de vida com a insegurança alimentar (IA) ou fome.

Outrossim, sua associação a estudos de abordagem qualitativa podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional⁹ (SAN) como questão de saúde e cidadania.

A EBIA fornece dados para categorizar o grau de IA que pode ser de três dimensões, a saber: leve, moderada ou grave. A PDAD 2021 esclarece tais dimensões:

- Insegurança Alimentar leve: Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
- Insegurança Alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- Insegurança Alimentar grave: Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (CODEPLAN, 2022, p. 83-84).

A PDAD 2021 revelou que 38,4% dos domicílios da Ceilândia apresentaram algum grau de IA nos três meses anteriores à data da entrevista: 21,6% - insegurança leve, 7,2% - insegurança moderada, 9,5% - insegurança grave. No que concerne ao Sol Nascente/Pôr do Sol, esses dados foram ainda mais desalentadores, sendo que 49,8% dos domicílios apresentaram algum grau de IA leve, moderada e grave: 22,2%, 14,9% e 12,7%, respectivamente. Esse quadro revela o quanto a fome “bateu à porta” de um número considerável de famílias nestas duas RA 's em 2021. Constatação que coaduna com contextos mais abrangentes: o nacional e o mundial.

Com base no relatório “O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022” (*The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*) divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture*

⁹ O conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006, é: Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf> -. Acesso em: 18 jan. 2023.

Organization of the United Nations- FAO), 56,5 milhões de pessoas passaram fome, enquanto 268 milhões enfrentaram insegurança alimentar no mundo em 2021.

Diversos veículos de comunicação divulgaram o retorno do Brasil ao Mapa da Fome entre 2018 e 2021. Neste período, “*a quantidade de brasileiros que enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar ultrapassou a marca de 60 milhões de pessoas*”, segundo reportagem veiculada pelo Correio Braziliense em julho de 2022 (itálico nosso).¹⁰

Outro documento intitulado “II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)” produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), mostrou que, entre 2021 e 2022, mais da metade da população do país - 125,2 milhões de pessoas - conviveu com algum grau de IA e, desse quantitativo, 33,1 milhões estavam em IA grave.

E se a pobreza tem cor, a fome tem cor e gênero! É o que também demonstra o II VIGISAN ao constatar que, num recorte de raça, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas conviveram com restrição de alimentos em qualquer nível e, no tocante ao gênero, 64,1% dos lares chefiados por mulheres apresentaram algum tipo de IA ao passo que este percentual cai para 53,6% nos lares que tinham homens como responsáveis. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros (Rede Penssan, 2022).

A pandemia do coronavírus (Covid-19), decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2020, a qual ceifou quase 7 milhões de vida em todo o mundo¹¹ é sabidamente uma calamidade sanitária responsável pelo aumento da fome em nível planetário; isso porque seus efeitos extrapolaram o campo da saúde, atingindo também a área econômica, social, cultural e política em nível global.

A luta pela prevenção ao contágio impôs a necessidade de quarentena e distanciamento social, o que levou ao fechamento de escolas, comércios e qualquer outro local que pudesse gerar aglomeração. Como num efeito dominó, o desemprego aumentou e a renda da população sofreu um decréscimo.

No caso do Brasil, tal situação pôde ser observada principalmente entre as camadas mais vulneráveis. Ao considerar a intersecção de classe, raça, gênero e território¹², a população

¹⁰PATRIOLINO, Luana. De volta ao Mapa da Fome, Brasil tem 60 mi de pessoas com insegurança alimentar. **Correio Braziliense**, 07 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/07/5020611-pais-esta-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu.html> - Acesso em: 23 jan. 2023.

¹¹ Dado disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F02j71&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> - Acesso em: 23 jan.2023.

¹² O conceito de Interseccionalidade será abordado no Cap. 4 deste estudo.

pobre, negra, feminina e periférica foi a mais impactada negativamente (Estrela, *et al.*, 2020; Santos e Silva, 2022).

A má gestão pública da pandemia, encabeçada, pelo ex-presidente (graças a Deus) da República, Jair Messias Bolsonaro, e que se traduziu em negacionismo da gravidade do vírus, atraso na aquisição de vacinas, desestímulo às medidas de distanciamento social, instabilidade de programas sociais e de transferência de renda, dentre outras ingerências absurdas, ampliou o fosso social entre uma minoria privilegiada, detentora de riqueza, e uma maioria marcada por toda forma de desproteção (Montana; Augusto Melo da Silva; de Aguiar Melo, 2020; Pereira, 2021; Neri, 2022). O resultado: 696 mil mortes¹³ (a maioria, pessoas negras e pobres¹⁴), das quais, muitas evitáveis não fosse por esse (des)governo marcado pela pulsão de morte (Campos, 2020).

Fosso social que também se observa na realidade do DF. Quando se comparam os dados estatísticos da Ceilândia e do Sol Nascente/Pôr do Sol, territórios de moradia dos jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, aos de outras RA's mais abastadas como o Plano Piloto¹⁵, por exemplo, percebe-se o espelhamento das desigualdades socioeconômicas e raciais que afligem o Brasil como um todo.

Aqui coexistem dois universos diametralmente opostos, ou, como sinalizam Muguruza e Arana em documentário produzido em 2013¹⁶, o DF abriga tanto realidades sociais que se comparam aos Índices de Desenvolvimento Humano¹⁷ (IDH) de países desenvolvidos como a

¹³ Dado disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> . Acesso em: 24 jan. 2023.

¹⁴ Casos e óbitos da Covid-19: estudo confirma que pessoas negras, indígenas e pobres foram maiores vítimas da pandemia. Disponível em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/2022/05/10/casos-e-obitos-da-Covid-19-estudo-confirma-que-pessoas-negras-indigenas-e-pobres-foram-maiores-vitimas-da-pandemia/> -. Acesso em: 23 jan. 2023.

¹⁵ Levando-se em consideração os dados da PDAD 2021, o Plano Piloto possuía, em 2021, uma população urbana de 224.848 pessoas. 36,7% da população pesquisada se autodeclarou negra; 75,7% da população informou ter ensino superior e apenas 2,9% declarou rendimento domiciliar de até 2 salários mínimos.

¹⁶ NORUEGA e Congo no Centro do Brasil. Produzido por Camila Muguruza e Jhady Arana. Brasília: trabalho final do curso de Jornalismo UNICEUB, 2013. Disponível em: <http://www.unbfuturo.unb.br/vidioteca/83-documentario-noruega-e-congo-no-centro-do-brasil> -. Acesso em 16 jan. 2023.

¹⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. A aferição do IDH vai de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de renda, educação e saúde da população. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh> -. Acesso em: 18 jan. 2023.

Noruega quanto realidades que se assemelham ao IDH de países subdesenvolvidos, com alto registro de pobreza como o Congo.

É no contato profissional diário que as designações abstratas de percentuais estatísticos dessas desigualdades e injustiças se fazem concretas, personificadas em homens, mulheres, jovens, crianças, pessoas idosas, pessoas LGBTQIA+¹⁸, em sua esmagadora maioria, negras a quem lhes foi, e é negado cotidianamente, o direito ao acesso aos mínimos sociais para a sobrevivência. Pessoas vítimas de um racismo que transforma diversidade em desigualdade (Theodoro, 2014). Um contingente humano que experiencia a pobreza como produto de uma perversidade sistêmica geradora de desemprego, empregos informais precarizados¹⁹, fome, falta de saneamento básico, falta de acesso à educação e saúde gratuitas e de qualidade.

O trabalho cotidiano, neste contexto social injusto e perverso, engendra inquietações sobre a efetividade de políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis. Compreendendo as políticas públicas, à luz de Lascoumes e Le Galès (2012), como um programa de ação governamental que se molda, não só pela ação, mas também pela omissão, não só pelo o que fazer, mas também pelo não fazer, questiona-se:

(i) Em que medida essas políticas se propõem como transformadoras ou apenas paliativas das condições de vida da população?;

(ii) Quais são os “gargalos” que impedem ou dificultam que as políticas públicas sociais contribuam de forma efetiva para redução das desigualdades;

(iii) O quão ambígua é a figura do Estado ao preconizar várias garantias direitos, ao passo que também opera para o seu contrário: as violações dessas mesmas garantias?

Tais inquietações recaem sobre uma rede de representações complexas e subjetivas a qual aciona múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, diversos atores públicos, sociais e políticos numa relação ora dialógica, ora conflituosa de acordo com os interesses subjacentes, estes explícitos e/ou implícitos a depender da conjuntura (Lascoumes; Le Galès, 2012; Cruz, 2020).

Neste cenário, ao tentar compreender suas tramas e nuances, o exercício constante da *práxis*, entendida como um processo dialógico entre teoria e prática, torna-se primordial, uma

¹⁸ Acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e assexual com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/> Acesso em 15 jan. 2023.

¹⁹ Empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares (Perfil, 2012 *apud* IBGE, 2022). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf -. Acesso em: 18 jan. 2023.

vez que “*não se pode realizar prática criativa sem retorno constante à teoria, bem como não se pode fecundar a teoria sem confronto com a prática*” (Demo, 2006, p. 27, itálico nosso).

Partindo da ideia de *práxis* aciona-se o terceiro fio condutor da construção desta pesquisa que se refere a estudo anterior de título “*O Impacto Social do Programa Caminhos da Cidadania na Vida dos (as) adolescentes participantes: avanços e desafios,*”²⁰ Trabalho Final de Curso (TCC) da pós-graduação, *lato sensu*, Políticas Públicas para Infância Juventude e Diversidade (EPPIJD), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UNB) da qual esta pesquisadora foi aluna de janeiro de 2019 a julho de 2020.

Este estudo²¹ teve como objeto de discussão o Programa Caminhos da Cidadania, uma das ações para a adolescência/juventude definida na Política de Assistência Social do Distrito Federal que se desenvolveu nos Centros de Convivência (CECONS), conhecidos popularmente como COSES, vinculados diretamente aos CRAS e CREAS do DF no período de 2014 a 2021 e tinha como público-alvo, adolescentes/jovens de 15 a 18 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, a pesquisa que ora se apresenta é o resultado de experiências de vida, pessoais, profissionais e acadêmicas. Fios condutores que se interconectam para a produção de um saber que, antes de tudo, se pauta pela premissa da vocação ontológica e histórica de “*ser mais*” que todos os sujeitos carregam em si (Freire, 2017). Na seção a seguir adentra-se à escolha metodológica para a sua construção.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

...há horizontes não-empíricos que fazem parte da realidade. É fundamental que a ciência os capte, principalmente, é essencial que não reduza a realidade ao tamanho do que consegue captar (Demo, 2006, p. 20).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa combinando elementos de inspiração etnográfica e fenomenológica pois, parte-se do pressuposto de que as questões aqui

²⁰ BLANCO, Grazielle da Silva. O impacto social do Programa caminhos da cidadania na vida dos(as) adolescentes participantes: avanços e desafios. 2020. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26925>. Acesso em: 10 jan. 2023.

²¹ Os resultados obtidos, bem como as lacunas verificadas neste estudo serão pormenorizados no Cap. 2 desta pesquisa.

acionadas devem ser apreendidas e compreendidas não só por meio de elementos empíricos, mas também por meio dos elementos não-empíricos, subjetivos. Assim, recapitulam-se tanto as perguntas quanto seus objetivos propostos, respectivamente:

(1) Qual o papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros (as), ex-integrantes do programa, à luz das determinações legais quanto à garantia destes, como sujeitos de direitos?;

(2) Como se dão as trajetórias de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, a partir de marcadores sociais interseccionais de classe, raça, gênero, geração e território?

Objetivos:

- Investigar os limites, avanços e desafios do Programa Caminhos da Cidadania para a promoção da cidadania, emancipação e autonomia dos (as) jovens negros (as) considerando o paradigma atual que os (as) concebe como sujeitos de direitos.
- Compreender as formas de sobrevivência dos (as) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania e como se dão suas trajetórias de vida a partir de uma abordagem interseccional de classe, raça, gênero, geração e território, sempre que possível.

Assim, à luz de autores como Sousa Santos (1988), Morin (2007), Demo (2006), Creswell e Creswell (2021), Oliveira (2016), Garnica (1997), André (2008), França Filho (2014), Freire (2017), hooks (2017), Franco (2021), dentre outros, considera-se oportuno elucidar os apontamentos conceituais que justificam o uso da pesquisa qualitativa, bem como suas estratégias e técnicas: Roda de Conversa (RC); Entrevista Semiestruturada Individual (ESI); Método de Análise de Conteúdo (AC), como forma de produzir ciência.

1.2.1 Do paradigma da simplificação ao paradigma da ciência pós-moderna: alguns pressupostos históricos da abordagem qualitativa

A forma como as pessoas enxergam e interpretam o mundo, suas crenças e valores é resultado de processos sociais, políticos e históricos que estão sempre em constante modificação e conferem um caráter dinâmico à realidade que é historicamente produzida e reproduzida ao longo do tempo. Daí o sentido da ciência que “*vive do desafio imorredouro de*

descobrir realidade que, sempre de novo, ao mesmo tempo se descobre e se esconde” (Demo, 2006, p. 19, itálico nosso).

Foi com este propósito, de interpretar e reinterpretar, de descobrir e redescobrir a realidade, que se desencadearam os maiores progressos advindos do conhecimento científico, principalmente a partir do século XVII, era que inaugurou o paradigma da razão e que teve como base a filosofia e ciência positivista. René Descartes (1596-1650), sua principal referência, tentou descrever e lançar os pressupostos fundamentais deste tipo de ciência como condições primordiais para compreensão do mundo.

A ciência positivista se baseia a) nas evidências ancoradas numa lógica de raciocínio linear (dedutivo) para se chegar a conclusões confiáveis; b) modo cartesiano de conhecimento; c) pressupostos dicotômicos que antepõem material e imaterial, mente e corpo, sujeito e objeto (Sousa Santos, 1988; Demo, 2006; Morin, 2007; Boff, 2022).

Morin (2007) o denominou como paradigma da simplificação e Sousa Santos (1988), como paradigma dominante da modernidade, tendo como princípios norteadores a disjunção, a redução e a abstração. Apesar dos inegáveis avanços propiciados por esta maneira de fazer ciência, ela se mostrou insuficiente para explicar fenômenos de natureza social:

Tal conhecimento, necessariamente, baseava seu rigor e sua operacionalidade na medida e no cálculo; mas cada vez mais, a matematização e a formalização desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governaram as entidades quantificadas. Enfim, o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade (Morin, 2007, p. 12).

A incapacidade de compreender a complexidade das relações colocou em xeque esse paradigma simplificador, especialmente a partir do século XX, devido às descobertas na área científica. A teoria da relatividade de Einstein e a mecânica quântica de Heisenberg e Bohr relativizaram as leis de Newton, que eram consideradas intocáveis, na astrofísica e microfísica.

O teorema da incompletude e os teoremas de Gödel sobre a impossibilidade questionaram regras matemáticas aceitas, e a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem por meio de flutuações de Ilya Prigogine permitiram avanços em diversas áreas do conhecimento, como química, biologia e microfísica (Sousa Santos, 1988; Bertotti, 2014).

Sem querer detalhar os conceitos e pressupostos de tais teorias, pois isso não é o foco deste estudo, é importante dizer que elas deram ênfase a princípios secundarizados pela ciência até então: em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em

vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (Sousa Santos, 1988, p.10).

O desdobramento destas descobertas levou a um ponto de inflexão que instaurou, no século XX, um novo modelo científico o qual Sousa Santos (1988, p. 13, itálico nosso) denominou como paradigma emergente ou ciência pós-moderna; segundo este autor, se trata “antes de tudo do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”. Algumas das ideias basilares deste paradigma que emergiram das incompletudes de seu predecessor foram, segundo Sousa Santos, um contraponto às influências científicas existentes.

Eis alguns apontamentos fundamentais deste paradigma: 1) *todo o conhecimento científico-natural é científico social*. O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco se consideravam insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa (Sousa Santos, 1988).

O segundo ponto fundamental do paradigma emergente ou ciência pós-moderna refere-se ao pressuposto de que 2) “*todo conhecimento é local e total*”, ou seja, o conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica (Sousa Santos, 1988).

O autor também reconhece que “*os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objectividade do comportamento*” (Sousa Santos, 1988, p. 7, itálico nosso). Os aspectos subjetivos que conformam os fenômenos sociais e são por eles conformados numa relação dialógica, dialética e interativa é condição *sine qua non* para rechaçar a pretendida postura de neutralidade e distanciamento entre pesquisador e objeto. O que se tem agora é uma espécie de *continuum* entre sujeito e objeto, um passo que avança o conhecimento científico (Sousa Santos, 1988).

Boff também endossa essa ideia ao afirmar que a pretensa objetividade da ciência, livre de qualquer sentimento, é uma quimera. O cientista, enquanto trabalha e pesquisa, está inteiramente envolvido no processo, com os seus sentimentos, interesses subjacentes, com o seu coração (Boff, 2022).

Seguindo o mesmo entendimento e indo além na relação entre sujeito e objeto, ou entre pesquisador e objeto, Demo (2006), destaca que nas ciências sociais não há propriamente a noção e posição de objeto. Na pesquisa social, o relacionamento será entre dois sujeitos, que dialogam, indagam, comunicam criticamente seus pontos de vista e recebem criticamente os pontos de vista um do outro. Demo (2006, p. 33) evidencia, ademais, que

As ciências sociais não são apenas questão de conhecimento, mas igualmente questão histórico-social. Elas mesmas refletem condicionamento social e são no fundo também problema social. A noção de objeto construído adverte para este fato: ciência não é algo acima ou à margem da sociedade, mas componente da própria sociedade em que se faz. O cientista não é ente desencarnado, mesmo quando se traveste de neutro, mas animal político sempre. A ciência tem sempre a marca do seu construtor, que nela não só retrata a realidade, mas igualmente a molda do seu ponto de vista .

Assim Sousa Santos (1988), anuncia seu terceiro ponto basilar a respeito do novo paradigma científico, o de que 3) “*todo conhecimento é autoconhecimento*”, pois o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade.

O quarto pressuposto basilar de Sousa Santos (1988, itálico nosso) é o de que 4) “*todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum*”. O autor explicita que a ciência moderna foi construída contra o senso comum que o considerou superficial, ilusório e falso. “*A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo*” (Sousa Santos, 1988, p. 21, itálico nosso). Uma maneira sistêmica de entendimento dos fenômenos a partir de todas as suas formas de interação, além da valorização de diversos saberes e conhecimentos e não só aquele que se pretende científico.

Adentrando especificamente nos aspectos subjacentes à abordagem qualitativa, outros estudiosos, reforçam a natureza sistêmica de produção do conhecimento aventada por Sousa Santos (1988), Morin (2007) e Demo (2006). Para Oliveira (2016, p. 34), por exemplo,

O estudo da realidade cósmica deve ser feito através de um novo paradigma, o sistêmico. Ou seja, a visão fragmentada do cartesianismo cede lugar a uma visão mais ampla de múltiplas conexões, a partir das quais a visão de mundo deve ser analisada de forma integral percebendo-se a realidade empírica dentro de um conjunto, no qual as partes estão intrinsecamente imbricadas no todo.

Também André (2008), ao tratar das raízes históricas e fundamentos da abordagem qualitativa, defende uma visão holística dos fenômenos, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas e, em oposição a uma visão empiricista de ciência, busca a interpretação no lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador (André, 2008).

Faz-se oportuno destacar o conceito de pesquisa qualitativa para estudiosos que se debruçam sobre este assunto. Tomam-se como referência, Creswell e Creswell (2021), Oliveira (2016) e Garnica (1997).

Para Creswell e Creswell (2021, p. 746), a pesquisa qualitativa pode assim ser descrita:

A pesquisa qualitativa é uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve a emergência de perguntas e procedimentos, a coleta de dados geralmente no ambiente do participante, a análise indutiva desses dados iniciada nas particularidades e levada para temas gerais e as interpretações do pesquisador acerca do significado dos dados .

Oliveira (2016, p. 37), conceitua pesquisa qualitativa como sendo

um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análises de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

Para Garnica (1997, p. 111),

nas abordagens qualitativas, o termo pesquisa ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa "compreensão", por sua vez, não está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa.

Tomando-se como base essas três conceituações e trazendo-as para o escopo desta pesquisa, destaca-se que, na qualidade de investigadora/pesquisadora, o foco se volta para o

impacto do Programa Caminhos da Cidadania a partir dos relatos de experiências/trajetórias de vida dos ex-integrantes do programa.

Ao entender como estes compreendem os ensinamentos e valores repassados pelo Programa Caminhos da Cidadania, como os absorvem e os incorporam ao seu cotidiano, é possível ter uma visão mais abrangente e complexa do programa para além do que se recomenda em documentos normativos ou cadernos de orientações técnicas. Isso vai ao encontro da ideia fundamental da pesquisa qualitativa, que é a de aprender sobre o problema ou questão a partir dos participantes e manejar a pesquisa de modo a obter essas informações (Creswell e Creswell, 2021).

O manejo da pesquisa diz respeito ao como fazer, ou seja, às técnicas que serão empregadas, a partir do olhar investigativo, para coleta, análise e tratamento da informação e é o que se abordará nas próximas subseções.

1.2.2 Elementos etnográficos e fenomenológicos

Como salientam Creswell e Creswell (2021), o pesquisador não apenas seleciona um método de estudo - qualitativo, quantitativo ou misto -, mas também escolhe um tipo de estudo dentro dessas três possibilidades; os desenhos ou estratégias de investigação proporcionam uma direção específica e direcionam os procedimentos em um estudo. Neste trabalho, a abordagem escolhida é qualitativa, combinando elementos de inspiração etnográficas e fenomenológicas.

Ela vai ao encontro de elementos etnográficos ao considerar a etnografia como uma forma estudar o Outro como uma Alteridade, mas justamente para conhecer o Outro numa relação dialética que implica em uma sistemática reciprocidade cognitiva entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados(as) (Eckert; Rocha, 2008).

Também, esta pesquisa coaduna-se com a etnografia como abordagem de investigação científica ao se interessar pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio interacionais, através de uma análise holística e dialética da cultura e sociedade (Mattos; Castro, 2008).

Entende-se, ademais, que esse momento da pesquisa se aproxima da fenomenologia como conhecimento das essências que repõe as essências na existência, tratando-se, por isso mesmo, de um relato do espaço, do tempo e do mundo vividos. É preciso considerar os modos do homem ser no mundo, imbricados existencialmente nesse mesmo mundo e o pensamento que o investiga não pode desligar-se do solo originário da experiência sob pena de ser puro intelectualismo vazio (Merleau-Ponty, 1999 *apud* França Filho, 2014).

Como afirmado por Lima (2014), a fenomenologia é um discurso sobre aquilo que se mostra como é, caracterizando esta ciência como estando em contato direto com o sentido das coisas, dirigindo o conhecimento para o que há de essencial nelas.

Sobre a fenomenologia, Garnica (1997, p. 114) aponta que

A essência do que se procura nas manifestações do fenômeno nunca é totalmente apreendida, mas a trajetória da procura possibilita compreensões. Fenômenos nunca são compreendidos sem que sejam inicialmente interrogados: disponíveis na percepção, são questionados e, na perspectiva fenomenológica, qualquer forma de manifestação ou objetividade implica um relacionamento intersubjetivo. O questionamento põe-nos frente ao manifesto, em atitude de abertura ao que se mostra, na intenção de conhecer, própria da consciência. O fenômeno, assim, é sempre visto contextualizadamente.

Refletir sobre as questões fundamentais desta pesquisa, como fenômenos que devem ser compreendidos à luz da subjetividade dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, requer um exercício reflexivo em que a essência e a existência se interligam, estabelecendo uma correlação existencial com o mundo. Na fenomenologia, o ser é primordialmente afetividade, comunicação e compreensão, como mencionado por Garnica (1997).

Assim, tendo elementos fenomenológicos e etnográficos como referência, a pesquisa parte de dois pontos basilares a partir dos objetivos propostos: 1) a tentativa de se apreender como os(as) jovens negros(as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania interagem na e com a sociedade, na e com a cultura, bem como se a participação no programa os(as) municiou de mecanismos para vivenciarem suas cidadanias de forma mais digna, crítica e transformadora; 2) a tentativa de apreender suas formas de estar no mundo e como se reconhecem, subjetivamente e intersubjetivamente, enquanto sujeitos que se interrelacionam com o outro e com o mundo.

Para tanto, considera-se que a técnica de Roda de Conversa se apresenta como uma estratégia adequada para a realização da pesquisa de campo por ser um instrumento de produção de dados da pesquisa qualitativa, em que é possível haver uma ressonância coletiva, na medida em que se criam espaços de diálogo e de reflexão (Moura; Lima, 2014), além de favorecer a construção de uma prática dialógica que possibilita o exercício de pensar compartilhado (De Figueirêdo; De Queiroz, 2012).

1.2.3 A Roda de Conversa (RC) na pesquisa de campo: revisitando Freire em hooks

É preciso estar livre para mergulhar no lado da não-escrita, é preciso capturar a lógica da oralidade, é preciso escapar da racionalidade dos códigos da escrita enquanto sistema de pensamento. Esse é o desafio de desequilibrista - ter um pé em cada um dos mundos: o da escrita e o da oralidade...(Couto, 2011, p. 108)

Muito provavelmente a Roda de Conversa (RC) seja o modo mais antigo de interação humana que concebe o intercâmbio do ensinar e aprender, aprender e ensinar ao mesmo tempo. É só lembrar um pouco o passado e virá à tona vários momentos em que participamos de alguma roda de conversa, ou de brincadeira, ou de dança. A roda de gente faz parte da nossa ancestralidade, da nossa essência gregária e coletiva. E é tão genuína quanto simples e potente. Um modo de conexão que possibilita estar frente a frente, não com um, mas com vários (as) ao mesmo tempo. Possibilita o olho no olho e uma leitura profunda que vai além daquilo que é dito por palavras. Capta também a linguagem corporal que tanto fala quanto a linguagem verbal.

A RC enquanto método de estudo, método de pesquisa, mexe com a sala de aula ou com qualquer outro espaço físico onde esteja acontecendo, tanto no sentido simbólico quanto no literal, pois ao retirar cadeiras e mesas enfileiradas umas às outras, ao nos desenfileirar, produz-se nesse ambiente um ruído que interpela ao movimento; ao invés de ter a nuca do (a) pessoa que está à frente, como horizonte, como campo de visão; esse mesmo campo se abre, se amplifica quando sentamos em roda.

É impossível pensar em RC como recurso pedagógico, como método, e não recorrer às ideias de Paulo Freire. Em seus livros, Freire nos convida ao diálogo, à reflexão, à construção de uma consciência crítica, de contestação das desigualdades do mundo, através de uma ação cultural dialógica como prática da liberdade (Freire, 2017). Suas ideias de igualdade e de justiça social tendo o ato educativo como premissa básica dessa busca não se restringiram ao Brasil; suas palavras ganharam asas e se disseminaram pelo mundo através de pessoas e coletivos diversos que tiveram a oportunidade de refletir e partilhar de seus ideais.

É o caso da estadunidense bell hooks, feminista, negra, escritora e professora acadêmica. hooks não só revisitou Paulo Freire, como também teceu críticas as suas ideias que muitas das vezes ocultaram outras assimetrias como as desigualdade de raça e gênero as quais, tanto como a classe, reforçam sistemas de dominação. Porém, como bem enfatiza hooks (2017, p. 70)

O sexismo de Freire é indicado pela linguagem de suas primeiras obras, apesar de tantas coisas continuarem libertadoras. Não é preciso pedir desculpas pelo sexismo. O próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. Mas questionamento crítico não é o mesmo que rejeição.

Para hooks, Freire foi um dos pensadores que a fez pensar profundamente sobre a construção de uma identidade na resistência; a fez refletir sobre a educação como prática da liberdade em contraposição àquela que só trabalha para reforçar a dominação.

A obra de Freire, juntamente com o pensamento feminista, foram alguns dos fios que permitiram à hooks a construção da ideia de pedagogia radical, engajada. Pedagogia esta cuja essência está no pensamento crítico e questionador sobre as parcialidades que reforçam sistemas de dominação, tais como o racismo, o sexismo, a exploração de classe, o imperialismo.

Assim como na pedagogia libertadora de Freire, na pedagogia engajada de hooks, o instrumento didático mais poderoso é a fala, o diálogo, a presença que se reconhece no e com o outro, não no sentido de simplesmente partilhar uma informação, mas de participar do crescimento intelectual e espiritual uns dos outros. Para hooks (2017, p. 174),

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças.

Na pedagogia engajada de bell hooks, o intercâmbio dialógico se torna também o ato de partilhar narrativas pessoais, experiências próprias as quais são a base de um conhecimento do qual as pessoas podem falar. Por isso, a ênfase na voz é crucial na pedagogia engajada. Para hooks (2017, p. 199, *itálico nosso*), “*achar a própria voz não é somente o ato de contar as próprias experiências. É usar estrategicamente esse ato de contar- achar a própria voz para também poder falar livremente sobre outros assuntos*”.

Assim, esse trabalho cujo intuito é o de contribuir para uma reflexão acerca das políticas públicas para o segmento juvenil em situação de vulnerabilidade social, adota uma perspectiva emancipatória ancorada nas ideias de Freire (2017) e de hooks (2017) sobre a necessidade de encarar a realidade com consciência crítica, tornando-a palco de possibilidades de justiça social. Perspectiva esta que ganha robustez por meio do suporte conceitual (normativo e teórico) explanado ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 deste estudo.

Com esse intuito, na fase da pesquisa de campo, serão contatados (as) de 10 a 15 ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania dos Coletivos realizados no Cecon Ceilândia Norte-DF, entre 2019 e 2021, para realização de RC 's. Ademais, considera-se oportuno a adoção de estratégia alternativa à RC, caso algum sujeito contatado para a pesquisa esteja impossibilitado de participar desta atividade coletiva.

Assim, eventualmente, a Entrevista Semiestruturada Individual (ESI), poderá ser empregada com o objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do (a) entrevistado (a) em relação ao Programa Caminhos da Cidadania. As questões norteadoras das RC 's serão também a base das ESI' s.

Os dados obtidos nas RC 's e, eventualmente, nas ESI' s serão analisados com o auxílio do método de Análise de Conteúdo (AC) abordado na próxima subseção.

1.2.4 Método de Análise de Conteúdo

Na análise e interpretação das falas obtidas por meios das RC 's, e eventualmente, por meio de ESI's, será utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC) tendo como referência a ideia de que esse método contém pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem (Franco, 2021).

De acordo com Franco (2021), o ponto de partida da AC é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Mensagens que são construídas a partir da dinâmica/interação da atividade psíquica do sujeito, do objeto de conhecimento e das representações sociais acerca desse objeto. Para Franco (2021, p. 12),

Interação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem. Sendo constituídas por processos sociocognitivos, têm implicações na vida cotidiana, influenciando não apenas a comunicação e a expressão das mensagens, mas também os comportamentos.

As condições contextuais históricas, econômicas e socioculturais informam as bases da construção de significados e sentidos contidas na complexa dinâmica entre linguagem, pensamento e ação. Assim é que, para Franco (2021, p. 12)

O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu corpus de significação. Já o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das representações

sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Compreender o que significa uma mensagem, o que dela se pode inferir a partir do dito e do interdito, das entrelinhas, da leitura de mundo nela implícita remete ao poder da fala humana enquanto manifestação de inteligibilidade, de construção de subjetividades e intersubjetividades, ou seja, o todo das relações que experimentamos e que nos formam (Tiburi, 2021).

Nesse sentido, a AC aparece *“como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso [...] o que permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação à sua realidade e a interpretação que faz dos significados à sua volta”* (Silva; Gobbi; Simão, 2005, p. 74, itálico nosso).

A operacionalização da análise de conteúdo, segue algumas fases de direcionamento do trabalho. Tais fases que têm como pressuposto, a fundamentação teórica e as perspectivas adotadas ao longo da pesquisa, não precisam seguir padrões rígidos, mas devem incorporar alguns passos primordiais, quais sejam: (i) estar de posse dos dados conseguidos anteriormente; (ii) análise; (iii) interpretação e conclusão.

Bardin (1995 *apud* Silva; Gobbi; Simão, 2005), uma das principais referências da AC, propõe três fases principais para a análise: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise refere-se à construção de um esquema de trabalho preciso, com procedimentos definidos, porém maleáveis. A segunda fase refere-se à implementação deste esquema e a terceira, o pesquisador busca tornar significativos e válidos os resultados brutos obtidos.

Laville e Dionne (1999 *apud* Silva; Gobbi; Simão, 2005) especificam três outras fases essenciais no processo de análise de conteúdo, mas mantendo as premissas básicas destacadas por Bardin (2005). São elas:

- Recorte de Conteúdos: refere-se à decomposição dos relatos para posterior recomposição. Na decomposição buscam-se as significações do que foi dito com base na realidade vivenciada e no contexto social em que se dão esses relatos. Visa-se adentrar à ideias essenciais contidas no relato, constituindo unidades de análise.
- Definição das Categorias Analíticas: As unidades de análise são agrupadas por afinidades de sentidos que vão originar categorias analíticas. Este processo pode

ser um modelo aberto, onde as categorias não são fixas inicialmente; modelo fechado, com categorias decididas previamente com base teórica; ou modelo misto, combinando ambas as abordagens.

- **Categorização Final das Unidades de Análise:** Refere-se a uma análise de reconsideração da alocação dos conteúdos e sua categorização, utilizando um processo iterativo característico do modelo circular de pesquisa qualitativa. Isso possibilita uma análise mais profunda dos recortes com base em critérios discutidos e incorporados ao longo do processo.

Essas três fases propostas por Laville e Dionne (1999 *apud* Silva; Gobbi; Simão, 2005) serão empregadas nesta pesquisa a partir das informações coletadas nas RC 's.

O capítulo 5 oferecerá detalhes sobre a condução das RC 's, ESI' s (se houver) e da AC enquanto métodos de pesquisas. Antes, delineiam-se os capítulos subsequentes: 2, 3 e 4, como corpo teórico deste trabalho.

2 BASES NORMATIVAS DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA

A promulgação da Constituição da República Federal de 1988 (CF/88) é um marco fundamental da abertura democrática brasileira após anos de ditadura militar (1964-1985). Neste sentido, a Assistência Social, tida em outros momentos como filantrópica e assistencialista, passa a ser concebida como política pública de Estado e preconiza direitos de cidadania a todos os sujeitos que dela necessitem.

A primeira seção do presente capítulo traz um compilado das legislações atuais referentes à política de assistência social e que tem na CF/88 o seu ponto de partida.

2.1 LOAS, PNAS/2004 e SUAS

Os artigos 203 e 204, preconizados na CF/88, estabelecem as bases para a política de assistência social no Brasil e a incubem para quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, sem discriminação de qualquer natureza.

Tais preceitos tem como objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, à proteção ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, bem como a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988).

A regulamentação dos artigos supracitados se dá por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. Em seu artigo 1º, a LOAS expressa: “*a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas*” (itálico nosso).

A LOAS reafirma os objetivos protetivos do artigo 203 da CF/88, bem como as diretrizes enunciadas no artigo 204 a respeito da descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social

em cada esfera de governo. Ademais, prevê em seu artigo 6º, a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como responsável pela gestão das ações da área de assistência social nas três esferas governamentais: federal, estadual, municipal e, no Distrito Federal (Brasil, 1993).

Ressalta-se no entanto que, após decorridos mais de 10 anos de sanção da LOAS é que o SUAS será instituído por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), no contexto político do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) como Presidente do Brasil (2003-2006). Governo marcado pelo esforço de inclusão social de segmentos populacionais historicamente excluídos, através do aprimoramento de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, criados no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, e que foram unificados no Bolsa Família; valorização do salário mínimo; democratização no acesso ao ensino superior; expansão de crédito para a população de baixa renda.

Foram esforços significativos, muito embora não tenham sido tão eficazes e combativos no tocante aos desafios estruturais históricos brasileiros como a extrema desigualdade social e a concentração de renda a esta subjacente, em que poucos ricos são muito ricos e muitos pobres são muitos pobres²².

No arcabouço normativo concernente à política de assistência social, que tem na redemocratização brasileira o seu ponto de partida, a PNAS/2004 se consubstancia como mais um instrumento normativo que ratifica a assistência social como política social, direito do cidadão e dever do Estado, enquanto o SUAS expressa sua materialidade.

O SUAS, implantado em 2005, é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e co-financiamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. No SUAS, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades.

A PNAS/2004 tem por princípio afiançar as seguranças de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar e estabelece que a Política Pública de Assistência Social se configura numa perspectiva socioterritorial e intersetorial, de forma integrada às outras políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais. Sob essa perspectiva, objetiva:

²² Essa questão será aprofundada no capítulo 4 desta pesquisa.

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2005, p. 33).

O enfoque socioterritorial na política pública de assistência social representa avanços em sua condução, pois permite um olhar mais específico na compreensão das carências e formas de resistência da população no espaço onde ocupam, bem como suas potencialidades e fragilidades. Já a articulação intersetorial tenta romper com a visão fragmentada e com a falta de diálogo das políticas públicas que operam no território (Couto, 2009). Engendra, portanto, um trabalho em rede, não como uma junção de entidades presentes no território, mas como uma

pulsção conjunta das respostas articuladas para enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. É a constituição de uma estrutura orgânica, viva que articula o conjunto de respostas, com eficiência e eficácia, em torno dos problemas daquele território (Couto, 2009, p. 215).

Nesse sentido, as unidades públicas estatais, de base territorial, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), assumem um importante papel, pois seus trabalhos devem se centrar não só no acolhimento dos usuários e de suas demandas, mas como indutores da rede no território onde estejam instalados (Couto, 2009).

Atuando complementarmente aos serviços de CRAS e CREAS, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) assumem relevante função ao atuarem na prevenção de riscos sociais e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV se configura como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de

alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2009, p. 9).

Para a política de assistência social, o SCFV, representa um importante instrumento para afiançar uma de suas seguranças: a de convivência familiar e comunitária, pois seu caráter preventivo e proativo atua contra o risco de isolamento em suas expressões de ruptura de vínculos, desfiliação, solidão, apartação, abandono (Sposati, 2009).

No DF, os SCFV de execução direta do governo, têm suas ações operacionalizadas nos Centros de Convivência CECONS, conhecidos popularmente como COSES. Nos CECONS se desenvolvem atividades para todas as faixas etárias, a partir dos 6 anos. Tais atividades englobam temas como cidadania, meio ambiente, dinamização, esporte e lazer, artesanato, dentre outros, e são supervisionadas por educadores sociais, todos com formação superior e selecionados por meio de concurso público.

O público-alvo para a participação dos CECONS é de crianças, adolescentes, adultos e idosos, geralmente, em condição de vulnerabilidade social, que vivenciam ou vivenciaram situações de violência, negligência, isolamento social ou outras situações de violações de direitos. São provenientes de famílias acompanhadas pelos CRAS ou CREAS devido a estas contingências descritas, mas também podem vir encaminhados por órgãos da rede socioassistencial, como Conselhos Tutelares ou do Sistema de Justiça por exemplo, fato que expressa uma das perspectivas da política de assistência social que é o trabalho em rede.

Dessa forma, os CRAS, CREAS e SCFV, juntamente com outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil, compõem o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), dispositivo previsto na CF/88 e posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o qual tem por objetivo promover e proteger os direitos e a dignidade de crianças e adolescentes²³.

A interface entre os equipamentos de proteção social e outros equipamentos públicos e entidades que atuam para o cumprimento das normas e preceitos contidos no ECA, se dá a partir da matricialidade sociofamiliar, um dos eixos do SUAS, cuja ênfase recai sobre a família em seu contexto sociocultural e em sua integralidade. Desse modo,

[A matricialidade sociofamiliar assume uma] centralidade primordial como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da

²³ O ECA define as crianças como pessoas com até 12 anos incompletos e os adolescentes como aqueles entre 12 e 18 anos.

família²⁴ na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2005, p. 41).

Verifica-se que as legislações concernentes à política de assistência social no Brasil, a partir de sua redemocratização, em 1988, representam um ponto de inflexão no tocante a concepções anteriores que a concebiam como prática assistencialista, de caridade e esmola, aos segmentos menos favorecidos da população. A CF/88, dispositivo jurídico mais importante do Brasil, também conhecida como Constituição Cidadã²⁵, passa a reconhecê-la como direito social universal com ênfase na proteção social como direito humano, bem como a primazia do Estado em garanti-la aos cidadãos e cidadãs.

Não obstante às garantias de direito preconizadas na CF/88, e posteriormente ratificadas em outros dispositivos jurídicos infraconstitucionais, a implementação, execução e consolidação desses direitos na sociedade brasileira enfrenta inúmeros desafios devido a conflitos de interesses entre diferentes segmentos da sociedade nos diversos âmbitos que a compõe: político, econômico, social, os quais tendem a enxergar alguns fatos sociais com vieses distintos.

À luz de Lascoumes e Le Galès (2012), por fato social, compreendem-se as constatações baseadas tanto em situações subjetivamente vividas como empiricamente confirmadas e que estão diretamente relacionados às percepções da realidade social; tais percepções dos fatos podem entendê-lo como relevante ou irrelevante, naturalizado ou problematizado a depender da visão de mundo adotada.

Nesse sentido, embora as desigualdades sociais no Brasil sejam reconhecidas pela CF/88 como um problema a ser enfrentado através da promoção da garantia de direitos fundamentais, muitos segmentos tendem a naturalizá-las ou até mesmo legitimá-las em prol de manutenção de privilégios sociais. A implementação e execução de ações para a garantia de proteção social e redução das desigualdades sofre influências do cenário político e econômico

²⁴ Segundo a PNAS/ 2004, é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (Brasil, 2005, p. 41).

²⁵ Devido à participação massiva de diversos setores da sociedade civil, incluindo movimentos sociais, entidades empresariais, organizações religiosas, sindicatos, dentre outros, em sua elaboração.

preponderante, sendo muitas vezes limitada e aquém do apregoado a depender das ideologias dominantes neste cenário.

Quando se contextualiza essa problemática no bojo de uma sociedade atrelada fortemente aos ideais capitalistas e neoliberais que opera no sentido do individualismo, no impulsionamento da flexibilização e precarização das relações de trabalho, relativiza os mecanismos de proteção social e, principalmente, naturaliza as desigualdades sociais e a concentração de renda na mãos de poucas pessoas, problemas sociais concernentes à coletividade tendem a ser secundarizados ou até mesmo invisibilizados já que a ótica neoliberal é ela toda individualista.

Isso se verifica no âmbito da política de assistência social que, a despeito de seus objetivos precípuos de contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e de grupos específicos, na prática, ainda luta para se consolidar como política pública eficaz, pois enfrenta empecilhos tais como, a desvalorização do trabalho realizado, a visão predominante de que a pobreza é uma questão individual e não estrutural, falta de recursos públicos para investimentos em serviços de qualidade para a população, sucateamento dos equipamentos públicos, dentre outros. Como salienta Sposati (2009, p. 15):

No campo da assistência social, portanto, a CF/88 foi amplamente inovadora. Todavia o que os constituintes aprovaram foi mais um vir a ser, mais uma intuição para o futuro do que uma racionalidade da então – e até mesmo da atual – oferta da assistência social[...] Sua aplicação real é o que vai lhe dar a forma para além do conceito.

Uma outra reflexão que se faz no tocante aos documentos normativos da política de assistência social, refere-se à omissão de uma análise crítica do quesito raça enquanto marca identitária que é ponto fulcral da desigualdade social no Brasil.

Em algumas acepções que tangenciam a questão racial, mas não a aprofunda, a PNAS/2004 cita, por exemplo, *“barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias [...] no campo do convívio humano”*(Brasil, 2005, p. 32, itálico nosso). Ou então preconiza, como um de seus princípios, a *“Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”*(Brasil, 2005, p. 32, itálico nosso).

Menções estas que passam ao largo de problematizar o racismo estrutural brasileiro que opera para discriminar e segregar pessoas negras.

O público usuário da política de assistência social é majoritariamente negro, uma vez que se trata de pessoas majoritariamente pobres, com escassos ou nulo acesso à segurança de rendimento, que se espalha para outras inseguranças, vulnerabilidades e, conseqüentemente, agrava a exposição a riscos sociais. Se a pobreza no Brasil tem cor, o público da assistência social também tem.

Argumenta-se, nesse sentido, que há uma lacuna de discussão nos documentos normativos de proteção social, no tocante aos impactos do racismo e da discriminação racial na configuração das desigualdades e exclusões sociais no Brasil, por sua perspectiva universalista.

Tal constatação remete ao debate focalização *versus* universalização nas políticas sociais. A grosso modo, uma pode ser vista como de abordagem mais estratégica e direcionada às necessidades específicas de grupos vulneráveis ou marginalizados, a outra de caráter mais genérico, cujas ações propostas devem ser disponibilizadas para todos, independente de outros fatores.

Ao tecer uma crítica acerca das políticas universalistas *versus* políticas focalistas, Carneiro (2011, p. 99) argumenta que:

O debate universalização ou focalização se constitui um embuste se não admitirmos que historicamente as políticas universalistas não vêm realizando a sua concepção ideal de romper com a graduação de direitos. Para que elas possam corresponder a essa concepção ideal, é mister o reconhecimento dos fatores que vêm determinando a reprodução das desigualdades que elas vêm eternizando e tomar a focalização como um instrumento de correção desses desvios históricos e não como alternativa de política social.

Não se trata, portanto, de optar por uma em detrimento de outra, mas de conjugá-las numa abordagem integrada que considere as necessidades específicas de cada grupo populacional, no caso a população negra, ao mesmo tempo que busque ampliar o acesso aos serviços e benefícios para a população em geral com vistas a diminuir o fosso das desigualdades de classe e raça, atenuar riscos e vulnerabilidades sociais e, conseqüentemente, ampliar a autonomia e emancipação dos sujeitos.

Como os termos risco e vulnerabilidade social perpassam todo este estudo, faz-se *mister* adentrar, mesmo que de forma sintética, em suas concepções e interconexões.

2.2 RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: BREVE ANÁLISE

Autores que estudam o conceito de vulnerabilidade social (Janczura, 2012; Monteiro, 2011; Abramovay, *et al.*, 2002; Carmo e Guizardi, 2018; Mendes, 2018), são enfáticos em afirmar que não há um conceito claro e definitivo a esse respeito.

Janczura (2012), atenta para o fato de que conceitos como risco e vulnerabilidade são empregados em diversas áreas do conhecimento e sofrem variações de acordo com o contexto empregado, não sendo o mesmo nas áreas das ciências biológicas ou de humanas, por exemplo. Segundo a autora, *“a palavra vulnerável origina-se do verbo latim vulnerare, que significa ferir, penetrar. Por essas razões etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse”* (Janczura, 2012, p. 302, *itálico nosso*).

Fazendo uma revisão bibliográfica das contribuições já existentes na área social para o conceito de vulnerabilidade, Carneiro e Veiga (2004, *apud* Janczura, 2012, p. 304, *itálico nosso*) definem vulnerabilidade como *“exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam”*.

Já Abramovay *et al.* (2002, p. 29), definem dessa forma o conceito de vulnerabilidade social:

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

Quando se alude ao termo vulnerabilidade social no âmbito da assistência social, tende-se a atribuí-lo como sinônimo de pobreza material, ausência ou insuficiência de renda, no entanto, como destacam Carmo e Guizardi (2018, p. 10, *itálico nosso*), trata-se *“de um conceito que representa as múltiplas determinações que incidem sobre os contextos de cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a direitos”*, sendo a pobreza material, um dos fenômenos sociais, mas não o único, dentre os vários que adentram o espectro de processos excludentes e subalternizantes.

Nesse sentido, a vulnerabilidade, segundo Carmo e Guizardi (2018), pode ser entendida como uma categoria que equaciona mais amplamente a problemática, admitindo condutas

intersetoriais entre as políticas públicas. Verifica-se esse mesmo entendimento nos documentos normativos da política de assistência social, pois, de acordo com o documento Orientações Técnicas sobre o PAIF-volume 1:

A PNAS/2004 não traz explicitamente o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidade podem decorrer: da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado (Brasil, 2012, p. 12).

O mesmo documento traz os seguintes apontamentos sobre o conceito de vulnerabilidade social:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias;
- b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco (Brasil, 2012, p.14-15).

Acerca da conexão entre risco e vulnerabilidade social, Janczura (2012), afirma que os conceitos não são os mesmos, embora, muitas vezes, haja uma confusão entre as duas concepções. Para a autora, *“a noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva”* (Janczura, 2012, p. 306, itálico nosso).

Beck (1992 *apud* Mendes, 2018, p. 465), ao refletir sobre a categoria risco, destaca que

os riscos, tal como a riqueza, são objeto de distribuições. Ambos estão na origem de posições sociais específicas, definidas como posições de risco e como posições de classe. A diferença é que nos riscos estamos perante a distribuição de "males", não de bens materiais, de educação ou de propriedade.

Dando prosseguimento às considerações sobre esta categoria, Mendes (2018 *apud* Curran, 2017) ressalta que se torna necessário se ater às raízes sociais do risco, já que as pessoas com condições socioeconômicas mais favoráveis estão menos expostas à riscos e vice-versa.

Dessa maneira, a vulnerabilidade social não é uma simples consequência de exposição a perigos, mas sim o resultado de condições de desigualdade social que antecedem a ocorrência desses processos. Níveis de desenvolvimento econômico, acesso a recursos, modos de vida e meios de subsistência, são alguns dos componentes que evidenciam o grau de vulnerabilidade e risco social das populações (Mendes, 2018).

Dialogando com o entendimento de que as desigualdades sociais operam no sentido de agravar as vulnerabilidades e, conseqüentemente, a exposição aos riscos sociais, Sposati (2009, p. 32) salienta que

É preciso destacar que, embora riscos e contingências sociais afetem, ou possam afetar todos os cidadãos, as condições que caracterizam o padrão de vulnerabilidade social para enfrentá-los e superá-los são diferenciadas entre esses cidadãos, por decorrência da sua condição de vida e da ocorrência da cidadania precária, que lhes retira condições de enfrentamento a tais riscos com seus próprios recursos. Assim as sequelas da vivência desses riscos e as vulnerabilidades em enfrentá-los e superá-los podem ser mais ampliadas para uns do que para outros..

Souza, Lopes de Oliveira e Rodrigues (2014), destacam que, para além da vulnerabilidade material, existe também um tipo de vulnerabilidade relacional que diz respeito a características socioculturais desvalorizadas, que sofrem preconceito, discriminação e que geram desigualdades. As autoras citam alguns tipos de vulnerabilidades relacionais: preconceitos e as discriminações, o abandono, a apartação, o confinamento, o isolamento e as violências.

Sobre as condições de risco e vulnerabilidade social de adolescentes e jovens, Abramovay *et al.* (2002), afirmam que níveis de escolaridade baixos, oferta de uma educação formal deficitária, falta de acesso a lazer, cultura, e a outras políticas públicas, como programas de saúde e/ou programas sociais adequados, aumentam a exposição a riscos sociais e conseqüentemente à violência.

Portanto, melhorar o acesso desses jovens a serviços mais qualificados e que contribuam para a sua emancipação, são medidas que certamente auxiliarão para ampliar a cidadania, além de prevenir possíveis situações de vulnerabilidade e risco social.

A seção a seguir tem por finalidade apresentar os aspectos normativos e descritivos do Programa Caminhos da Cidadania, objeto de estudo desta pesquisa, ação da SEDES que integra as políticas públicas voltadas para adolescentes-jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no DF.

2.3 O PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA: INTERFACES COM O ECA E O ESTATUTO DA JUVENTUDE

Em se tratando de políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude, as problematizações acionadas tentam responder a alguns questionamentos: (i) Quem é o público-alvo desta política para além de suas designações genéricas?; (ii) Quem são os atores mobilizados à construção destas políticas?; (iii) Seus objetivos estão alinhados a que projeto de sociedade, ao de uma sociedade capitalista neoliberal, desigual, excludente, violenta e que precariza cada vez mais o conceito de cidadania ou ao de uma sociedade que queira romper com esses mecanismos, tornando-se mais justa e emancipatória?

Desde a abertura democrática do Brasil, a partir de 1985, e que culminou na Constituição Federal de 1988, a proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem é condição precípua que se consolida em um arcabouço normativo, robusto no que tange à condição destes segmentos populacionais como sujeitos de garantia de direitos. O artigo 227²⁶ da Constituição Federal diz:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Tal artigo representa o ponto fulcral de Leis, Estatutos e Conselhos subsequentes, tais como: a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do

²⁶ Um ponto central de inflexão para o reconhecimento da juventude como população específica e com direitos a serem garantidos foi a Emenda Constitucional 65 de 13 de julho de 2010, que “Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica seu art. 227”, estreado no ordenamento jurídico em âmbito constitucional a preocupação com a juventude, até então ausente da carta magna (Castro, Macedo, 2019, p. 1226).

Adolescente (SGDCA) e, mais recentemente, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013- Estatuto da Juventude, que “*institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE*” (grifo nosso). Todos esses dispositivos ratificam a proteção integral e a garantia de direitos à criança, ao adolescente e ao (à) jovem. O artigo 3º do ECA salienta:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA procura ser o ponto de inflexão do paradigma punitivo e repressivo subjacente, ao longo da história, à criança e ao adolescente no Brasil²⁷ (Del Priore, 2010; Rizzini, 2009; Faleiros, 2009) ao tentar substituí-lo por um outro, de caráter educativo, pedagógico e de reintegração.

Em consonância com o ECA, o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, é resultado de esforços e reivindicações históricas dos movimentos juvenis, do campo e das políticas públicas de Juventude e se configura como um marco normativo que representa avanços para o segmento juvenil.

Isso se dá pela possibilidade de incorporação das políticas de juventude como política de estado, para além da transitoriedade e instabilidades de governos, e pela oportunidade de complementação entre a proteção assegurada pelo ECA, para crianças e adolescentes até 18 anos, e o fortalecimento das políticas de autonomia e emancipação dos jovens entre 18 e 29 anos no Brasil. Ademais, assim como o ECA, o Estatuto da Juventude, simboliza um ponto de virada, de uma concepção que considerava este segmento como perigoso e que passa a concebê-lo como sujeito de direito (Castro; Macedo, 2019).

²⁷ Autores como Del Priore (2010), Rizzini (2009), Faleiros (2009) analisam os processos históricos que marcaram a infância e juventude no Brasil, da época do colonialismo, império, república, ditadura, abertura democrática até os dias atuais. Ressaltam que tais processos se constituem, com exceção de alguns momentos, como narrativas antagônicas, contraditórias, voltadas para a repressão, punição ou para a caridade. Neste processo histórico, destacam-se leis, tais como: o Código de Menores de 1927, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) e, à época da ditadura, a instituição da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e Febems estaduais. Resguardadas algumas diferenças, tais legislações estabeleceram uma visão pejorativa sobre o “menor infrator”, este tido como delinquente, transviado, uma perturbação social; como consequência deste paradigma preconceituoso, as diretrizes legislativas primavam pela punição, repressão e encarceramento. Ainda hoje quando se vem à mente o termo FEBEM, nos reportamos a uma espécie de prisão insalubre, superlotada e que abriga adolescentes infratores, “delinquentes”.

O Programa Caminhos da Cidadania foi instituído pela Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011 e pela Portaria nº 202, de 23 de dezembro de 2016, e perdurou como uma ação da política de assistência social do DF até 2021, quando foi interrompido.

O programa era executado nos CECONS do DF e tinha como público-alvo, adolescentes de 15 a 18 anos incompletos, em situação de vulnerabilidade social. Os(as) adolescentes inscritos(as) poderiam ficar no Programa por até 2 anos ou até que completassem 18 anos. Recebiam mensalmente uma bolsa de R\$190,00 durante o período de permanência e o pagamento era condicionado à frequência e participação.

Os grupos eram chamados de Coletivos e podiam ter de quinze (15) a trinta (30) adolescentes. Configuravam-se como público prioritário do SCFV os (as) adolescentes²⁸:

- I - Em situação de isolamento;
- II - Em situação de trabalho infantil;
- III - Em vivência de violência e/ou negligência;
- IV - Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V - Em situação de acolhimento;
- VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII - Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII - Em situação de abuso e/ou exploração sexual;
- IX - Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- X - Em situação de rua;
- XI - Em vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Verifica-se, pelas situações que ensejaram critérios de público prioritário, a forte correlação dessas escolhas com as vivências de risco e vulnerabilidade social as quais estão expostos adolescentes e jovens e, que acarretam diversas violações de direitos que operam no sentido de desproteção, o contrário do que presume o ECA. Correlação necessária porque possibilita destacar o papel das estruturas sociais e de suas assimetrias adjacentes de classe, raça, gênero, idade, território que, em suas intersecções, operam para vulnerabilizar e expor a maiores riscos, crianças, adolescentes e jovens de segmentos menos favorecidos.

Por conseguinte, sendo uma ação que identificava desproteções sociais e as elencava como prioritárias como foco de intervenção para assegurar o retorno a proteção, os objetivos gerais do Programa se concentravam em:

²⁸ Programa Caminhos da Cidadania. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/programa-caminhos-da-cidadania/>>. Acesso em: 3 maio. 2023.

- (1) assegurar convivência e proteção social e promover a defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, propiciando aprendizagens que são construídas na interação entre os sujeitos e o contexto social, cultural, econômico e histórico em que estão inseridos;
- (2) criar oportunidades de identificação de interesses e talentos;
- (3) desenvolver capacidades e potencialidades, mediante apropriação e sistematização de informações e conhecimentos e da inclusão digital para atuação crítica e proativa em seus processos pessoais, no âmbito da orientação profissional e em seu meio social (Distrito Federal, 2016, p. 7).

Os eixos estruturantes do Programa eram: Convivência Social, Participação Cidadã e Orientação Profissional e Projeto de Vida. Em relação à Convivência Social, o Traçado Metodológico diz que:

O Programa Caminhos da Cidadania se coloca como mediador das relações que os jovens estabelecem entre si, com a família, com a comunidade e com as instituições, contribuindo para a construção de relações afetivas e vínculos estruturantes, reduzindo vulnerabilidades e promovendo potencialidades (Distrito Federal, 2016, p. 10).

Em relação à Participação Cidadã:

A formação para a cidadania supõe a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos jovens sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente sobre a condição juvenil; a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público (Distrito Federal, 2016, p. 10).

Sobre a Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal:

A Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal definem-se aqui como processos vitais e educativos que contribuem para tornar possível aos jovens a sua existência autônoma e a sua cidadania. O trabalho é estruturador de identidades, cria espaço de pertencimento social, é organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade (Distrito Federal, 2016, p. 11).

Tais eixos estruturantes norteavam os planejamentos dos Coletivos que também contavam com temas transversais, tais como: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Saúde; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal; Juventude e Cultura e Juventude e Esporte e Lazer.

Levando-se em consideração os objetivos do Programa Caminhos da Cidadania e os eixos que o estruturavam, a ação buscada era compreendida como uma intervenção formadora, deliberada, planejada e participativa criando situações desafiadoras que estimulassem a capacidade reflexiva e crítica dos jovens e os orientava na construção e reconstrução de suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade, contribuindo para o processo de formação de sua identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão (Distrito Federal, 2016).

Não obstante o traçado metodológico estar em consonância com as garantias de direitos preconizadas tanto no ECA, quanto no Estatuto da Juventude, o que se configurou como fato positivo, no estudo anterior desta pesquisadora, intitulado “*O impacto social do Programa Caminhos da Cidadania na vida dos(as) adolescentes participantes: avanços e desafios*”, verificaram-se limitações, tanto na parte conceitual, quanto na operacionalização do Programa, como por exemplo, a ausência de temas de interesse dos (as) adolescentes tais como, gênero/sexualidade, raça e cultura do consumismo na composição dos eixos estruturantes e temas transversais.

No decorrer do estudo, constatou-se que as vivências destes adolescentes eram atravessadas por preconceitos e discriminações relativas à orientação sexual, à cor da pele, e por questões relativas ao poder de consumo na sociedade. Ao contemplar essas temáticas, o programa teria o potencial de promover a capacidade crítica e reflexiva dos (as) adolescentes/jovens participantes em relação às desigualdades e injustiças presentes na sociedade, compreendendo as origens e os impactos dessas formas de opressão.

Ademais, adotando uma abordagem dialógica, naquilo que Freire (2017) anuncia: “*dialogicidade como prática da liberdade*”, os (as) adolescentes/jovens teriam a oportunidade de ter suas vozes ouvidas para a construção coletiva de conhecimentos libertários e emancipatórios (Blanco, 2020).

Como outras limitações subjacentes ao programa, o estudo apontou o baixo valor da bolsa financeira paga aos (às) participantes e o quantitativo inexpressivo de adolescentes atendidos (as) na RA Ceilândia-DF, à época.

Entre 2011 e 2021, o valor da bolsa financeira de R\$190,00 (cento e noventa reais) não sofreu nenhum tipo de reajuste. Só para se ter uma ideia, em 2011, quando o salário mínimo no Brasil era de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), a bolsa financeira correspondia a 34, 86 % desse valor, enquanto que em 2021, quando o salário mínimo foi de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais), a bolsa equivalia a 17,27% desse valor, mostrando uma grande desvalorização do poder de compra (Blanco, 2020).

Em relação ao pequeno quantitativo de adolescentes atendidos (as) pelo Programa, em 2020, na RA Ceilândia-DF, somente dois Coletivos do Programa Caminhos da Cidadania funcionaram, um no CECON Ceilândia Norte, local onde foi realizado o estudo e outro no CECON Guariroba, totalizando, cerca de 60 adolescentes atendidos. Levando em consideração que nessa época o número de adolescentes/jovens, desta RA, compreendidos na faixa etária de quinze (15) a dezenove (19) anos aproximava-se de quarenta mil (40.000), de acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2018- Ceilândia, este número não representava sequer 0,5% da população adolescente da Ceilândia, na faixa compreendida entre 15 e 19 anos (Blanco, 2020).

Também, a ênfase reiterada sobre o eixo estruturante Orientação Profissional e Projeto de Vida, em relação aos demais na execução do Programa, tanto por educadores sociais quanto pelos (as) participantes, possibilitou reflexões acerca das diferenças de vivências circunscritas aos (à) adolescentes a depender da classe social na qual estejam inseridos (as).

Na ocasião em que se realizou o estudo, em alguns encontros, o Coletivo foi conduzido por uma educadora social do Centro Integração Empresa-Escola (CIEE), ação referente à possibilidade de parceria²⁹ do Programa Caminhos da Cidadania com outros órgãos e entidades da rede socioassistencial do DF. Os objetivos dos encontros consistiam em qualificar mais adequadamente os (as) adolescentes para concorrerem à vagas no programa Jovem Aprendiz³⁰ e as atividades eram direcionadas, por exemplo, à elaboração de currículos e às regras de comportamento em entrevista de emprego.

Encontros que despertaram o interesse dos/as adolescentes participantes, já que uma de suas maiores preocupações consistia em arrumar um emprego para prover o próprio sustento e/ou para auxiliar as famílias nas despesas básicas, evidenciando, dessa forma, a necessidade do trabalho precoce na vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Blanco, 2020).

De acordo com Oliveira e Robazzi (2001), fatores estruturais, como a extrema desigualdade social e a concentração de renda no Brasil são as principais causas dessa problemática em que, na maioria das vezes, trabalho precoce se funde com trabalho infantil.

²⁹ A parceria entre o Programa Caminhos da Cidadania e o CIEE faz parte do eixo estruturante Orientação Profissional e Projeto de Vida e surgiu da constatação pelo CIEE, da necessidade de uma preparação mais adequada dos(as) adolescentes oriundos de camadas sociais mais vulneráveis para poder concorrer às vagas de estágio ou jovem aprendiz e lograr um bom desempenho (Blanco, 2020).

³⁰ O Programa Jovem Aprendiz CIEE é uma iniciativa que se ampara na Lei da Aprendizagem, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Nº 9.579/2018. por meio da inserção de adolescentes e jovens no mundo trabalho. Adolescentes e jovens, dos 14 aos 24 anos incompletos, que estejam matriculados e frequentando o ensino fundamental, médio ou que tenham concluído o ensino médio, podem participar do programa de aprendizagem CIEE. Direitos trabalhistas Salário mínimo hora ou condição mais favorável, vale transporte, 13º salário, INSS, FGTS (2%), e férias. Demais benefícios concedidos através de convenção coletiva ou por liberalidade do empregador. Informações retiradas do site: <https://portal.ciee.org.br/iniciativas/>

Embora a lei da Aprendizagem nº 10.097/2000 seja clara ao estabelecer, como mínima, a idade de 14 anos para inserção no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, e que a jornada profissional não seja superior 6 (seis) horas diárias a fim de que não se prejudique os estudos, muitas crianças e adolescentes brasileiros ainda estão no mercado informal de trabalho, exercendo ilegalmente profissões degradantes para a sua faixa etária, em semáforos, como ambulantes, vigilantes de carro, e outros similares, em detrimento de estarem na escola, priorizando os estudos, fato que desencadeia uma outra problemática social, a evasão escolar.

Tais problemáticas sociais evidenciam as fraturas expostas das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes/jovens que falham no cumprimento da proteção integral a esses sujeitos e, no que tange à educação, expõe a dicotomia existente no Brasil de uma escola feita para ricos e outra para pobres.

Aos mais abastados, escolas particulares bem equipadas, com boa infraestrutura física e profissionais capacitados. Às crianças e adolescentes pobres, escolas públicas sucateadas, financiadas com poucos recursos públicos, com salas de aula, muitas vezes superlotadas e professores desvalorizados pelo Estado e pela sociedade (Rizzini, 2016).

Aos(às) adolescentes/jovens pobres, a oferta de cursos técnicos (quando ofertados), que podem (ou não) lhes auxiliar na inserção no mundo do trabalho, mas em postos que não exijam qualificação e, por conseguinte, de menor remuneração ou a possibilidade de um “trampo³¹” em aplicativos de entrega (*deliverys*) em condições precárias e aviltantes de trabalho, situações que contribuem sobremaneira para a descontinuidade dos estudos.

Em contrapartida, aos (às) adolescentes das classes mais abastadas, a possibilidade de todas as condições adequadas para que somente estudam e frequentem boas universidades, vislumbrando carreiras de formação superior. Disparidade que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e reprodução do ciclo da pobreza no Brasil (Souza, 2021).

Retornando à problemática das limitações das políticas socioassistenciais voltadas para a adolescência e juventude, Lopes, *et al.* (2006), apontam que tanto as ações governamentais como as não-governamentais, geralmente, são programas escassos, fragmentados e desarticulados, no que diz respeito ao diálogo e à comunicação em rede, com outras políticas de atendimento e ainda costumam não atingir os objetivos propostos. Destacam ainda as autoras que *“faz-se necessário, ainda, refletir sobre a forma como são desenvolvidos tais projetos e ações nas diferentes áreas – saúde, assistência social, educação, cultura, justiça e outros –*

³¹ Gíria comum no Brasil para se referir a trabalho ou emprego. Forma coloquial e informal de se expressar sobre atividades remuneradas realizadas por uma pessoa.

questionando seus limites, sua eficiência e suas metodologias” (Lopes *et al.*, 2006, p.125, itálico nosso).

Em razão da pandemia da Covid-19, os Coletivos do Programa Caminhos da Cidadania funcionaram remotamente nos anos de 2020 e 2021. Além disso, nesse mesmo período, mudanças ocorridas no âmbito do governo federal reverberaram no governo do DF e, por consequência, no Programa Caminhos da Cidadania. Com a instituição do Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil em substituição ao antigo Programa Bolsa Família, a legislação do DF precisou ser adequada a esses novos benefícios.

A Lei nº 4.737/2011 que tinha como parâmetro o antigo Bolsa Família e que também instituiu o Programa Caminhos da Cidadania, foi substituída pela Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021, que criou o Plano DF Social, contendo programas relativos à superação da pobreza no Distrito Federal.

Nessa nova legislação, o Caminhos da Cidadania foi substituído pelo Incentiva DF, conforme se constata no capítulo IV, art. 12: “ *O programa Incentiva DF consiste em benefício no valor de R\$200,00 destinado aos adolescentes com idade entre 15 anos completos e 18 anos incompletos inseridos no CadÚnico, objetivando a promoção da autonomia social e a construção de projeto de vida.*”

Todas essas mudanças ocasionaram a desvinculação dos (as) participantes (que já estavam incluídos desde antes de toda essa modificação) do benefício financeiro em 2022 devido às restrições impostas pela Lei nº 9.504/97³² em ano de eleições. Fato que teve como consequência, a evasão dos (as) jovens do programa, o que reflete as dificuldades e a pouca efetividade dos programas sociais voltados para a proteção social de crianças e adolescentes, como salienta Lopes *et al.* (2006).

Com o intuito de obter informações sobre as perspectivas atuais acerca do novo programa Incentiva DF, em junho de 2023 contatou-se a Diretoria de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (DICON), responsável pelas atividades do serviço de convivência da SEDES-DF. Informaram que a substituição do Programa Caminhos da Cidadania pelo Incentiva DF foi tomada sem nenhuma consulta prévia à DICON ou aos (às) servidores (as) envolvidos na operacionalização do programa. Também comunicaram que como o Incentiva DF ainda não foi regulamentado por portaria interna, não há uma data prevista para que entre em vigor.

³² Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm#:~:text=At%C3%A9%20quarenta%20e%20cinco%20dias,e%20ao%20cargo%20a%20que. Acesso em: 03 nov. 2023.

A despeito destas problemáticas, a pesquisa em questão não foi afetada pois, como já evidenciado no primeiro capítulo, as entrevistas foram realizadas com os (as) ex-integrantes do programa. Ademais, vislumbra-se que este estudo possa contribuir para o aprimoramento de outros programas que virão e que tenham como público-alvo jovens em situação de vulnerabilidade social.

Antes de adentrar na pesquisa de campo, no entanto, é importante compreender as concepções de juventude e contextualizá-la no cenário brasileiro. Além disso, é preciso abordar as situações enfrentadas por jovens negros (as), que podem vivenciar distintas realidades a depender do contexto em que estão inseridos. Esses aspectos serão abordados nos próximos capítulos da pesquisa.

3 JUVENTUDE: CATEGORIA COMPLEXA, HETEROGÊNEA E MULTIFACETADA

A juventude é apenas uma palavra

(Bourdieu, 1983)

A epígrafe acima, proferida por Pierre Bourdieu³³, desperta a provocação sobre quais os sentidos e significados podem ser atribuídos à palavra juventude.

Bourdieu (1983) se refere à juventude como sendo apenas uma palavra ao argumentar que as divisões entre as idades são arbitrárias e objeto de disputa em todas as sociedades. O autor menciona exemplos que remontam à Idade Média e ao século XVI para ilustrar como as ideologias eram criadas para definir os lugares que jovens e velhos deveriam ocupar: aos jovens a virilidade, a força, a violência e aos velhos, a sabedoria. Ou então, associava-se a juventude à irresponsabilidade para manter jovens nobres distantes da sucessão. Bourdieu (1983) destaca que tais divisões, não só por idade, mas tanto outras categorizações, de classe e sexo, por exemplo, acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em seu lugar.

O fato é que as classificações etárias foram e ainda são largamente utilizadas para demarcar o que se considera o comportamento padrão de cada fase da vida, como bem descreve Rubem Alves em um trecho de crônica intitulada “Violinos não envelhecem” na qual diz: *“Eles, os filhos, não suportam a idéia de que os velhos também têm sentimentos. Especialmente os pais. Pais velhos devem ser fofos, devem saber contar histórias, devem tomar conta dos netos”* (Alves, 2005, p. 120, itálico nosso). Essa passagem do texto é elucidativa dos estereótipos e generalizações, geralmente preconceituosas, que se constroem tendo a faixa etária, ou o aspecto geracional, como principal referência.

A título de exemplo, jovens habitualmente são considerados imaturos(as), irresponsáveis, rebeldes, emocionalmente instáveis, ao passo que adultos podem ser descritos como responsáveis, conservadores, chatos, resistentes à mudanças. Predicativos que convergem para visões simplistas e rasas acerca da construção identitária sem que se leve em consideração uma gama de experiências de vida que dão contornos diferenciados à existência de cada pessoa/ indivíduo/sujeito.

³³ Em entrevista concedida e publicada, originalmente em francês, na revista "Actes de la recherche en sciences sociales", em 1978, e depois traduzida para o português e incluída no livro "O poder simbólico", lançado no Brasil em 1983.

Neste sentido, Bourdieu (1983) complementa seu pensamento sublinhando que a juventude é uma construção social que varia de sociedade para sociedade, ou mesmo, assume várias maneiras de ser dentro de uma mesma sociedade. Destarte, não é possível falar de juventude como uma unidade social, pois, ao tratá-la como um grupo dotado de interesses comuns, relacionando-os a uma idade definida biologicamente, há uma evidente manipulação que requer, ao menos, a análise das diferenças de diversas formas de juventudes. *“Dito de outra maneira, é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum”* (Bourdieu, 1983, p. 113, itálico nosso).

Concordando com Bourdieu (1983) e partindo de uma perspectiva histórico-cultural, na qual se enfatiza a importância dos aspectos culturais e históricos na compreensão do processo de desenvolvimento humano, diversos são os autores/estudiosos/pesquisadores, Abramovay (2004), Pais (2006), Velho (2006), Trancoso e Oliveira (2014), só para citar algumas referências, que acionam o termo/categoria Juventudes, no plural, como tentativa de conceituá-la/compreendê-la sob as múltiplas formas e nuances implícitas nesta designação.

Ao refletir sobre a construção de um conceito sobre determinado objeto, processo, evento ou fenômeno, Trancoso e Oliveira (2014) salientam que qualquer conceito, enquanto uma produção social, apresenta o inacabado como característica presente nos fenômenos humanos.

Para os autores, *“o ser humano se constitui na medida em que caminha em sua trajetória existencial, refletindo em si mesmo a ideia de conceito-processo, com permanências e rupturas”* (Trancoso; Oliveira, 2014, p. 263, itálico nosso). Isso posto, a condição juvenil, expressão que guarda uma relação semântica com a palavra juventude, também é plural, culturalmente localizada e não um atributo humano inato.

A condição juvenil diz respeito ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, enquanto a situação dos (as) jovens revela como tal condição é vivenciada a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais: classe, gênero, raça, etc. Assim,

nas trajetórias individuais dos jovens de uma mesma geração, a condição juvenil comum se entrelaça com as diferentes situações vividas, resultando tanto em pertencimento geracional comum (juventude no singular) quanto na diferenciação social entre os jovens (juventudes no plural) (Brasil, 2014, p. 13-14).

Indo além nas diversas matizes que compõem o espectro do termo juventude, Trancoso e Oliveira (2014), aludem à polissemia subjacente que o faz transitar por distintas ciências: biologia, psicologia e sociologia, dentre outras e que recai num caráter dual pois, ao mesmo tempo que garante um olhar multifocal, também representa uma disputa por primazia.

Em relação à biologia, por exemplo, questões recaem sobre mudanças corporais, puberdade, maturidade do aparelho reprodutor. Na psicologia utiliza-se mais o termo adolescência e destaca-se mudanças no comportamento, na personalidade e na mente. Já a sociologia vincula o termo ao processo de socialização e suas decorrências. (Oliveira, Trancoso, 2014), pontua-se, entretanto, que a psicologia passa a inserir, no início do século XX, o uso do método materialista e dialético e da consideração dos fatores sociais, históricos e culturais na análise dos fenômenos psicológicos.

Velho (2006), reforça o posicionamento de que a categoria juventude deve ser conjugada no plural por seu caráter complexo e heterogêneo e como base subjacente para assim conceituá-la, relacioná-la às concepções sociológicas de identidade e geração. O processo de construção de identidade decorre no tempo, é dinâmico, transforma-se e se dá em múltiplos contextos socioculturais e níveis de realidade, enquanto que geração se configura como o estudo de relações entre categorias sociológicas que têm nas faixas e delimitações etárias uma referência básica (Velho, 2006).

Essa referência é o que permite a classificação e atribuição de papéis, formação de expectativas de comportamento e modos de apresentação de indivíduos e grupos no cotidiano; é uma complexa e permanente dinâmica da realidade que envolve diversas variáveis: econômicas, políticas, de organização social e estabelece fronteiras e classificações etário-geracionais. Tais referências não são inevitáveis, tampouco universais, apresentando modalidades próprias em função de variáveis histórico-culturais (Velho, 2006).

No que tange às questões relativas à identidade, os processos de socialização, que se dão inicialmente na família e depois se expandem para outros espaços sociais, são cruciais no processo de construção identitária sendo que outros aspectos sociais que a tangenciam, tais como inserção no sistema escolar, sexualidade e gênero, namoro e amizade, transgressão e desvio, sociabilidade, esporte, profissionalização, apontam para a riqueza, diversidade e complexidade da construção social da juventude. Consequentemente, há várias maneiras de ser jovem, como há várias maneiras de ser criança, velho ou adulto, pois essas classificações não são dadas e sim fenômenos socioculturais (Velho, 2006).

Velho (2006) enfatiza um outro aspecto que caracteriza a construção social da juventude: o *locus* de multipertencimento. Essa expressão se refere aos diferentes espaços em

que os (as) jovens transitam e desenvolvem suas trajetórias sociais, elaborando seus projetos de vida. Mattos (2013) também destaca essa questão ao se referir às múltiplas esferas da experiência vivenciadas pelos(as) jovens. Esses espaços podem ser marcados por dinâmicas de inclusão, pertencimento e rupturas, delineiam limites e possibilidades e são fundamentais para a construção de novos posicionamentos sociais, tanto no presente quanto no futuro projetado.

O futuro como ideia prospectiva, como um vir a ser, o qual pode ser influenciado por eventos, escolhas e ações que ocorrem no presente, é objeto inerente, constante e perene do pensamento humano. O futuro como ato reflexivo, perpassa por todas as fases do desenvolvimento e desencadeia planos, sonhos, metas a serem alcançadas, ao mesmo passo que também desencadeia angústias e incertezas, dado o seu traço essencial, insofismável, que é a imprevisibilidade.

Sobre este aspecto, Pais (2006), põe em evidência, duas maneiras de se enxergar a condição juvenil: através das socializações que as prescrevem ou por meio das suas expressividades cotidianas. A primeira é reveladora da ordem e do controle, coisas como terminar os estudos, ingressar numa faculdade, ter um trabalho, seguir uma determinada religião, enfim, uma gama de situações que conformam o(a) jovem dentro de um padrão social estabelecido, ou seja, é aquilo que a sociedade estabelece como norma, como regra, e que é introjetado, assimilado como o jeito correto de percorrer uma trajetória. Uma construção identitária de fora pra dentro (Andrade, 2007).

Já a segunda abre-se ao caos, nomadismo, ao devir, ao performativo, a não se ater a um determinado padrão do que se espera de sua condição juvenil já que os terrenos de transição são de natureza cada vez mais labiríntica, de estruturas sociais cada vez mais fluidas onde o futuro se mostra cada dia mais incerto (Pais, 2006).

Nesse cenário, marcas de expressividades individuais, tais como, a sexualidade, os afetos, as interações virtuais propiciadas pelas redes digitais, os engajamentos em atividades culturais, sociais, ambientais, a inserção no mercado de trabalho, dentre outras que expressam suas subjetividades, tendem a instaurar pontos de ruptura e de transgressão dos padrões e normas anteriormente tidos como parâmetros de conduta de ser e estar no mundo.

Dessa forma, pergunta-se: as rotas de ruptura na trajetória de vida dos (as) jovens, na atualidade, são resultado de escolhas individuais autônomas que incidem sobre um campo de possibilidades alargadas ou são fruto de uma nova dinâmica da estrutura social que influencia as trajetórias individuais, mas é camuflada por um aparente poder de escolha? Toma-se como exemplo o fato de que mais anos de escolaridade ou mesmo a obtenção de um diploma universitário não se configura mais como um imperativo de ascensão social ou garantia de

emprego nos dias atuais. Nesse caso, estar em postos de trabalho ditos “mais flexíveis” (leia-se: com menos direitos trabalhistas garantidos), seria uma escolha ou uma imposição?

Scherer (2019), ao esboçar uma análise sobre a juventude contemporânea e o mundo do trabalho e emprego no Brasil, destaca que 44% dos jovens que fizeram faculdade exercem profissões diferentes de suas formações superiores e que, a despeito de algumas exceções, isso não se dá por escolha própria, mas é, sobretudo, resultado da precarização das relações de trabalho e de direitos trabalhistas que se alinham a uma economia de cunho neoliberal.

Bauman (2013), utiliza as expressões mundo líquido/modernidade líquida como metáforas para descrever a sociedade contemporânea, sobretudo a ocidental, amplamente alicerçada aos moldes da economia neoliberal que tem, nos Estados Unidos, a sua maior e mais emblemática propaganda.

Em contraponto às estruturas sólidas e estáveis do passado, o que se vê agora é a fluidez, a efemeridade e instabilidade das relações sociais, econômicas e políticas num ambiente de rápidas transformações impulsionadas pela tecnologia e pela lógica de que tudo é descartável e substituível a curto prazo. A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da redundância, do dejetivo e do seu descarte, o que gera insegurança, ansiedade e pressão por adaptação constante (Bauman, 2013).

Contextualizando as juventudes neste cenário, Bauman (2013, p. 22, *italico nosso*) sublinha que “*a forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura ‘agorista’ – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória*”. O autor também adverte que essa é a primeira geração do pós-guerra a defrontar a expectativa da mobilidade descendente:

[...] pela primeira vez na memória viva, toda a categoria dos diplomados enfrenta uma alta probabilidade, a quase certeza, de só obter empregos *ad hoc*, temporários, inseguros e em tempo parcial, pseudo empregos de “estagiários” falsamente rebatizados de “treinamento” - todos consideravelmente aquém das habilidades que eles adquiriram, é abaixo do nível de suas expectativas (Bauman, 2013, p. 28).

Nesse sentido, numa sociedade cada vez mais desigual e excludente, em que a concentração de renda, nas mãos de uma minoria privilegiada, se alinha aos imperativos pós-modernos neoliberais, cuja tônica é a efemeridade e o descarte que perpassam não só a relação de aquisição de bens materiais, mas também às relações pessoais, profissionais e

amorosas, os (as) jovens, na atualidade, se deparam com inúmeros desafios que atravessam e impactam suas trajetórias de vida.

O texto “*JUVENTUDE HOJE - alguns paradoxos do séc. XXI*” (Brasil, 2014) que teve como referência, o trabalho, “*La juventud en Iberoamérica. Tendencias y Urgencias*”, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2004), lista dez paradoxos da atual condição juvenil que, em razão dos determinantes econômicos e sociais, se traduzem em obstáculos para a emancipação dos (as) jovens na atualidade. Por se tratar de uma informação relevante para a compreensão dos modos de ser jovem atualmente, listam-se esses dez paradoxos de forma sintetizada, a seguir:

(1) Mais acesso à Educação e menos acesso ao trabalho decente. Embora os (as) jovens de hoje tenham mais educação formal que seus pais, vivenciam mais insegurança no mundo do trabalho devido ao progresso técnico que exige mais anos de educação para se ter acesso a melhores postos de trabalho. Ademais, a nova organização produtiva gera maior instabilidade nos empregos.

(2) Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder. A juventude tem maior participação nas redes sociais e maior acesso à informação do que a geração de seus pais. No entanto, participa pouco de espaços decisórios como exercício de cidadania.

(3) Mais expectativas de autonomia e menos opções para materializá-la. Os (as) jovens são chamados a interiorizar expectativas de autonomia próprias das sociedades moderna e pós-moderna. Porém, enfrentam obstáculos concretos que postergam a realização desta autonomia, como por exemplo, maior dificuldade de ingressar e permanecer no mercado de trabalho; maiores obstáculos para ter uma casa, devido a problemas do mercado de solos urbanos e dificuldades de acesso ao crédito.

(4) Maior acesso aos equipamentos de saúde. Porém, as questões específicas que afetam a saúde e podem causar mortes de jovens não encontram um serviço integrado de atenção à saúde. Existe um perfil de mortalidade juvenil que está relacionado a incidentes, agressões físicas, uso nocivo de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada. Assim, os jovens vivem um contraste entre a expectativa de ter “boa saúde” e os riscos sanitários, próprios da juventude, para os quais há um vazio de políticas de prevenção.

(5) Maior mobilidade e mais possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações. A maior mobilidade dos jovens pode ser vista como um traço positivo. Mas, os fatores que impulsionam o deslocamento – restrições de emprego, salários, projetos sociais, somados a fatores tradicionais de expulsão das zonas rurais – colocam esta migração como um tema de exclusão social.

(6) Maior identificação “para dentro” (entre jovens) e maior impermeabilidade “para fora” (entre jovens e adultos, no interior das instituições escolares). Os novos padrões de consumo cultural da juventude produzem ícones e referências que permitem gerar identidades coletivas e participação em universos simbólicos para grande parte deste grupo etário (identificação “para dentro”). Porém, estas identidades juvenis têm dificuldades de se aproximar da “cultura da escola” e de harmonizar-se com a população adulta e com as figuras de autoridade (impermeabilidade “para fora”).

(7) Os jovens parecem ser mais aptos para responder às mudanças do setor produtivo atual, onde se destaca a centralidade do conhecimento como motor do crescimento, mas têm sido os mais excluídos do ingresso no mundo do trabalho. A juventude passou a ser o segmento da população cuja dinâmica acompanha naturalmente o ritmo dos tempos. No entanto, paradoxalmente, nos dias de hoje, surgem inúmeras dificuldades para o ingresso e a permanência dos jovens no mundo do trabalho.

(8) A juventude ocupa um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança. Hoje, a juventude se redefine, na esfera do discurso público, como objeto de políticas sociais e sujeito de direitos. Nos discursos externos, que justificam as políticas, os jovens são definidos como “carentes”, “vulneráveis”, “capital humano”, população a proteger ou racionalizar, a “empoderar” ou controlar. Entretanto, em contraste com esta visão externa, de maneira mais cotidiana e menos épica, os jovens vêm gerando novas sensibilidades e produzindo novas identidades, sobretudo através do consumo cultural e da comunicação em geral. A juventude se vê, pois, tensionada entre a dependência institucional e a expectativa de participação autônoma.

(9) Os jovens vivem maior expansão do consumo simbólico e grande restrição do consumo material. Com mais acesso à educação formal, aos meios de comunicação, ao mundo virtual e aos ícones de publicidade, se expande o consumo simbólico dos jovens. Mas, ao mesmo tempo,

se estanca o consumo material, abrindo-se fossos entre expectativas e conquistas. Desta maneira, os jovens - com dificuldades de se inserir no mercado laboral, que exige mais formação, e por falta de redes de promoção - ficam expostos a uma ampla oferta de propostas de consumo. A democratização da imagem convive com a concentração de renda.

(10) Os jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização. Pelo lado positivo, aumenta a autodeterminação juvenil, enquanto indivíduos que relativizam fontes exógenas de autoridade, sobretudo parentais e políticas, projetando maior individualização de suas expectativas e trajetórias vitais. Pelo lado negativo, os jovens não constituem um sujeito específico de direitos e estão estigmatizados como potenciais ameaças para a ordem social.

Da leitura e reflexão sobre esses paradoxos que pairam sobre a condição juvenil, depreende-se as incertezas e indeterminações às quais estão expostos(as) os(as) jovens quando se leva em consideração, por exemplo, a importância da escolaridade, o ingresso no mercado de trabalho, as interações com os recursos tecnológicos, os papéis que ocupam na sociedade. Não obstante, pondera-se que, a depender do lugar social que ocupam, bem como dos marcadores de classe, raça, gênero, e território, dentre outros, que ajudam a compor suas identidades, tais paradoxos serão experienciados distintamente, sendo bem mais acentuados para uns(umas) do que para outros(as).

Na tentativa de ilustrar tal argumento, tem-se que, para os jovens de classes abastadas, diminui-se ou se elimina o paradoxo entre consumo simbólico e restrição de consumo, uma vez que estes dispõem de recursos financeiros para consumir. Ou então, sobre a contradição de mais expectativa de autonomia e menos opções para materializá-la, esta também se dilui à medida que, nas famílias que possuem mais condições financeiras, há uma possibilidade de maior retaguarda para auxílio do(a) jovem na conquista de sua autonomia.

Em contrapartida, no que concerne às expectativas de protagonismo *versus* precariedade e desmobilização, indaga-se: quem são os(as) jovens que apresentam ameaça para a ordem social, todos(as), independente da classe social, ou tal estigma se aplica somente àqueles(as) jovens das classes menos favorecidas e periféricas? Como se vê, são muitas as reflexões e ponderações a serem delineadas neste processo, à luz dos marcadores de classe, raça, gênero, faixa etária, território e que, a partir, dos seus entrelaçamentos, das suas intersecções, ajudam a moldar as experiências e identidades diversas destes(as) jovens vulnerabilizando-os, mais ou menos, expondo-os a riscos sociais, mais ou menos.

Assim, para muitos jovens (principalmente jovens pobres e periféricos), o futuro se encontra desfuturizado, não porque esteja sob controle, mas porque se encontra (des)governado pelo princípio da incerteza (Pais, 2006). Não obstante, se deparar com um contingente imenso de jovens exercendo trabalhos em condições precárias como entregadores de *deliverys*, por exemplo, nem de longe deve ser visto como escolha autônoma ou projeto de vida.

Ao contrário, é preciso refletir sobre as estruturas sociais que estão postas e que, ao invés de ampliarem as possibilidades de existência desses (as) jovens, os(as) desumanizam e os(as) desvalorizam enquanto sujeitos destituídos de direitos, de cidadania e, por conseguinte, de uma vida mais digna.

Diante de tudo o que foi elucidado até aqui e tendo como base o pensamento de vários autores que se dedicaram e se dedicam, ainda hoje, às questões concernentes à juventude, o presente estudo reforça a premissa de que a categoria juventude é uma construção social carregada de sentidos e significados, complexa, heterogênea, polissêmica, que só pode ser compreendida dentro do contexto histórico cultural ao qual pertence.

E mesmo dentro de um único contexto histórico cultural, existem várias formas de vivenciá-la, visto que as categorias sociais de classe, raça, gênero, faixa etária e território são marcadores de identidade que entrecruzados revelam quem é passível de exclusão e discriminação e quem não é, ainda mais quando se pensa numa sociedade como a brasileira, marcada por abissais desigualdades sociais, de classe, de raça e de gênero. Dessa forma, o termo “Juventudes”, no plural, torna-se mais adequado para a compreensão das múltiplas nuances implícitas nesta designação.

Concomitantemente a isto, concorda-se que há um pertencimento geracional que aciona códigos e signos culturais comuns a todos(as) os(as) jovens de uma mesma geração, por isso, sob alguns aspectos, pode-se dizer que a condição juvenil possui algum sentido de unidade e homogeneidade neste aspecto. Ademais, a definição da categoria juventude por critérios etários mostra-se especialmente apropriada para fins de políticas públicas, para a garantia de direitos e para o estabelecimento de parâmetros legais (Souza; Lopes de Oliveira; Rodrigues, 2014).

Por conseguinte, a premissa que procura articular o termo “Juventude”, no plural, e explorar sua diversidade interna, mas sem abrir mão de reconhecer uma experiência geracional comum, vai ao encontro de alguns dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), especificamente, Seção I, Incisos IV e VI, que estabelecem, respectivamente: *“IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude”* (Brasil, 2013, *itálico nosso*).

Gomes (2005), destaca que a identidade não é inata, mas construída a partir dos modos de ser no mundo e com os outros, sendo um importante fator de rede de relações e de referências culturais, sociopolíticas e históricas de grupos sociais. Nesse sentido, a identidade vista de uma forma mais ampla e genérica, como salientado no inciso VI do Estatuto da Juventude, “*é invocada quando um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido*” (Novaes, 1993, p. 25 *apud* Gomes, 2005, p. 41).

À luz da discussão realizada até aqui, é importante ressaltar que há várias formas de se vivenciar a juventude negra dependendo do lugar social de onde se fala, bem como das subjetividades inerentes a cada sujeito, no entanto, dados estatísticos relativos a essa parcela da população revelam as condições precárias de cidadania e sobrevivência desses/as jovens no que se refere ao escasso ou nulo acesso à políticas de educação, trabalho, renda, ao mesmo passo que são os principais alvos de violências físicas e simbólicas perpetradas no âmbito social.

Considerando os obstáculos e desafios enfrentados pela juventude em situação de vulnerabilidade e risco social e que essa situação se agrava ainda mais quando se trata de jovens negros (as), assume-se a juventude negra, neste estudo, como uma identidade coletiva, como sujeito político, que luta pela garantia de direitos a qual ainda lhe é negada cotidianamente.

A próxima seção abordará a realidade da juventude negra no Brasil.

3.1 JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros.

Trecho do Conto Travessia de Geovani Martins (2018).

É com este trecho do conto “*Espiral*”, de Geovani Martins, que se inicia este capítulo para abordar a condição da juventude negra brasileira na atualidade. Geovani é escritor, negro, nascido e criado na zona periférica do Rio de Janeiro.

Seu livro, “*O Sol na cabeça*”, lançado em 2018, no auge dos seus 26 anos, traz uma coletânea de contos, incluindo o supracitado, que narram as histórias de vida de adolescentes e jovens moradores das favelas cariocas que, para além das transformações físicas e psíquicas próprias da idade, experienciam as angústias, conflitos e violências físicas e simbólicas perpetradas aos segmentos populacionais menos favorecidos da sociedade brasileira.

O garoto que desce o morro cruzando as vielas dos becos de onde mora, se depara com amigos de infância portando armas e, em poucos minutos, se encontra no asfalto onde avista outro adolescente praticando um esporte elitizado, não é apenas uma cena pitoresca relatada pela literatura. Em se tratando de Brasil, é o mais puro retrato da realidade. Um país cuja metáfora morro e asfalto é emblemática dos espaços ocupados por aqueles(as) a quem tudo lhes falta e por aqueles a quem tudo lhes sobra.

O morro cuja maioria das pessoas carrega, em sua ancestralidade, o passado de um regime escravocrata contra seus descendentes africanos, desembarcados no Brasil durante séculos como animais de carga, destituídos de sua humanidade. Estes que em um passado longínquo, final do século XIX mais precisamente, vivenciaram um processo de abolição da escravidão que libertou seus corpos das mãos de coronéis, oligarcas, latifundiários, mas cujo Estado lhes negou o direito de serem vistos e tratados como cidadãos/cidadãs de fato e de direito, sem uma política de inclusão social e econômica que promovesse sua emancipação.

Largados à própria sorte subiram os morros porque no asfalto não lhes deram lugar e é assim que hoje, dois séculos mais tarde, mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, em sua maioria, negros (as), habitam e descem os morros todos os dias a procura de sobrevivência e de um mínimo de dignidade que o Estado e determinados segmentos da sociedade, ainda insistem em lhes negar.

Caminhando pelos asfaltos da vida, é corriqueiro ter que desviar de carros de luxo ao atravessar as ruas, passar em frente a prédios de alto padrão ou avistar um adolescente abastado praticando aulas de tênis no interior de um condomínio cercado de seguranças. É o “menino do morro” se dando conta de que seu “rolê” na vida é bem mais difícil e sofrido do que o “rolê” do “menino do asfalto”.

Trazendo tal disparidade para dados concretos no tocante à juventude negra, de acordo com o IBGE (2022), em 2021 a população jovem brasileira, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos,³⁴ correspondia a 23% da população brasileira, em números absolutos, cerca de 47

³⁴ Segundo o ECA, a faixa etária que compreende a adolescência no Brasil vai dos 12 aos 18 anos completos. Já o Estatuto da Juventude considera a população jovem brasileira a faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. O público-alvo do presente estudo são os/as adolescentes egressos do Programa Caminhos da Cidadania e que participaram do Programa quando tinham de 15 a 17 anos, em 2020, e que hoje têm idades compreendidas entre 18

milhões de pessoas. Deste contingente, a maior parcela concentrava-se nos estratos menos favorecidos da população (em situação de pobreza ou extrema pobreza) e eram negros(as).

Estatísticas relativas à educação revelam que a juventude negra é a que mais abandona o sistema escolar no ensino médio ao mesmo passo que é que menos frequenta essa etapa.

Considerando todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do país, cerca de 50 milhões de pessoas, em 2019, 20,2% não haviam completado o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca tê-la frequentado. Nesta situação, portanto, havia 10,1 milhões de jovens, dentre os quais, 58,3% homens e 41,7% mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos (IBGE, 2020).

Dados atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2019-Educação, relativos ao ensino médio, expõem que, em 2019, 71,4% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio. Ao analisar o indicador por sexo, percebe-se que, entre as mulheres de 15 a 17 anos, 76,4% estavam frequentando o ensino médio, porém, entre os homens desta idade, a taxa foi de 66,7%, uma diferença de 9,7 p.p. No tocante à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 79,6% para as pessoas brancas, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 66,7% (IBGE, 2020).

Quando se fala em trabalho infantil, crianças, adolescentes e jovens negros(as) são a maioria absoluta nesta situação. Em 2019, havia no Brasil 1,8 milhão de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos de idade, que realizavam atividades econômicas ou de autoconsumo. Destes, 18,8% tinham de 5 a 13 anos; 23,0%, 14 e 15 anos e a maioria, 58,2%, tinha 16 e 17 anos de idade. Desagregando os dados por sexo, 66,4% da população em condição de trabalho infantil era de homens. Por cor ou raça, o percentual de pessoas de cor branca era de 32,8%, enquanto que a de pretos ou pardos era de 66,1% (IBGE, 2020).

Dados referentes a Ocupações e Atividades Econômicas (IBGE, 2022) ressaltaram que o grupo etário de jovens (pessoas de 14 a 29 anos) apresentaram níveis de ocupação mais baixos do que o restante da população economicamente ativa ficando à frente somente do grupo etário de pessoas idosas (60 anos ou mais).

Os (as) jovens enfrentam uma relativa desvantagem estrutural, pois suas ocupações laborais tendem a ser atingidas com maior intensidade em contextos de crise e costumam ter o restabelecimento mais lento. Outro fator que contribui para isso diz respeito a inexperiência

e 21 anos. Considerando a faixa etária admitida para o Programa, 15 a 17 anos, há uma sobreposição desta faixa etária entre adolescência e juventude, por este motivo este estudo opta por utilizar o binômio adolescentes/jovens e abrange estudos e estatísticas referente à população jovem, dos 15 aos 29 anos.

laboral que ocasiona dificuldade de ingresso e estabilidade no mercado de trabalho. Com efeito, o nível de ocupação dessa faixa etária no Brasil foi de 45,0%, em 2021 (Society, 2016 *apud* IBGE, 2022).

Em 2021, no segundo ano da pandemia Covid-19, o percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados³⁵ chegou a 25,8%, atingindo mais de 1/4 dos jovens brasileiros (12,7 milhões de jovens), patamar superior aos anos pré-pandemia já que em 2019, por exemplo, esse percentual ficou em 24,1%.

Do total registrado em 2021, a maioria de jovens que não estudavam e nem estavam ocupados eram mulheres; um percentual de 62,5% e dentre as jovens a maioria se concentrou no grupo de mulheres negras, 41,9% ou 5,3 milhões em números absolutos, enquanto que para jovens brancas esse percentual ficou em 20,5%, 2,6 milhões em números absolutos, ou seja, menos da metade do número de jovens negras.

Apesar do percentual de homens jovens que não estudavam e nem trabalhavam em 2021 ser significativamente menor do que o das mulheres, 36,8%, o que contabiliza 4,7 milhões de jovens em números absolutos, a maioria, 3,0 milhões, eram homens negros enquanto 1,6 milhões eram homens brancos.

Indicadores que informam o tamanho do abismo sociorracial que atinge jovens negros e negras. Sociorracial porque somente a perspectiva de classe não consegue explicar tamanha disparidade sem estar associada a outra questão estruturante dos mecanismos de desigualdade no Brasil, a raça. Porque raça, como diz Gomes (2005, p. 45, *itálico nosso*), *“ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade”*.

Antes de aprofundar essa discussão, abre-se um parêntese para compreender as definições de raça, racismo, bem como suas manifestações: o preconceito e a discriminação racial historicamente investidos contra a população negra.

³⁵ Concordando com Silva Júnior e Mayorga (2022), faz-se necessário abrir um parêntese para explicitar que este estudo rechaça a forma como determinados segmentos da sociedade, sob influência da mídia, têm abordado as informações relativas ao fenômeno social denominado Nem Nem (jovens que nem estudam e nem trabalham) ao abordarem o abandono/evasão escolar e o desemprego na juventude sob um viés de responsabilização individual que implicam em desordem social e delinquência juvenil. Compreende-se que, vista sob esta ótica, tem-se um simulacro, uma cópia infiel da realidade, já que a narrativa adotada não leva em consideração os fatores macroestruturais, os aspectos institucionais e culturais que impelem os/as jovens a estarem nesta condição. Ademais, tal visão deturpada negligencia uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e faixa etária como uma importante ferramenta analítica para a compreensão de opressões articuladas que os tornam propensos às mais diversas ausências, não só de escola e trabalho, mas também de saúde, de lazer, de cultura, de bem-estar. Nesse sentido, torna-se importante a análise destes dados estatísticos como forma de se entender a realidade de forma estrutural e refletir e propor mudanças para a melhoria de vida desse segmento.

3.1.1 Racismo, preconceito e discriminação racial

Como referido no capítulo 1 deste estudo, é do contato de anglo-europeus com outros povos de diferentes raças e etnias, através das navegações e colonizações empreendidas a partir do século XVI, que a cor da pele aparece como marca distintiva entre as pessoas, pois a identidade branca se faz notar diante da presença de pessoas com pele de cores distintas das com que estes grupos anglo-saxônicos haviam convivido desde então (Rossato; Gesser, 2001).

Característica física que passou a ser também justificativa de superioridade já que, diante da relação de poder que se impunha, brancos europeus eram associados a superioridade e civilidade, enquanto que não brancos (negros e índios, no caso da colonização brasileira) eram identificados como inferiores e primitivos. A respeito disso, Almeida (2019) ressalta que é no contexto da expansão comercial burguesa e cultura renascentista, a partir do século XVI, que se abrem as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.

No sentido de corroborar ainda mais com essa premissa, no século XIX, estudos que se pretendiam científicos propagavam a ideia de que características biológicas e geográficas seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças.

Dessa forma, por exemplo, a pele não branca, o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos, violentos, pouco inteligentes, e por essa razão, a mistura de raças deveria ser evitada, pois o mestiço tendia a ser o mais degenerado. (Almeida, 2019). Racismo científico que certamente encontrou eco na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um dos eventos mais brutais e traumáticos da humanidade de que se tem notícia, o genocídio cometido pela Alemanha Nazista a judeus, ciganos, negros e outros grupos que não correspondiam ao padrão ariano tido como o ideal.

A ciência que outrora referendou os preceitos deste racismo científico, também, e felizmente, os rechaçou a partir da comprovação da inexistência de diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre os seres humanos. O sequenciamento do genoma foi a prova cabal de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça (Almeida, 2019).

É por isso que raça, quando referida aos seres humanos, só pode ser admitida como uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais que envolvem contingência, conflito, poder, decisão e que opera através de dois registros que se entrecruzam e

complementam: as características biológicas -que remetem a traços físicos- e características étnico-culturais -que se referem à origem geográfica, língua, religião e outros costumes (Almeida, 2019; Gomes, 2005).

Características percebidas ao longo da história muito mais através de um viés de classificação e de hierarquização, do que como elemento positivo da riqueza da diversidade humana. E é justamente aí que aparece o racismo como produto do pensamento de que existem raças inferiores e superiores. Segundo Gomes (2005, p. 52),

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Para Theodoro (2014, p. 214):

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual.

Segundo Almeida (2019, p. 243),

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culmina em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

A despeito de algumas variações sobre o mesmo tema, os autores associam o racismo a aversão, ódio contra a população negra e a uma escala de valores, que tem o modelo branco, europeu como superior e o padrão negro, africano como inferior, o que culmina em privilégios para brancos e desvantagens para negros.

O preconceito racial vem na esteira do racismo como uma marca julgadora baseada em estereótipos sobre pessoas que pertencem a algum grupo racializado. Um julgamento prévio que apresenta como características principais, a inflexibilidade e a ignorância, já que tende a ser

mantido sem se levar em conta os fundamentos que o contesta, além de se basear em conhecimentos distorcidos dos fatos (Almeida, 2019; Gomes, 2005).

Enquanto racismo e preconceito racial estão mais relacionados a juízos de valor, a discriminação racial é a manifestação concreta desses juízos. Como bem ressalta Theodoro (2014, p. 215, *itálico nosso*), “*a discriminação é o racismo em ato*”.

É por meio dessa engrenagem posta em funcionamento que se testemunha diariamente atos diretos de discriminação, como por exemplo, proferir termos pejorativos a pessoas negras com intenção de ofender sua raça, recusa em ser atendido em algum estabelecimento comercial ou público por pessoas negras, ou quando um morador negro ou negra de algum espaço privilegiado é equivocadamente advertido (a) de que o elevador de serviço é outro.

Também, essa dinâmica discriminatória se mostra de forma indireta, mais velada, como por exemplo, na ausência de pessoas negras em cargos de chefia ou na nítida preferência de pessoas “de boa aparência”, leia-se brancas, para preenchimento de vagas de emprego, na inexpressiva representatividade negra em vários espaços públicos ou privados.

Atos racistas impregnados na sociedade brasileira e que se manifestam de forma direta ou indireta, a nível individual ou coletivo ou ainda através de uma dinâmica maior que abarca todas as demais, o racismo institucional (Almeida, 2019; Theodoro, 2014; Gomes, 2005). De acordo com Theodoro (2014, p. 215),

O racismo institucional pode ser identificado como a forma mais sofisticada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil. Também é certo que em muito contribui o racismo como ideologia, pois, por seu intermédio, naturaliza-se a condição de pobreza e de miséria.

O racismo institucional no Brasil é um legado não só de um passado escravocrata, mas também de um mito, uma narrativa produzida no século XX que propagava a falsa ideia de que o racismo não existia no país. Nada mais falacioso, por isso denominado o mito da democracia racial. González (2021, p. 226) traduz de forma sagaz e irônica, a ideia por trás do mito:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.

Como já referido anteriormente, teorias racistas pseudocientíficas do século XIX postulavam aversão a qualquer tipo de miscigenação ou de mistura entre povos diferentes e apesar da influência destas teorias sobre a sociedade brasileira, não se podia barrar e negar a confluência de raças que aqui existia: europeus que vieram colonizar, indígenas que já se encontravam em solo brasileiro e africanos trazidos ao Brasil como mão de obra escrava. Sobre esta faceta multirracial, o antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, já no século XX, escreve Casa Grande e Senzala, livro que retrata as relações patriarcais entre senhores de engenho e escravos na época da escravidão. Darcy Ribeiro (1997, p. 44) ao refletir sobre esta obra, destaca:

O tema de Casa Grande e Senzala é o estudo integrado do complexo sócio-cultural que se construiu na zona florestal úmida do litoral nordestino do Brasil, com base na monocultura latifundiária de cana-de-açúcar, na força de trabalho escrava, quase exclusivamente negra; na religiosidade católica impregnada de crenças indígenas e de práticas africanas; no domínio patriarcal do senhor de engenho, recluso na casa-grande com sua esposa e seus filhos, mas polígamo, cruzando com as negras e as mestiças.

Ao contrário das teorias racistas que postulavam a miscigenação como algo patológico às nações, Freyre enaltece esta característica típica do povo brasileiro, porém com esta exaltação vem junto uma falsa ideia de que no Brasil todos os povos de diferentes raças convivem de forma harmoniosa e sem racismo. Para muitos estudiosos das relações raciais no Brasil, é aí que nasce o mito da democracia racial, mito este que escamoteia a realidade através da concepção de que no Brasil inexistia o racismo, o preconceito e a discriminação racial contra a população negra e que se existe algum tipo de segregação, ela diz respeito à questão de classes.

Mito que encontrou legitimação principalmente na comparação da realidade das relações sociais e raciais brasileiras com as estadunidenses, pois nos EUA, ao contrário do Brasil, existia, até pouco tempo atrás, uma nítida distinção entre negros e brancos inclusive nas leis. Sobre o tipo de racismo praticado nos Estados Unidos, DaMatta (1986, p. 43) escreve:

O fato de existir uma legislação rígida, racista e dualística nos Estados Unidos – um conjunto de leis que até bem pouco tempo impediam o movimento de quem era considerado negro em certas áreas urbanas, escolas, restaurantes, hotéis, bares e muitas outras instituições - revela esse dualismo claro que indica sem maiores embaraços quem está dentro ou fora; quem tem direitos e quem não tem; quem é branco ou é preto.

O mito da democracia racial é um claro exemplo do poder que determinada narrativa exerce na construção identitária de uma nação pois, mesmo que esteja longe de refletir a realidade, ela continua a reverberar até os dias atuais, levando boa parte da população a acreditar (seja ingenuamente ou não) de que a miscigenação racial é um indicativo de que no Brasil inexistente o racismo. Vide o pronunciamento do ex vice-presidente do Brasil (2019-2022), Hamilton Mourão, que ao comentar o brutal assassinato de um homem negro no supermercado Carrefour em 2020, disse que racismo é *“coisa que querem importar para o Brasil”*³⁶.

Some-se a isto o fato de que no Brasil, as leis de caráter universalista apregoam a igualdade de todos, independente de cor, raça, credo ou religião e acabam por dificultar a reflexão necessária de que, na prática, a lei é letra morta já que a desigualdade e a exclusão é a tônica para a imensa maioria dos brasileiros e brasileiras. Como salienta Carneiro (2011, p. 99),

A defesa intransigente das políticas universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial. Ambas realizam a façanha de cobrir com um manto “democrático e igualitário” processos de exclusão racial e social que perpetuam privilégios. Postergam igualmente o enfrentamento das desigualdades que conformam a pobreza e a exclusão social.

Um último componente desse emaranhado todo precisa ser acionado, a ideologia meritocrática, pois já que o Brasil é um país igualitário (só que não), todos têm as mesmas oportunidades e possibilidade de ascensão bastando para isso, se esforçar. Outra falsa narrativa, tão falsa quanto potente.

A artimanha da meritocracia consiste em transformar exceções em regras. Um exemplo disso é quando utilizam os casos de vida de pessoas pobres e negras que alcançaram sucesso, retratando-as como prova de que tudo se resume a esforço individual e que tanto o fracasso quanto o sucesso na vida dependem exclusivamente dos esforços individuais. Escamoteia-se, com esse argumento, as desigualdades sistêmicas e as barreiras sociais e econômicas que afetam a maioria das pessoas em situações parecidas (Souza, 2021).

A questão é: como aceitar a meritocracia em um país que no plano normativo se diz igualitário, equânime e plural, mas que nas narrativas diárias se revela mesquinho, seletivo e profundamente desigual?

³⁶ 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2023.

Em uma realidade historicamente excludente como a brasileira, como colocar em pé de igualdade pessoas que desde a mais tenra idade experienciam a pobreza, a negação de direitos fundamentais com outras que desfrutam de todas as condições favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades. Em outras palavras, como dizer a um jovem, pobre, negro que ele tem as mesmas condições e possibilidades de desenvolvimento que um jovem, rico e branco?

Há uma frase que diz que felizmente a inteligência não é distribuída da mesma forma como a renda. Ela está em todas as classes sociais, em todas as raças, em todos os credos. Contudo, as condições para desenvolvê-la estão restritas ao mesmo grupo que concentra os privilégios sociais e econômicos neste país.

É das ressonâncias de um passado escravocrata que associa o negro à inferioridade, do mito da democracia racial que nega a existência do racismo, de leis universalistas às quais promovem o ofuscamento de diferenças que carregam a marca da iniquidade e de uma ideologia meritocrática que exalta o esforço pessoal sem que se leve em consideração os condicionantes estruturais de uma sociedade desigual, é que o racismo brasileiro se mostra em sua forma atual: velado, dissimulado, e ainda tão mortal como outrora.

3.1.2 Violência contra a juventude negra brasileira na atualidade

Os(as) jovens negros(as) brasileiros(as) não são só os(as) que mais evadem do sistema escolar, não são só os(as) que mais estão em condição de trabalho infantil, não são só os(as) que mais padecem de falta de renda e trabalho. São sobretudo, os(as) que mais morrem por morte violenta nesse país.

De acordo com o Atlas da Violência (2021), em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras.

Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

No tocante à faixa etária, dados estatísticos do IBGE deram conta que a violência atinge muito mais os homens de 15 a 29 anos, com uma taxa de homicídios de 96,7 mortes, por 100 mil habitantes, o dobro da faixa etária de 30 a 59 anos (44,7 mortes), por exemplo (IBGE,

2022). Ao se fazer o recorte por cor ou raça desta taxa de homicídios entre homens de 15 a 29 anos, verifica-se que

Nesse grupo etário, as principais vítimas de homicídios foram os homens pardos e pretos com taxas de 136,5 e 94,4 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 3,3 vezes e 2,3 vezes, respectivamente, a taxa observada entre os homens brancos da mesma faixa etária (41,6 mortes), demonstrando a forte desigualdade por cor ou raça existente nesse tipo de violência (IBGE, 2022).

Gomes e Laborne (2018), ao refletirem sobre a morte letal de jovens negros, aludem ao fato de que ela não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população.

As autoras também destacam os índices de violência relativos a jovens negras de 15 a 29 anos: *“o Atlas da Violência (2017) mostrou que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%”* (Gomes; Laborne, 2018, p. 6, itálico nosso).

Dados que revelam que no Brasil, se você for negro ou negra, independente de classe, gênero, identidade sexual, a chance de morrer por algum tipo de morte violenta é maior do que a de outros grupos populacionais. São as vidas passíveis de morte num país marcadamente racista em todas as esferas. É impossível se confrontar com esses dados e não acionar a concepção de necropolítica, conceito cunhado pelo filósofo Achille Mbembe em ensaio homônimo.

Necropolítica, para Mbembe (2018), diz respeito ao projeto político de morte em que o Estado longe de exercer sua soberania em sua acepção clássica, como a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres, iguais e autônomos, a exerce através de um outro projeto de soberania de instrumentalização generalizada da existência humana e destruição de corpos humanos e populações.

Tal seleção se dá principalmente através do quesito raça, pois *“mais do que o pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e prática de políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros- ou a dominação a ser exercida sobre eles”* (Mbembe, 2018, p. 18, itálico nosso). Ou seja, para Mbembe, a política da raça está intrinsecamente relacionada à política da morte.

O conceito de necropolítica dialoga diretamente com o conceito de biopoder de Michel Foucault, onde sobeja o controle e subjugação dos corpos através de mecanismos de poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018; Piza, 2022; Ribeiro e Benelli, 2017). Como salienta Piza (2022, p. 139),

Essa forma de gestão da vida foi usada para enclausurar os loucos, os pobres, domesticar as mulheres, definir quantidades de filhos, criar hábitos em larga escala, padronizar comportamentos, segregar, exterminar. O biológico foi politizado, mas o curioso é que não foi politizado para a proteção da vida em larga medida ou de proteção do planeta ou da manutenção de modos de existir. O discurso pode ser de defesa da vida, mas destrói o meio ambiente.

Assim como na acepção de necropolítica, o biopoder também se vale do quesito raça para categorizar, segregar e exterminar corpos. A diferença ressaltada por Piza (2022), ao analisar tais conceitos é o de que em Foucault, o que era uma intuição, no que tange ao vínculo do racismo como dispositivo regulador do Estado moderno, em Mbembe, se tornará tese histórico-filosófica. Na necropolítica, não há funcionamento do Estado moderno sem racismo.

Quando se analisa o contexto brasileiro à luz do conceito de necropolítica, percebe-se que dependendo de quem você seja, dependendo de onde você more, dependendo da sua cor, o seu direito à vida é mais passível de violação, especialmente por parte do Estado, através da atuação policial que inclui humilhações, ameaças, agressões e execuções sumárias que podem acontecer todos os dias com pessoas negras e periféricas.

O imperativo da atuação policial destinada a esse segmento da população é “*atirar primeiro e perguntar depois*” tendo como cortina de fumaça a guerra ao tráfico de drogas.

Ocorre que essa falácia muitas vezes é acompanhada da morte, da execução de pessoas inocentes, homens, mulheres, crianças, jovens e adolescentes condenados à morte simplesmente por carregarem os traços de quem é considerado subgente neste país e, portanto, passível de morte: negros (as), periféricos (as) e pobres.

Como afirma Mônica Francisco³⁷, “*existem protocolos, nacionais e internacionais, regimentos, corregedoria, mas a ação da polícia é completamente fora da curva do estado democrático de direito. Ferramenta mais eficaz do neocolonialismo nas Américas, uma verdadeira máquina de matar*” (Chacina do Borel, 2022).

O que se tem, é que o direito universalista de igualdade e contra discriminação de qualquer natureza apregoado pela CF/88, é letra morta e que o Estado, por meio da ação ou

³⁷ Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro, filiada ao PSOL, na eleição de 2018.

omissão, inflige diversas formas de violência à população negra e, especialmente à adolescência/juventude negra, rotulando-a como violenta, mais propensa ao crime e por isso, mais passível de repressão, punição, encarceramento e morte. Como afirma Theodoro (2014, p. 214),

Aos negros, no Brasil, o legado da pobreza e o lugar cativo nos estratos sociais inferiores. As penas mais pesadas no Judiciário, o maior assédio policial, a absoluta falta de oportunidades de ascensão social. Todo esse processo tem como elemento fulcral a existência do racismo. O racismo como relação social que molda e determina o perfil da sociedade brasileira. O racismo e seus desdobramentos, na forma da discriminação e do preconceito devem ser o alvo principal não apenas das políticas de promoção da igualdade racial, como de resto, da toda política social brasileira.

Ante ao exposto, as políticas públicas voltadas ao segmento juvenil no Brasil carregam o desafio de lidarem com o fato de que existem várias formas de se vivenciar a juventude ou juventudes que são atravessadas por fatores identitários de raça, gênero, território, classe, e que só poderão ter alguma efetividade no que tange à justiça social, igualdade de oportunidades nas áreas de educação, saúde, cultura, trabalho se forem políticas articuladas, tratadas com o cuidado e complexidade que esta questão exige.

O próximo capítulo descreve como as políticas públicas, especialmente para a juventude negra, têm sido conduzidas no Brasil.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ABORDAR PROBLEMAS COMPLEXOS

*O preto, o pardo, o indígena, no final das contas,
O pobre, o excluído, foi levado em conta,
E o colorido das escolas tomou conta,
Num não à colonização e numa afronta
À escravidão e à exclusão escrotas,
Com as cotas.
E de orgulho renovou-se a nossa cota,
E de alegria que revive e não se esgota
E que resgata o sonho, a esperança morta.
E campê renovaram-se com outras
Visões e perspectivas, percepções e óticas,
Com as cotas.*

(Trecho da música “As Cotas”, letra: Carlos Rennó,

Letra: Chico César)

É importante iniciar este capítulo abordando umas das políticas públicas brasileiras mais exitosas dos últimos tempos e que vem mudando o perfil das identidades nas universidades públicas de todo país, a Lei 12.711/ 2012 (Lei de Cotas) que prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas.

Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Recorre-se ademais à referida lei, pois seu processo de construção iniciado nos anos 2000, com debates diversos no cenário brasileiro sobre a implementação de políticas afirmativas reparadoras em razão de racismo e suas consequências sociais, servirão de parâmetro para analisar o motivo de algumas políticas públicas para a juventude, em especial a juventude negra, lograrem êxito e outras não.

O contraponto dessa reflexão será outra política pública destinada à juventude negra, o Plano Juventude Viva (PJV), iniciado em 2011 e interrompido em 2015. Sem a pretensão de dar respostas prontas e acabadas para os desafios relacionados à construção de políticas para esse segmento populacional, o que se pretende é incitar um exercício reflexivo sobre como o processo de construção de políticas, imbuída de toda sua complexidade, pode ser decisivo para a efetividade ou falta de efetividade enquanto medida adotada para se fazer justiça social.

A Lei de Cotas é fruto de intenso debate acerca dos processos de exclusão socioeconômica e racial a que estão sujeitas as população pobre e sobretudo negra no Brasil, sendo o Movimento Negro, um dos principais indutores desse debate ao denunciar as disparidades socioeconômicas infligidas ao povo negro, além de propor a valorização da identidade afro-brasileira e a educação como meio de subverter esta ordem (Gomes, 2012).

Como ação afirmativa³⁸ tal política contribuiu para que, no decurso de 10 anos (2012 a 2022), aumentasse em 400% o ingresso de negros (as) nas universidades. Para além deste fato, que por si só já é revolucionário, alguns argumentos contra adoção da Lei de Cotas, tais como: incentivo a graves conflitos raciais nos *campi*, queda do nível acadêmico do ensino e pesquisa universitária, ou aumento do percentual de evasão dos cursos, foram totalmente rechaçados por literatura e pesquisa sobre o tema (Godoi; Santos, 2021).

Assim como a Lei de Cotas, a Lei nº 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni), também contribuiu para tornar os espaços universitários mais diversos e plurais. As bolsas de estudos integrais ou parciais são destinadas em grande parte para estudantes oriundos da rede pública de ensino sendo que, em contrapartida, o governo federal concede a instituições privadas diversas isenções de tributos federais (sobre o faturamento, o lucro e a folha de salários) (Godoi; Santos, 2021).

Como o público-alvo das bolsas do Prouni são alunos egressos de escolas públicas, com reserva de vagas para negros e indígenas na mesma proporção dessas subpopulações nos estados da federação, essa expansão acelerada do acesso ao ensino superior privado também foi afetada pelas ações afirmativas. Do início do Prouni até 2014, a proporção de bolsistas pretos e pardos: 51%, superou a de bolsistas brancos: 45,8% (Almeida, 2017, p. 97).

Contudo, destaca-se que as assimetrias de acesso ao ensino superior no Brasil, no que tange à raça, ainda se revelam bastante desfavoráveis, pois de acordo com a PNAD Contínua, em 2022, 29,2% da população branca com idade entre 18 e 24 anos encontrava-se estudando em universidades. Entre as pessoas pretas e pardas nessa mesma faixa etária, esse percentual caiu para 15,3%.

O rendimento domiciliar *per capita* entre brancos e negros é outro indicador que revela a discrepância persistente entre um segmento populacional e outro. Em 2021, enquanto brancos

³⁸ As ações afirmativas exercem papel fundamental para o processo de reparação histórica, econômica e social necessário em países como o Brasil, marcados fortemente pelo longo período da escravidão. A implementação de técnicas de discriminação positiva é necessária em vista da enorme disparidade de oportunidades em detrimento dos negros, localizados em posições oprimidas e com enorme dificuldade de acesso a espaços restritos à elite privilegiada (Godoi; Santos, 2021).

tinham um rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$1866,00, para pessoas negras o rendimento caiu quase pela metade, R\$949,00.

Portanto, destarte os avanços no campo da educação superior no Brasil, ainda é longo o percurso para que as políticas públicas das mais diversas áreas, incluindo educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, dentre outras, voltadas ao segmento juvenil, especialmente ao segmento juvenil periférico e negro, surtam efeitos no que tange à igualdade de oportunidades e justiça social.

Como prova deste caminho que ainda é permeado de fragilidades, desafios e inconsistências, basta um olhar mais atento para as dinâmicas desiguais que podem ser vistas no espaço social, com crianças, adolescentes e jovens, principalmente negros(as), fora dos espaços escolares e de outros espaços de proteção. Todos os dias os(as) assistimos nas ruas, em semáforos, fora das escolas, distantes de um viver digno, tentando sobreviver na informalidade, na iminência cotidiana das mais diversas vulnerabilidades e riscos sociais. Fato que denota as contradições entre as legislações voltadas a este segmento, ECA e Estatuto da Juventude, cujos fundamentos principais se amparam na garantia de direitos e o que acontece na prática, as mais diversas violações de direitos.

Na tentativa de lançar alguns feixes de luz nesta questão, Arroyo (2020) expressa o pensamento de que, a depender do contexto socioeconômico, a realidade de adolescentes³⁹ e jovens podem ser bem diferentes e, precisamente por isso, Arroyo (2020) as denomina de Outras, diversas adolescências, diversas juventudes, feitas tão desiguais. Arroyo nos convida a pensar que

Quando nos deparamos com a pergunta ‘Quem são esses adolescentes e jovens?’ e constatamos que são Outros podemos perceber que são os mesmos vistos como um incômodo nas cidades, nas ruas, nas manifestações culturais, até nas famílias. São adolescentes e jovens objetos de reportagens negativas da mídia e das ocorrências policiais. Até os destinatários de programas de assistência, de reeducação moral, de integração na ordem, de capacitação para não caírem na sobrevivência informal. São os destinatários dos programas de emprego que lhes abram alguma perspectiva de futuro. As famílias, a mídia, os governantes e a sociedade coincidem: são Outros porque sem futuro, sem lugar (Arroyo, 2020, p. 224).

³⁹Na faixa etária de 15 a 18 anos há a sobreposição do ECA e Estatuto da Juventude. Enquanto que para o ECA os sujeitos nesta faixa etária são denominados adolescentes, para o Estatuto estes são denominados como jovens. Contudo, no Art. 1º § 2º do Estatuto da Juventude salienta-se que: § 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Abramo (1997), também alude à forma pejorativa como a adolescência e juventude, especialmente a pobre e periférica, são noticiadas nas mídias, comumente relacionadas a problemas sociais como violência, crime, exploração sexual, drogadição, dentre outros aspectos negativos.

Como no Brasil, há a tendência de se criminalizar a pobreza, adolescentes e jovens pobres, além de carregarem os rótulos universais desta fase (rebeldes, transgressores, instáveis, dentre outros), carregam outros estereótipos como: violentos, desocupados, vagabundos, fato que denota um terreno propício para grupos conservadores proporem mudanças no ECA no que se refere à redução da maioria penal, por exemplo (Rodrigues; Oliveira, 2016).

Como forma de escamotear os complexos mecanismos sociais de exclusão, as políticas públicas voltadas aos/às jovens e adolescentes carregam um sentido moralizante, paliativo de tentativa de conformá-los ao *status quo* dominante. Políticas públicas esvaziadas de sentido e de efetividade porque pouco ou nada comprometidas com mudanças que de fato podem fazer diferença na vida desses jovens (Arroyo, 2020; Sposito e Tarábola, 2017; Abramo, 1997).

Lopes, *et al.* (2006), apontam que tanto as ações governamentais como as não-governamentais, voltadas para a adolescência e juventude pobre e periférica, geralmente, são programas escassos, fragmentados e desarticulados, no que diz respeito ao diálogo e à comunicação em rede com outras políticas de atendimento e ainda costumam não atingir os objetivos propostos.

4.1 COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DA COMPLEXIDADE

Mas, do que se trata então políticas públicas? Como analisar, à luz do contexto brasileiro, o que são políticas públicas para as juventudes, e por que algumas têm êxito como é o caso da política de cotas nas universidades e outras se traduzem em ações e programas e projetos que pouco ou nada contribuem para mudanças efetivas? Para finalizar este quadro de questionamentos, como fomentar outras políticas públicas que de fato estejam alinhadas com a prerrogativa que conceba os jovens, principalmente os (as) negros (as), periféricos (as), como sujeitos de direitos?

Para acionar possíveis pistas de entendimento para os questionamentos elencados, opta-se por situá-los no recorte temporal do contexto brasileiro a partir de sua redemocratização, no final da década de 1980, que se consolidou com a promulgação da CF/88, até os dias atuais.

Neste cenário de abertura democrática, criou-se um ambiente favorável para que um amplo conjunto de questões, objeto da ação estatal, fossem vistos numa perspectiva de reconhecimento de direitos com ênfase na democratização, descentralização e participação. Entraram em cena na proposição destas, atores sociais que se personificavam através de entidades, coletivos, sindicatos, movimentos que atuavam como atores na proposição de políticas públicas (Marcondes; Sandim; Diniz, 2018).

De forma paralela, a década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento de políticas de cunho neoliberal no Brasil e no mundo. Este processo se intensificou a partir de 1995, no governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a Reforma Gerencial do Estado que implementou mecanismos de enxugamento da máquina pública com foco no gerenciamento por resultados, competição, mensuração de performance e a transição de um Estado intervencionista para um Estado regulador (Tripodi; Sousa, 2018).

Fonseca (2009) alude ao tensionamento entre esses mecanismos de fortalecimento da democracia *versus* políticas neoliberais que, em termos gerais, vai significar o fomento de uma lógica individualista, meritocrática *versus* a construção de consciências e projetos voltados para o bem estar coletivo.

No campo específico das políticas públicas, a ideia de governança - aqui tida como a descentralização da produção de políticas públicas de agências e autoridades públicas para a inclusão de um conjunto mais amplo de atores e instituições⁴⁰ que vão produzir novos formatos de provisão: convênios, parcerias, contratos, concessões, esferas participativas, contratos de gestão, entre outros (Marques, 2019) -, gerou (e ainda gera) controvérsias quanto a sua intenção como sistema público de organização de serviços de atendimento à população.

Argumentos a favor da governança pública a defendem por supostamente gerarem transparência, otimização e melhoria dos serviços públicos, enquanto os que são contra, aludem ao seu caráter com viés neoliberal, que tende para as privatizações, desresponsabilização do Estado frente aos problemas públicos, falta de regulação e influência corporativa. Como questiona Santos (2022, p.120, *italico nosso*), “*vamos reconstruir a federação para servir melhor ao dinheiro ou para atender à população?*”

Destarte a disputa de forças de argumentos e contra-argumentos relativos ao sistema de governança, o fato é que esse sistema encontra ressonâncias num novo formato que substitui uma abordagem de políticas públicas centralizada, fragmentada e setorializada para uma

⁴⁰ Organizações Não Governamentais (ONG's), Organizações Sociais (OS's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), empresas privadas, entidades multilaterais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, dentre outros.

abordagem mais horizontalizada e sistêmica, que considere as complexidades inerentes às formas de concepção e ação relativas às ações públicas.

Ao abordarem o paradigma da complexidade e teoria das organizações, Serva, Dias e Alperstedt (2010) aludem ao pensamento de Morin (1982) segundo o qual é necessário considerar que, sempre por trás da ordem e da organização, existe a desordem marcada pelas incertezas, ou seja, a organização não pode ser reduzida à ordem, embora a comporte e a produza e que, se por um lado a desordem coopera na geração da ordem organizacional, por outro ela ameaça a ordem com a desintegração, seja por fatores externos ou internos.

A partir desta ideia, o paradigma da complexidade ajuda a desvelar o caráter polimorfo no âmbito das organizações tecendo críticas ao positivismo das ciências da administração, bem como ao princípio cartesiano, que tende a acionar opções exclusivas e inadequadas para abordar problemas divergentes, além do reducionismo e incompetência para lidar com contradições e a não apreciação da subjetividade, da capacidade essencial do ser humano de interpretar a realidade (Serva; Dias; Alperstedt, 2010).

Se as organizações, incluindo a administração pública, são revestidas de um caráter polimorfo e complexo, os desafios concernentes a elas também o são e podem ser categorizados como "*wicked problem*" (Rittel; Webber, 1973) ou mesmo como "*problemas malditos*" (Brugué; Canal; Paya, 2015).

Traduzidas para o português, tais terminologias são lidas, respectivamente, como problemas perversos, problemas intratáveis ou problemas complexos os quais são descritos por sua complexidade, dispersão e pela necessidade de abordar intrincados padrões de interconexão e interdependência. Brugué e Franzi (2012, p. 77), assim conceituam o que vem a ser um *wicked problem* ou *problema maldito*:

Se trata de problemas que son difíciles o imposibles de resolver porque los requisitos para su resolución son incompletos, contradictorios y cambiantes o incluso difíciles de reconocer. Además, debido a las complejas interdependencias que residen en la naturaleza del propio problema, los esfuerzos para solucionar un aspecto o una dimensión del problema hace aflorar o provoca otros problemas. Los wicked problems, en consecuencia, parecen escapársele de las manos a una administración pública que ve desbordadas sus propias capacidades.

Brugué, Canal e Paya (2015), reforçam que a crescente complexidade das administrações públicas no século XXI não cabe mais no *modus operandi* administrativo

clássico que consistia em simplificar os problemas reduzindo-os a âmbitos especializados e conhecimentos setorializados. Sob esse prisma os mesmos autores reforçam que

Y es aquí donde radica el principal reto para las intervenciones públicas. Unas intervenciones que se han construido a partir de lógicas sectoriales aplicadas a problemas unidimensionales y que hoy deben aprender a ofrecer respuestas multisectoriales a asuntos multidimensionales. Los problemas son “malditos” precisamente por su irreductible complejidad, por la imposibilidad de aplicarles recetas simplificadoras que los hagan manejables para las administraciones públicas (Brugué; Canal; Paya; 2015, p 87).

Se os problemas públicos ultrapassam as fronteiras setoriais, estas devem ser repensadas conforme novas estratégias comunicacionais e organizacionais (Cruz, 2020). Adotar uma perspectiva que encare problemas e soluções sob esse ângulo implica reconhecer que as políticas públicas são moldadas por ações localizadas, ocorrendo simultaneamente em diversos lugares e envolvendo uma ampla gama de atores, tanto na formulação quanto na implementação (Marques, 2019). Tal perspectiva circunscreve as políticas públicas numa teia interconectada que evoca o conceito de trabalho em rede.

Para Cruz *et al.* (2020 *apud* Latour, 2005, *italico* nosso), “*as redes são associações entre atores humanos e não-humanos onde estão em disputa e em constituição interesses e instrumentos*”, sendo que os interesses, para além de uma racionalidade instrumental, correspondem à expressão de identidades de atores diversos por meio dos significados e sentidos que moldam suas representações e ações. Embora seja um ator fundamental dada a sua influência e permeabilidade no espaço social, o Estado é apenas um dos atores em uma rede diversa e heterogênea cujas relações de poder, mediadas por instrumentos, (re)configuram o curso da ação, a qual pode tornar-se, de fato, coletiva e orientada para a solução de problemas públicos (Cruz, *et al.*, 2020).

Para tanto, os instrumentos da ação pública precisam ser compreendidos para além de sua racionalidade técnica ao englobar, também, perspectivas políticas, sociais, econômicas e históricas dos atores envolvidos e de como essas perspectivas irão moldar os contornos dessa política. Para Lascoumes e Le Galès (2012, p. 21, *italico* original), “*um instrumento de ação pública pode ser definido como um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários de acordo com as representações e os significados dos quais é portador*”.

A significativa contribuição da ação pública abordada por seus instrumentos reside em retirar a neutralidade dos objetos técnicos (Halpern, Lascoumes, Le Galès, 2021; Farah, 2018;

Muller, 2018). Dessa forma, legislações, programas, projetos, orçamentos públicos, ou qualquer outra gama de instrumentos acionados para a construção de políticas públicas são permeados por intrincadas relações de poder entre governos, sociedade civil, entidades privadas, movimentos sociais, com a mídia, grupos acadêmicos, dentre outros, cujos debates e discussões são balizados por interesses e visões de mundo distintas e muitas vezes, conflitantes.

É nesse sentido que Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) ressaltam que, assim como as instituições, os instrumentos utilizados também estruturam as políticas públicas. Para estes estudiosos, os instrumentos

determinam em parte o comportamento dos atores, criam incerteza sobre os efeitos das relações de poder, conduzem à atribuição de preferência a determinados atores e interesses e à exclusão de outros, limitam e fornecem recursos (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 34).

Ao incorporar a complexidade no enfoque sobre as políticas públicas, permite-se ultrapassar as concepções de vê-las sob um prisma genérico que as concebem como tudo aquilo que um governo decide ou não fazer, embora exista algo de verídico nesta assertiva, dado o passo inicial de incorporação de tal problemática na agenda governamental que atrai a atenção de políticos e gestores públicos (Dowbor; Carlos; Albuquerque, 2018).

Pelo mesmo motivo de não corresponder à complexidade dos mecanismos envolvidos em sua elaboração, uma política pública não pode ser pensada apenas por seu viés pragmático, como quadro normativo de ação combinando elementos de força pública e de competência para se constituir numa ordem local (Muller, 2018).

Assim, tanto o paradigma da complexidade, como a análise das redes sociais, bem como os instrumentos da ação pública ampliam a concepção de políticas públicas ao tratar dos vieses políticos, interesses conflitantes, visões de mundo diversas dos atores envolvidos em todos os passos de seu ciclo. Ademais, consideram o contexto histórico, cultural e socioeconômico os quais irão moldar contornos dessa política exercendo efeitos estruturantes na relação entre Estado e sociedade.

Agrega-se ademais a todo esse quadro conceitual de políticas públicas, alguns outros conceitos/ferramentas analíticas, a saber: a transversalidade, a intersetorialidade e interseccionalidade, que viabilizam os modos de se abordar os problemas públicos de forma mais sistêmica, além de contribuírem para promover a interlocução e articulação de diversos segmentos e atores de políticas públicas.

Conceituar transversalidade e intersetorialidade no terreno das políticas públicas não é tarefa fácil devido à sobreposição e uso intercambiável desses termos, tanto na teoria quanto na prática (Marcondes; Sandim; Diniz, 2018). No entanto, Serra (2005 *apud* Reinach, 2013) destaca as diferenças entre intersetorialidade e transversalidade ao afirmar que a intersetorialidade está relacionada a uma fase da gestão pública que busca formas mais horizontalizadas de comunicação, enquanto a transversalidade surge em outro momento, em que a gestão pública passa a abordar os problemas numa perspectiva de realidade multidimensional e de Estado relacional que prevê a cooperação entre diversos atores sociais.

Para tanto, o conceito de transversalidade, para Serra (2005), remete à transversalidade tanto como um conceito quanto como uma ferramenta organizacional cuja função é dotar as organizações de capacidade de atuação sobre temáticas para as quais o modelo clássico de gestão se mostra inadequado e insuficiente.

Marcondes, Sandim e Diniz (2018) destacam que as políticas sociais são terrenos privilegiados das discussões sobre transversalidade, enquanto construto teórico e ferramenta organizacional, dado o seu uso corrente em iniciativas voltadas para a garantia de direitos e políticas destinadas a grupos sociais específicos, como mulheres, negros(as) e indígenas. Esse enfoque também está associado à reorganização das ações governamentais por meio de uma nova perspectiva, frequentemente coordenada por órgãos criados especificamente para essa finalidade, o que inclui a temática dos direitos humanos.

Exemplificando essa dinâmica transversal que reorganiza o panorama das ações governamentais, pode-se citar o período atual do governo do Presidente da República Lula, iniciado em janeiro de 2023, que decidiu pela criação dos ministérios da Igualdade Racial, das Mulheres, dos Povos Indígenas e dos Direitos Humanos e Cidadania, destinados a lidar com essas pautas de forma articulada junto a outros ministérios e iniciativas governamentais, como se verifica nos Decretos⁴¹ que aprovaram a estrutura regimental desses órgãos de governo.

⁴¹ Decreto Nº 11.346, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11346.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JANEIRO%20DE%202023&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 12 out. 2023.

Decreto Nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Mulheres e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11351.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.351%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JANEIRO%20DE%202023&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 12 out. 2023

Decreto Nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em:

As dimensões conceituais a respeito da intersectorialidade, por sua vez, a descrevem como diretriz e estratégia de reorganização da ação entre setores, para que atuem de forma integrada, mobilizando diferentes saberes e conhecimentos, para a consecução de objetivos comuns. O Programa Bolsa Família (PBF), é um exemplo de política intersectorial, pois prevê a integração de ações de saúde, educação e assistência social para acompanhamento das condicionalidades do Programa (Brasil, 2023).

No que concerne à interseccionalidade, como salienta Cruz *et al.* (2020) novas demandas remetem às necessárias intersecções de classe, gênero, raça, e orientação sexual, dentre outras, para compreender os problemas públicos, perpassados transversalmente por questões territoriais, ambientais e culturais, priorizando a democracia participativa e a dialogicidade entre múltiplos atores, o que exige novos instrumentos e nexos para a ação pública.

Muito embora estudiosos(as) e pesquisadores(as) das Ciências Sociais e Humanidades já houvessem ousado compreender as desigualdades e opressões articulando matrizes identitárias de classe, raça e gênero⁴², o conceito relativo a essas categorias interconectadas, denominado interseccionalidade, começou a ganhar notoriedade dentro e fora dos espaços acadêmicos a partir dos anos 1990.

Foi nesse período que a professora e pesquisadora de direito civil, a estadunidense Kimberlé Crenshaw, passa a utilizá-lo para descrever a interação complexa e por vezes negligenciada de discriminações de raça e de gênero que, entrecruzadas e sobrepostas, concorrem para um sistema de opressão em maior grau para mulheres negras (Crenshaw, 2004).

Crenshaw (2004) argumenta que as perspectivas tradicionais relativas às questões de discriminação e desigualdade de raça, gênero ou classe partem do princípio de que se está falando de categorias diferentes de pessoas, sendo a discriminação de gênero direcionada às mulheres, a racial circunscrita à raça e à etnicidade e a discriminação de classe relativas apenas

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11355&ano=2023&ato=68aUTVU9kMZpWT552>. Acesso em 12 out. 2023.

Decreto Nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023 -Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos

Humanos e da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11341.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.341%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JANEIRO%20DE%202023&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a. Acesso em: 12 out. 2023.

⁴² Como é o caso da historiadora e filósofa brasileira Lélia Gonzalez (1935-1994) em seu emblemático ensaio intitulado “Por um Feminismo Latino Americano”, o qual, em 1988, já denunciava a tripla discriminação a que estavam submetidas mulheres negras e pobres, bem como a crítica tanto ao Feminismo quanto ao Movimento Negro naquilo que ofuscavam, respectivamente, as questões de raça e sexo (Gonzalez, 2021).

a pessoas pobres. Mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos, o que é uma falha fundamental.

Os feminismos negros surgem então como uma tentativa de descortinar o que o feminismo tradicional invisibilizava, o fato de que mulheres negras e pobres possuem experiências de vida bem distintas de mulheres brancas e de classe média, perfil privilegiado nas discussões de gênero; por isso o papel fundamental da interseccionalidade nessa função (Kyrillos, 2020). Para esta autora, a interseccionalidade assim se conceitua

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Kyrillos, 2020, p. 1).

Ao refletirem acerca do potencial de seu uso, tanto na teoria quanto na prática, é que Collins e Bilge (2020) afirmam que a interseccionalidade parte da sinergia entre a pesquisa crítica e a *práxis* crítica, a primeira relativa ao desenvolvimento da interseccionalidade como ferramenta analítica na construção de pesquisas e análises críticas na academia e a segunda aludindo ao uso da estrutura da interseccionalidade por pessoas, individualmente ou em coletivos, contribuindo, dessa forma, para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto da cidadania e outras posicionam as pessoas diferentes no mundo.

Portanto, é nessa lacuna de compreensão que a interseccionalidade, como conceito, ferramenta analítica e *práxis* crítica se faz necessária ao desafiar uma visão monolítica de análise e abrir espaço para discutir os problemas adentrando às suas especificidades subjacentes (Kyrillos, 2020; Collins; Bilge, 2020; Crenshaw, 2004).

É com essa compreensão sobre as políticas públicas, como produtos e produtoras de uma teia inter relacional de fios que se tecem por padrões dinâmicos de interação entre múltiplas entidades (formais e informais) e múltiplos atores (governamentais, políticos e sociais), que disputam visibilidade, espaços, recursos, instrumentos e narrativas (Marques, 2019; Cruz *et al.*, 2020), é que se vislumbra traçar uma linha de raciocínio para compreender sobre o porquê de algumas políticas públicas pensadas para a juventude negra lograrem êxito e outras serem marcadas pela falta de efetividade de suas ações. Com isso, muda-se o foco da avaliação com base apenas em resultados e, em vez disso, enfatiza-se o processo de construção de políticas públicas.

4.2 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE COTAS E DO PJV

No que concerne ao êxito da Lei Federal nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas nas universidades públicas brasileiras, consubstanciada no espectro das políticas de ações afirmativas, destacam-se alguns pontos que, baseado na compreensão sobre o conceito de políticas públicas aqui proposto, contribuíram para sua efetividade.

O primeiro ponto refere-se aos movimentos sociais adentrando a arena pública de discussões de políticas públicas como ator fundamental na proposição destas. No caso, ao analisar a trajetória das políticas de ação afirmativa no Brasil, verifica-se a importância dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, ao denunciar desde antes do período de redemocratização do Brasil, que as barreiras educacionais que atingiam (ainda atingem) os negros eram (e ainda são) o principal entrave à igualdade racial no país (Guimarães, 2003).

A luta incontestável do Movimento Negro frente às discriminações e desigualdades raciais, fruto de um processo histórico de escravidão e de uma visão eurocêntrica de indivíduo e de sociedade, é fundamental para que se crie uma abertura ao diálogo e ao debate desta problemática nos espaços políticos, governamentais e sociais. Fato indicativo de que os movimentos sociais não são apenas desafiadores do *status quo*, mas também podem apresentar propostas concretas para as políticas públicas (Dowbor; Carlos; Albuquerque, 2018).

A relevância dos movimentos sociais pautando os debates sobre os problemas públicos, tensionou os governos eleitos democraticamente, a partir da década de 1990, a incluírem na agenda governamental, o debate sobre o racismo, bem como os desdobramentos nefastos daí advindos (Silva, 2018; Guimarães, 2003). Assim, o segundo ponto crucial para o êxito da Lei de Cotas, refere-se à mudança de enfoque sobre o racismo, um fato social tido como um problema público, que passa a ser tratado como problema de governo (Muller, 2018).

Esse processo teve início no governo do então Presidente da República FHC (1995-2002)⁴³ que, cada vez mais pressionado por ONG's ligadas à causa negra em fóruns nacionais e internacionais de debate acerca das contradições evidentes entre a suposta democracia racial brasileira e dados estatísticos que demonstravam justamente o contrário, além de não ter em sua defesa um histórico de políticas de combate a essas desigualdades, se vê obrigado a trazer o debate sobre políticas afirmativas para perto do governo (Guimarães, 2003).

⁴³ O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso como Presidente do Brasil foi em 1995. Ele foi eleito nas eleições presidenciais de 1994 e assumiu a presidência em 1º de janeiro de 1995, servindo dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2002.

Em nível global, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em 2001 na cidade de Durban (África do Sul), promovida pela ONU e considerada um marco nas discussões acerca de questões relacionadas ao racismo, xenofobia, intolerância e discriminação racial, recomendou a implementação de políticas públicas de combate ao racismo e promoção de igualdade para afro-descendentes a todos os países presentes, incluindo o Brasil (Carreira; Heringer, 2022; Carneiro, 2011; Guimarães, 2003).

Fato que contribuiu para a adoção de medidas mais concretas na luta contra o racismo no contexto brasileiro, a partir dos anos 2000, quando algumas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia e, posteriormente a UnB, aderiram ao sistema de reserva de vagas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas (Carreira; Heringer, 2022; Guimarães, 2003).

Nos governos subsequentes, o de Lula (2003-2010⁴⁴) e de Dilma Rousseff (2011-2016⁴⁵), as intervenções governamentais de combate ao racismo ganharam um grau maior de institucionalidade indicando a maior propensão do Estado para intervir na correção das desigualdades.

Algumas medidas adotadas pelo governo nesse período foram, a saber: a Criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), dedicada a promover políticas de igualdade racial e combater o racismo, em 2003; a sanção da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do país; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e; a Lei 12.711/2012, mais popularmente conhecida como Lei de Cotas.

Vale ressaltar que o processo de aprovação da Lei 12.711/2012, foi marcado por grandes embates de 2003 a 2012, quando a lei foi promulgada. Honorato *et al.* (2022) destacam que argumentações contrárias à adoção de ações afirmativas giravam em torno do princípio de igualdade política e jurídica como fundamento essencial da República, além da ameaça que gerava ao aumentar o racismo pela “invenção de raças oficiais”. Do lado favorável, seus defensores faziam referência às desigualdades raciais expressas na escolaridade, acesso a emprego e saúde de pretos e pardos.

Embates estes que adentraram diferentes instâncias políticas e jurídicas e culminaram na decisão histórica do STF, em 2012, pelo reconhecimento da constitucionalidade das ações

⁴⁴ Lula assumiu a presidência da república em 1º de janeiro de 2003, servindo dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2010.

⁴⁵ Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita como Presidente da República Federativa do Brasil, seu primeiro mandato ocorreu de 2011 a 2014, quando foi reeleita para um mandato de mais quatro anos. No entanto, em 2016, Dilma Rousseff enfrentou um processo de impeachment e foi destituída da presidência. Seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo.

afirmativas com recorte racial, pavimentando as condições jurídicas e políticas para a aprovação da Lei 12.711/2012 (Carrera; Heringer, 2022).

Este fato denota o caráter conflitante das políticas públicas e de como os seus instrumentos não são apenas técnicos, mas atravessados por perspectivas políticas, sociais, econômicas e históricas (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021). Ademais, também demonstra como as arenas de discussão compostas por atores múltiplos enriquecem o debate e podem ajudar a dar mais robustez e consistência para uma política, sendo esse, portanto, o terceiro ponto que contribui para o êxito da Lei de Cotas.

Em que pese a decisão favorável do STF, a promulgação da lei, bem como sua implementação com bons resultados nos últimos onze anos, pondera-se que desafios em pontos da lei que, segundo Godoi e Santos (2021), necessitam de algum tipo de revisão: reforçar a regulamentação das comissões de heteroidentificação dos candidatos que se autodeclaram negros; avançar nas iniciativas de ação afirmativa no âmbito da pós-graduação; revisar a problemática subcota baseada na renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo⁴⁶.

Sobre este aspecto, atualmente tramita no Senado o Projeto de Lei nº 5384, de 2020⁴⁷, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dentre as mudanças propostas, o novo texto reduz a renda familiar per capita para um salário mínimo na reserva de 50% das cotas; aumenta as chances de ingresso dos cotistas raciais ao fixar primeiramente a disputa pela ampla concorrência. Se o candidato não conseguir nota para aprovação nas vagas gerais, passará a concorrer às vagas reservadas; prevê a inclusão de estudantes quilombolas nas cotas das universidades e institutos federais de ensino, que até então não eram contemplados no texto da lei.

Isso sugere o quarto ponto importante na construção de uma política e que contribuiu para o êxito da Lei de Cotas, a de que seu processo não terminou com sua implementação, sendo o seu caráter de avaliações periódicas uma estratégia positiva para a correção de possíveis distorções, porém não de uma forma puramente burocrática, mas sim sob um prisma avaliativo baseado na experiência empírica das políticas, atentando para como são executados no seu cotidiano institucional e fora dele (Gussi; Oliveira, 2016).

Por último, mas sem esgotar a possibilidade de analisar e estabelecer outras conexões que fizeram da Lei de Cotas um exemplo de instrumento de políticas públicas bem sucedido, ou

⁴⁶ De acordo com Medeiros, Mello Neto e Gomes (2016, p. 11, *apud* Godoi; Santos, 2021, p.21), estudantes com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo representam, em média, 98,6% dos estudantes de [escola] pública inscritos no Exame, mas só têm direito a 50% das vagas reservadas. Por outro lado, estudantes com renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo têm a sua disposição 50% das vagas reservadas, mas só respondem por, em média, 1,3% dos inscritos.

⁴⁷ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/159365>.

mesmo criticar e apontar equívocos ou limitações da análise aqui empreendida, salienta-se o tratamento das desigualdades raciais e de classe de forma integrada e multidimensional como um passo acertado.

Isso possibilitou que o Estado brasileiro adotasse algumas estratégias transversais para reduzir as desigualdades resultantes da discriminação, sendo a utilização pelo governo de novas ferramentas organizacionais mais sistêmicas e integrativas, o quinto ponto para que a Lei de Cotas se consolidasse como um exemplo bem sucedido de política pública.

Numa análise transversal dos problemas sociais brasileiros, é fundamental reconhecer que as diversas formas de desigualdades de classe, raça, gênero, de identidade sexual, dentre outras, produzem impactos negativos não só para as populações historicamente marginalizadas, mas em toda sociedade. Isso decorre do fato de que parte da sociedade, em virtude de vantagens associadas à branquitude (Bento, 2022), à heteronormatividade, ao patriarcado, é acometida de uma visão míope, distorcida e egoísta de que somente a quem corresponda a esse padrão é digno de estatuto de cidadania. Confundem direitos sociais básicos, dos quais desfrutam, com privilégios dos quais não querem abrir mão nem compartilhar (Santos, 2022). É o velho ditado em ação: “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

O resultado de toda essa dinâmica, ainda mais quando se lança um olhar interseccional para essas desigualdades a partir de eixos identitários de opressão, é a sub-representação de grupos sociais marginalizados nos mais diversos espaços valorizados: de habitação, de lazer, de conhecimento e de poder. A título de exemplificação, citam-se os territórios onde residem as classes média e alta, as universidades, os sistemas de governo executivo, legislativo e judiciário, os postos de trabalhos de maior qualificação profissional, a mídia e por aí vai.

E é justamente porque as políticas universalistas se mostram inadequadas e insuficientes na garantia de igualdade de oportunidades para diferentes grupos étnicos é que entram em cena as ações afirmativas como políticas reparadoras e corretivas que engendram um conjunto diferenciado de medidas com o objetivo de proporcionar um acesso mais igualitário a determinadas oportunidades sociais para grupos historicamente discriminados (Jaccoud; Theodoro, 2005).

Se por um lado, a Lei de Cotas, consubstanciada no rol de políticas afirmativas de redução das desigualdades empreendidas nos últimos anos, pode ser vista como um exemplo de política pública bem sucedida para o segmento juvenil pobre, periférico e negro, por outro, como já referido no início desta seção, outras políticas públicas, bem como seus instrumentos traduzidos em ações, programas, planos, ainda se mostram limitados, inadequados e

insuficientes quando se pensa em promover ações para ampliação das garantias de direitos sociais, civis e políticos da juventude, em especial da juventude negra.

O Plano Juventude Viva (PJV), lançado em 2011 pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em articulação intersetorial com a SEPPIR, é um desses exemplos de políticas públicas que buscou alternativas para a resolução de problemas públicos complexos no caso, o alto índice de morte por causas violentas da população negra, mais especificamente jovens negros(as), periféricos, pobres, mas que acabou se transformando numa ação paliativa, pouco ou nada efetiva.

Antes de adentrar especificamente nos elementos construtivos do PJV enquanto política pública que pretendia reduzir os índices alarmantes de mortalidade da juventude negra e que foi implementado inicialmente em 2012, é preciso retornar ao processo de consolidação de uma agenda pública destinada ao segmento juvenil, pois a elaboração do PJV foi o resultado da trajetória da atuação da juventude negra na construção de marcos normativos e da sua participação ativa em espaços de deliberação sobre questões relacionadas ao segmento juvenil.

A partir da primeira década do século XXI houve um esforço de construção, por parte do governo Lula, de bases institucionais que priorizassem o segmento juvenil como demandante por políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos. Assim, em 2003, foi instituída, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que iniciou uma discussão nacional sobre essa temática. Do relatório desta comissão, saíram as minutas para um Plano Nacional da Juventude e de um Estatuto da Juventude, além da organização de uma Conferência Nacional sobre a temática (Custódio; Dos Santos, 2018).

Em 2005, a Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005, instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; criou o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Posteriormente, a Emenda Constitucional 65, de 13 de julho de 2010, consolidou a juventude como um foco de prioridade absoluta na produção de políticas públicas, ao incluir o termo “jovem” no artigo 227 da Constituição Federal representando, no aspecto de marco normativo, um avanço considerável em termos de garantias e políticas públicas, além de reparar tal omissão com relação à juventude.

Marcos referenciais estes que induziram à criação de órgãos de gestão destinados a juventude também nas esferas municipais, estaduais e distrital e possibilitou que se organizassem mecanismos de participação social dos segmentos juvenis e da sociedade civil com a criação de conselhos de participação, conferências regionais, estaduais e nacionais de juventude.

Nas três Conferências Nacionais de Juventude que ocorreram nos anos de 2008, 2011 e 2015, as discussões pautaram-se nos desafios e perspectivas para a juventude no Brasil e no mundo, contando com a participação de várias entidades ligadas à juventude.

Dada a articulação coletiva propiciada pelo Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE) que ocorreu na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia, no ano de 2007, a juventude negra assumiu um protagonismo desde a I Conferência Nacional da Juventude ocorrida em 2008. Neste encontro, o ENJUNE serviu como uma base organizativa da juventude negra que conseguiu pautar o “extermínio da juventude negra” como um dos principais temas abordados, demonstrando, estatisticamente, a realidade da violência contra jovens negros e a ausência de oportunidades para o seu desenvolvimento (Freitas, 2019; Moura; Gomes; Silva, 2017).

De acordo com Moura, Gomes e Silva (2017), o ENJUNE, ocorrido em 2007, foi um marco importante para o movimento pois foi a primeira vez que os (as) jovens negros (as) se descolaram do movimento negro adulto e passaram a atuar como ator coletivo representativo desse segmento.

Nesse sentido, a mobilização do ENJUNE ampliou o espaço de discussão das temáticas relativas à juventude negra tanto nas Conferências de Juventude, quanto no CONJUVE e na própria SNJ e acabou por influenciar os marcos normativos e ações subsequentes destinadas ao segmento juvenil, como é o caso da sua atuação na construção do texto da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, mais conhecido como Estatuto da Juventude (Freitas, 2019) e o Plano Juventude Viva (PJV) cujo momento de elaboração se iniciou em 2011 (Moura; Gomes; Silva, 2017).

Na época em que o projeto de lei do Estatuto da Juventude tramitava na Câmara dos Deputados, a juventude negra lutou para colocar no texto da lei, mecanismos que revertessem os altos índices de violência racial e coibissem ações violentas da ação policial perpetrada contra a juventude negra.

No entanto, o embate entre a juventude negra e representantes de forças conservadoras dentro da arena política legislativa fez com que prevalecesse uma leitura conservadora do tema e desconectada da histórica demanda dos movimentos negros de acesso à segurança e proteção contra a ação abusiva do Estado (Freitas, 2019).

Em julho de 2011, também como resultado da influência política da juventude negra (Gomes; Moura; Alves, 2019), iniciou-se o processo de formulação do Plano Juventude Viva (PJV), coordenado pela SNJ, SEPPIR e a Secretaria Geral da Presidência da República

(SG-PR). Envolveu inicialmente oito ministérios, o CONJUVE e representantes da sociedade civil.

Posteriormente, em 2013, passou a contar com 11 ministérios envolvidos e a capacidade de mobilizações variadas de atores sociais e políticos. Seu objetivo consistia em implementar ações para combater o racismo institucional e promover os direitos da juventude negra nos 142 municípios com as maiores taxas de violência contra essa população em todo o país à época (Custódio; Santos, 2018).

Como ressaltam Gomes, Moura e Alves (2019), o PJV teve um significado simbólico importante, pois foi a primeira política que mencionou explicitamente o problema da prevalência dos homicídios entre jovens negros, além de contestar, de forma crítica, as soluções apontadas por segmentos da sociedade que enxergavam o endurecimento das medidas punitivas e repressivas como solução para o problema.

Porém, assim como ocorreu na elaboração do Estatuto da Juventude, no PJV as ideias da juventude negra para sua consecução foram alvo de bastante resistência e dissenso justamente porque partia da concepção dos jovens como sujeitos de direitos em oposição à visão estereotipada de jovem como problema. Dito de outra forma, deslocava o foco de atenção dos jovens como principais perpetradores de violência para os jovens (sobretudo negros) como vítimas principais dos homicídios.

Visão esta que ia justamente contra o posicionamento de representantes do Ministério da Justiça (MJ) que rejeitavam a ideia de que havia seletividade policial na questão dos homicídios dos jovens negros. Neste embate, o MJ saiu vencedor e o PJV teve que excluir ações típicas da área de segurança pública que seriam centrais para lidar com o problema dos homicídios.

Por isso, o PJV foi caracterizado como uma política de ações preventivas e de mudança de cultura organizacional, isto é, ações de conscientização sobre o racismo institucional. Era a alternativa viável naquele momento (Gomes; Moura; Alves, 2019).

Como salienta Muller (2018), elaborar uma política pública significa construir uma imagem da realidade a qual se quer intervir. Partindo desta imagem, os atores organizam sua percepção do problema, confrontam suas soluções e definem suas propostas de ação. Essa visão de mundo será o referencial para a política adotada.

O PJV, ao adotar um referencial de desresponsabilização das ações da segurança pública no tocante à violência contra a juventude negra, ao fim e ao cabo, se absteve de colocar o dedo na ferida, e se mostrou como mais uma medida paliativa de pouco ou nenhum poder efetivo para dar solvência à violência imposta à juventude negra.

Tal dissonância entre o seu propósito inicial, que era o de criar medidas de ações combativas de enfrentamento contra a violência infligida à juventude negra, incluindo àquela praticada pelo Estado, e o que de fato se constituiu como o PJV, uma política branda de ocultamento do racismo, da discriminação e da violência institucional destinada aos jovens negros, alude ao que dizem Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) de que, no processo de construção de uma política pública, nas negociações entre atores heterogêneos com valores múltiplos, os instrumentos, ou alguns deles, são suscetíveis de terem efeitos, mas os usos e a resistência podem mudar completamente a situação e transformá-los.

Em que pese o fato de que ocultar a responsabilização do Estado no agravamento da violência contra a juventude negra tenha sido o maior obstáculo para uma potencial efetividade do PJV, os problemas não pararam por aí. Alguns estudiosos que o pesquisaram (Faustino; Huning, 2015; Gomes; Moura; Alves, 2019; Freitas, 2019; Custódio; Santos, 2018), e mesmo o Documento Plano Juventude Viva: um levantamento histórico (Brasil, 2018), apontaram inúmeros entraves que concorreram para que o PJV, mesmo com objetivos limitados a certo grau de informação e conscientização da violência contra a juventude negra, não alcançasse minimamente os resultados esperados.

Já de cara, na análise da nomenclatura, as complicações eram nítidas. Como destacaram Faustino e Huning (2015), no subtítulo do PJV lia-se “plano de prevenção à violência contra a juventude negra”, o que indicava seu caráter de ação afirmativa com recorte geracional e de raça. No entanto, ao longo do texto do plano, essa especificidade se perdeu e se diluiu em outros públicos, o que gerou controvérsias e imprecisões sobre o público-alvo.

A forma como se pensou a composição das ações e programas no âmbito do PJV também se mostrou bastante problemática e de difícil coordenação porque, na verdade, o PJV não se prestou a pensar em nenhuma estratégia construída especificamente para o seu desenvolvimento. O que ocorreu é que mapearam todos os planos e projetos que já existiam nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Justiça, Trabalho e Emprego, Assistência Social do governo federal e os agregaram como projetos de governo para a juventude, com foco no enfrentamento à violência.

O fato de estes programas terem sido criados com outros objetivos e implantados anteriormente ao PJV fez com que os mesmos não fossem vistos por alguns agentes executores destas políticas e pela sociedade civil como ações de enfrentamento à violência (Brasil, 2018; Faustino; Huning, 2015).

Diante da pulverização de programas e ações envolvidas no PJV, que perpassavam todas as instâncias de governo: federal, estadual, municipal e distrital, e do desencontro de

informações que isso causou, houve, ademais, uma dificuldade de coletar dados para a aferição dos resultados do plano (Brasil, 2018).

Fatos que apontavam problemas de coordenação intersetorial entre atores e setores envolvidos na execução do PJV, porque por mais que fosse positiva e necessária a concepção de que a violência é produzida por múltiplos fatores sendo primordial tratá-la transversalmente, em variadas ações das mais diversas áreas do governo, na prática essa tentativa de articulação se mostrou bastante equivocada (Brasil, 2018; Custódio; Santos, 2018; Faustino; Huning, 2015).

Algum tipo de explicação para a ocorrência dessas dificuldades talvez encontre respaldo no fato de que a articulação intersetorial no âmbito da administração pública ainda é um desafio, dada a dificuldade de romper com o raciocínio cartesiano de que as políticas setoriais, na maioria das vezes, são estruturadas para funcionarem isoladamente e organizadas em função do grau de especialização e profissionalização de cada área (Brasil, 2012).

Essa dificuldade também aponta para o que Cruz *et al.* (2020) destacam ao refletirem sobre a lógica participativa da ação pública transversal e intersetorial: a de que não se trata tão somente de um desafio organizacional, mas também de um desafio cognitivo. Em relação aos aspectos cognitivos, há sempre o risco de choques de valores, normas, lógicas e imagens sobre um determinado tema devido ao envolvimento de múltiplos atores com visões distintas e mesmo opostas. O que pode resultar numa articulação frágil, de dinâmicas antes competitivas do que colaborativas.

Em termos de organização, a realização de ações públicas transversais não depende somente de diretrizes governamentais formais, mas, inclusive de uma abertura e boa vontade para a aprendizagem colaborativa (Tarragó; Brugué; Cardoso Jr., 2015 *apud* Cruz *et al.*, 2020), o que nem sempre acontece.

No que tange ao PJV, por exemplo, essas limitações, tanto cognitivas quanto performativas, podem estar ligadas aos processos de naturalização da violência e suas relações com a juventude negra (Faustino; Huning, 2015). Ou seja, pela ação ou inação do Estado, há vidas que se podem deixar morrer. As vidas de jovens, pobres, negros(as), principalmente do sexo masculino, é o exemplo cabal desta dinâmica do extermínio.

O MJ, inclusive, foi alvo de duras críticas, diante de suas contradições, como continuar fomentando uma política de segurança pública de repressão de guerra às drogas que não deu certo nas experiências ao redor do mundo e que, além disso, se volta à juventude negra. Outra crítica ao MJ foi sobre sua omissão em apresentar estratégias para lidar com o meio milhão de homens presos, majoritariamente negros, cerca de duzentos mil ainda aguardando julgamento

(Brasil, 2018). O que corrobora com a ideia de como o racismo estrutural influencia nas tomadas de decisão por parte das organizações, sobretudo na administração pública.

Mesmo com todos os problemas, desafios e limitações relativas à elaboração e execução do PJV, em 2014 a abrangência do plano correspondia a 6 unidades federativas e 47 municípios com adesão pactuada entre aqueles considerados prioritários. Havia ainda mais 53 municípios dos considerados prioritários, que aderiram ao Plano de forma voluntária. Totalizou-se, assim, 100 municípios (70,4%) dos 142 prioritários que representavam, à época, aproximadamente metade dos homicídios no país. Outros 144 municípios não prioritários solicitaram adesão voluntária ao Plano (Brasil, 2018).

Quando se pensa em todos esses percalços enfrentados por uma política pública como o PJV, por exemplo, torna-se interessante distinguir o seu sentido explícito, o qual é definido através dos objetivos proclamados pelos tomadores de decisão (quando eles existem) do sentido latente, que se revela progressivamente ao longo de sua implementação (Muller, 2018, p. 21). Como ressalta esse autor,

O problema aqui posto é o do grau de elaboração dos objetivos implícitos próprios a toda política. É sempre muito difícil responder a esse tipo de questão, porque, quando interrogamos os atores de uma política, sempre nos confrontamos com fenômenos de reconstrução a posteriori: de um lado, os atores são evidentemente incapazes de prever todas as conseqüências de sua ação; de outro lado, o sentido de uma ação se modifica na medida de sua implementação, e os atores modificam de modo retrospectivo os seus fins em função dos resultados da própria ação que estão em condições de observar e avaliar (Muller, 2018, p.21).

4.3 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO POR TRÁS DA INTERRUPÇÃO DO PJV EM 2015

Não obstante, em 2015, o PJV foi suspenso, sendo que os motivos de sua suspensão são imprecisos porque não se sabe ao certo se foi uma estratégia para sua reformulação ou se a suspensão se deu por conta da crise fiscal que o Brasil enfrentou a partir de 2015 e que gerou a paralisação de inúmeros programas e políticas sob o argumento da austeridade econômico-financeira do governo federal (Custódio; Santos, 2018).

E aqui, mesmo de forma um tanto genérica e sucinta, é preciso abrir um parêntese para a compreensão do contexto social, econômico e político que marcou a interrupção do PJV e todos os seus desdobramentos posteriores até 2023.

É preciso que se esclareça, antes de mais nada, que o posicionamento aqui adotado é o de que o segundo mandato de Dilma Rousseff (Dilma), de janeiro de 2014 a agosto de 2016, foi interrompido por um processo de *impeachment* que na verdade correspondeu a um golpe arquitetado por um complô formado pela elite financeira deste país, por grupos midiáticos, por representantes de uma justiça seletiva e por uma ala política conservadora, de direita ou extrema-direita, de forte oposição ao seu governo e porque não dizer, de oposição aos direitos do povo (Souza, 2021).

Antes, porém, é importante fazer uma breve digressão ao primeiro mandato de Lula, a partir de 2003, para situar mais adequadamente a breve discussão aqui apontada.

Com a ascensão de Lula (Partido dos Trabalhadores- PT) à presidência da república em 2003, o Brasil inaugurou uma era de ter um governante vindo da classe operária e do movimento sindical o que, de certa forma, representava setores excluídos, marginalizados da sociedade e também uma classe média crítica e progressista.

Como já sinalizado no Capítulo 2, isso simbolizou um momento de significativas mudanças sociais com a inclusão de classes sociais menos favorecidas devido ao compromisso assumido de redução das desigualdades, característica tão estruturante da sociedade brasileira como já se tentou mostrar ao longo de todo desenvolvimento deste trabalho.

O governo de Lula criou importantes programas de assistência popular e de inclusão educacional e social, caso da Lei de Cotas e do Programa Bolsa Família, por exemplo. Porém, em que pese os significativos avanços sociais viabilizados por políticas sociais bem sucedidas e que possibilitaram mais qualidade de vida para milhares de pessoas, mesmo governos progressistas como o de Lula, nunca ousaram confrontar a elite financeira deste país como os principais responsáveis pelos milhares de pobres condenados a sobrevivência nos limites. Isso até a chegada de Dilma, como se verificará adiante (Souza, 2021).

É extremamente complicado e arriscado tentar resumir em poucas palavras o poder de uma elite financeira formada por algumas poucas pessoas e de como estas conduzem todo um sistema de dominação para garantir seu *status quo* dentro da sociedade. No entanto, sem essa tentativa de explicação, mesmo que superficial e cheia de falhas, torna-se impossível compreender uma das maiores crises políticas pela qual passou o Brasil a partir de 2013, mesmo num cenário de amplo desenvolvimento, baixas taxas de desemprego, avanço do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e boa colocação do Brasil no ranking dos países mais ricos do mundo⁴⁸ (Sousa, 2023).

⁴⁸ Reportagem veiculada pelo Politize!. Disponível para consulta em: <https://www.politize.com.br/por-que-junho-de-2013-marcou-o-brasil/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KC>

Utilizando-se como referencial para esta explicação as ideias do economista Ladislau Dowbor (2017), o autor oferece uma gama de esclarecimentos sobre o estágio atual da “escravização” mundial frente ao sistema financeiro especulativo. De acordo com a natureza do capital financeiro, especulativo e rentista, a forma de lucrar se dá por investimento de grandes vultos de dinheiro em ações (papéis) na bolsa de valores.

Ao contrário do capital produtivo, que está vinculado à produção de bens e serviços reais, o capital financeiro especulativo não contribui diretamente para a economia produtiva, não gera empregos, não ajuda a distribuir renda, não contribui para o desenvolvimento do país. Uma das grandes questões do capital financeiro é que ele não tem valor. O valor do capital vem do trabalho humano, pois só ele produz valor. O capital financeiro é apenas dinheiro que produz dinheiro.

Dowbor (2017) explica como um pequeno grupo detentor do capital financeiro improdutivo, mas também, na maioria das vezes, detentor da forma clássica de capital produtivo, se vale da criação de oligopólios na indústria, no comércio, o que mina toda possibilidade de concorrência das pequenas e médias empresas que não conseguem competir por espaço na área de bens e serviços. Com isso, esses grupos atravancam o desenvolvimento de um país e ditam, por exemplo, o preço que se deve pagar pelo produto final de um bem, de alimentos, roupas, dentre outros.

Outro mecanismo rentável e criminoso feito por esses oligopólios, refere-se ao escoamento dos lucros gerados para paraísos fiscais. Esses grupos utilizam-se do território, geram pouquíssimos empregos (quando geram), destroem os recursos ambientais e na hora de compensar o Estado, o governo, recusam-se a pagar o imposto devido. Escoam seus rendimentos de forma clandestina para países como a Suíça ou o Panamá, por exemplo (Dowbor, 2017).

Uma outra forma de ganhar dinheiro em cima da população refere-se aos impostos elevados e taxas de juros exorbitantes, estratégia de aumento de arrecadação do Estado para amortizar dívidas públicas contraídas dessa elite financeira. Uma forma de agiotagem descarada que mina os nossos recursos e os recursos públicos direcionando-os para as mãos bandidos do colarinho branco (Souza, 2021; Dowbor, 2017).

Ao tentar manter seu poder econômico, social e político, essa elite financeira age para a cooptação e captura do Estado, pois como ressalta Dowbor (2017, p.269, *italico nosso*) “*o caráter parasitário do sistema financeiro tem como único contrapeso possível a capacidade*

pública de controle e regulação, tanto limitando os juros como orientando o capital para investimentos produtivos e cobrando impostos sobre patrimônio financeiro improdutivo.”

Governos vistos como obstáculos aos lucros destes grupos são alvos de ataques e geralmente esses ataques se disseminam através dos meios de comunicação de massa que, ao servirem aos interesses dessa elite financeira, estabelecem um jornalismo de viés parcial, e até mesmo mentiroso, em relação às questões políticas e econômicas de uma sociedade.

Estratagema que inviabiliza, eficazmente, qualquer atividade política que coloque em xeque os seus interesses e, além disso, alimenta a narrativa de que o grande problema do Brasil é a corrupção de políticos, dos governos e do Estado, o que acaba sendo uma excelente “cortina de fumaça” para desviar da cabeça do povo todo o processo de rapina que esses grupos financeiros engendram contra a população. Como bem pontua Souza (2021), o saque elitista da riqueza de todos é a principal questão socioeconômica da sociedade brasileira.

E foi exatamente tentando denunciar esse saque rentista pelas elites que pôs o governo de Dilma em maus lençóis. Apesar de sua corajosa iniciativa do corte dos juros se utilizando da força dos bancos públicos e de entraves governamentais à apropriação privada da riqueza e do orçamento público, tais medidas não perduraram por muito tempo devido a um ataque orquestrado de toda a mídia elitista contra o governo. Como salienta Souza (2021, p. 255)

A volta da taxa de juros aos níveis anteriores, implicando o saque do orçamento público através de uma dívida pública galopante em benefício da elite unida na exploração do restante da população, não suaviza a ira da elite contra o PT. O partido se mostrou não confiável e tem que ser retirado do poder. Com a derrota de Aécio Neves por pequena margem na eleição presidencial de 2014, o golpe elitista se torna uma questão de tempo.

Assim, as manifestações populares no Brasil, iniciadas em junho 2013, e que tinham como motivação inicial o protesto contra o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos) na passagem de ônibus em São Paulo, sofreram um ponto de inflexão e se tornaram palco de oposição ao PT, aos governos de Lula e Dilma (Souza, 2021).

Manifestações estas que foram sendo alimentadas pela Operação Lava Jato cuja suposta linha de investigação recaiu sobre os esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobrás, mas que mais tarde se mostrou como mais uma peça no “jogo de xadrez” contra o PT e os governos de Dilma e Lula.

O principal alvo da operação se deslocou da esfera da corrupção estatal para a figura pessoal e política de Lula devido à ameaça de seu retorno à presidência nas eleições de 2018.

O resultado disso: Lula condenado criminalmente por corrupção, apenas por convicções e não por fatos palpáveis e verídicos, tendo ficado detido de 2018 a 2019, quando foi solto devido à comprovação de abuso de poder em sua condenação, praticados pelo então juiz federal, Sérgio Moro, e o procurador da República, Deltan Dallagnol.

Uma outra peça importante desse jogo diz respeito a uma classe média branca, falsa moralista que foi para as ruas vestida de verde e amarelo sob o argumento de um suposto patriotismo anticorrupção, uma espécie de simulacro para sua real motivação: o ressentimento, a raiva de verem espaços que eram tidos exclusivamente como seus mas que, devido às políticas de inclusão social dos governos Lula e Dilma, foram sendo ocupados por camadas menos favorecidas da sociedade (Souza, 2021).

Ver pessoas pobres, sobretudo negras, ocupando vagas em universidades de prestígio, passeando em shoppings, desfrutando da possibilidade de viajarem, de terem uma casa própria, de terem um carro, representou uma ameaça à pretensa superioridade e distinção social positiva dessa classe média branca, reacionária, em relação às classes mais pobres. Estava tendo que dividir os louros alcançados pelo capital cultural, o único que lhe é permitido, já que não faz parte do pequeno círculo detentor de riqueza (capital financeiro) nem do círculo de influência social (capital social), com a classe social que sempre lhe fora subalterna (Souza, 2021).

Todo esse imbróglio foi crucial para que Dilma fosse destituída do cargo de presidenta da república em agosto de 2016 após um processo de votação de *impeachment* televisionado, que mais parecia final de copa do mundo, acompanhado por telespectadores polarizados nesse jogo de xadrez da política brasileira. A alegação de fachada foi a de tê-la acusado de manipulação contábil e desrespeito às leis fiscais, o que ficou mais conhecido na época como “pedaladas fiscais⁴⁹”.

O então Vice-Presidente da República, Michel Temer, assumiu em seu lugar e, como outro integrante do conluio contra o governo de Dilma, facilitou todo projeto de desmantelamento de políticas sociais, alinhando-se assim aos interesses da elite financeira neoliberal.

Já de entrada retirou direitos da classe trabalhadora, com a pavimentação para a reforma previdenciária, a aprovação da reforma da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e da

⁴⁹ Dilma foi inocentada dessa prática em 2022 pela 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal. Na ocasião, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana negou a ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre as tais pedaladas. Fato que só reforça a ideia de que tudo isso foi um golpe impetrado por setores financeiros, midiáticos, políticos e por uma classe média falsa moralista, elitista que fazia oposição ferrenha ao PT e seu projeto de governo para a nação.

Disponível

em:

<https://www.cut.org.br/noticias/ex-presidenta-dilma-rousseff-e-inocentada-na-acao-sobre-pedaladas-fiscais-6f6e>

Proposta de Emenda à Constituição-PEC 55/2016 cujo objetivo era o de condicionar o aumento do gasto público à inflação do ano anterior por 20 anos, o que, de acordo com Soares (2022, p. 32, *itálico nosso*), representou “*um confisco da renda social em nome do equilíbrio fiscal e conseqüentemente do rentismo financeiro. Um brutal mecanismo de expropriação de renda, sem paralelo em outras sociedades capitalistas*”.

Mas o que já estava ruim poderia piorar! E foi o que aconteceu com a chegada de Jair Messias Bolsonaro (candidato pelo Partido Social Liberal-PSL) à presidência da república, em janeiro de 2019, após a vitória no segundo turno das eleições de 2018 contra o então candidato do PT, Fernando Haddad. Com uma campanha ancorada em *Fake News* disseminando ódio e ressentimento contra seu adversário, fundamentada na máxima de que “bandido bom é bandido morto”, e numa suposta defesa da moral e dos bons costumes do “cidadão de bem”, Bolsonaro entra em cena como um presidente de extrema-direita com componentes de

nacionalismo xenófobo, reciclagens do anticomunismo, além de fortes componentes racistas, misóginos e lgbtfóbicos (na versão do combate à «ideologia de gênero»), combinando-se com o fundamentalismo de novas «teologias» profundamente reacionárias e reivindicando as soluções violentas para todas as novas manifestações da velha «questão social» (Mattos, 2022, p. 31).

Como já citado anteriormente, além da condução de uma gestão desastrosa da Pandemia da Covid-19, a degradação social se ampliou com o Brasil voltando novamente ao mapa da fome; com taxas recordes de desemprego; com o aprofundamento da retirada de direitos sociais; com falta de investimento em pastas prioritárias como a educação; com o sucateamento das universidades públicas, que para Bolsonaro e seu desgoverno se tratava nada mais que um *locus* de “balbúrdia” e de “comunistas” (Mattos, 2022).

As políticas para a juventude foram igualmente afetadas com a redução drástica de investimentos nesta pasta, uma queda expressiva de 93% da verba destinada ao SNJ em 2022 em relação aos anos anteriores a contar de 2013. Um verdadeiro desmonte de políticas de juventude (Motoryn, 2022).

No Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023, não houve, sequer, algum programa orçamentário específico para o tema da juventude. Sendo o PPA um instrumento de planejamento da gestão pública que expressa as prioridades de cada governo e portanto, primordial para se compreender o espaço estratégico de determinado domínio da política pública (Instituto Cíclica, 2021), a ausência da pauta da juventude neste documento no período

citado só demonstra o quanto uma política pública se refere também àquilo que um governo, a depender da sua ideologia, decide não fazer (Muller, 2018).

Nesse cenário caótico, a 4ª Conferência Nacional de Juventude, que deveria ter ocorrido em 2019, deixou de acontecer e o PJV não só foi interrompido, como também esquecido, o que só revela o total descaso desse desgoverno também com a juventude, em especial com a juventude negra periférica (Motoryn, 2022). Afinal, que tipo de interesse um governo dessa linha teria em ouvir o que os (as) jovens têm a dizer? O que poderia se esperar, para a juventude, de um governo que tinha em sua pauta de reeleição a redução da maioria penal? Não podíamos esperar outra postura de um governo classista, racista, sexista, homofóbico, negacionista e principalmente inescrupuloso em todos os sentidos.

Enfim, nas eleições presidenciais de 2022 um novo capítulo da história política brasileira começou a ser escrito. Numa disputa eleitoral acirradíssima entre Lula (PT) e Bolsonaro (Partido Liberal- PL), Lula saiu vitorioso após um processo marcado pela polarização política.

Bolsonaro, que teve uma relação hostil com a mídia e com instituições democráticas, tais como o Superior Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante todo seu mandato; que fez uma gestão desastrosa da pandemia; que teve um mau desempenho no âmbito econômico; que viu sua máscara do discurso anticorrupção cair após várias denúncias de envolvimento de seus filhos em esquemas fraudulentos, foi derrotado por um Lula que não representou só o voto maciço do nordeste e de alas mais progressistas da sociedade, como também a opção de uma ampla frente democrática unida para retirar do poder esse desgoverno que flertou com o neofascismo todo o tempo (Mattos, 2022). Como bem ressalta Souza (2021, p. 219),

Toda sociedade possui janelas de possibilidade de mudança na sua história. Ainda que as possibilidades de transformação sejam sempre possíveis, as probabilidades são maiores em dadas fases históricas que envolvem a redefinição consciente e explícita das regras de organização social.

Oxalá, que este novo momento possa de fato representar um retorno aos princípios democráticos e priorize a luta contra as desigualdades sociais de classe, raça, gênero que ainda são maus imperativos desse país. Que isso seja possível com o retorno de políticas públicas efetivas no combate à pobreza, que valorize a educação, a saúde, a cultura e a juventude em toda sua diversidade.

4.4 O PLANO JUVENTUDE NEGRA VIVA (PJNV)

No tocante às políticas públicas para a juventude, um passo positivo já foi dado: a publicação do Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva (PJNV) com vistas à redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e ao enfrentamento do racismo estrutural. Como se verifica já na nomenclatura, há uma importante diferença em relação ao antigo PJV, pois a inclusão do adjetivo Negra traz a forte demarcação da centralidade da pauta racial quando se fala de mortalidade de jovens no país.

Com o intuito de ouvir as contribuições de representantes dos movimentos sociais e dar visibilidade às especificidades, às territorialidades da juventude negra que é tão diversa, uma das primeiras ações relativas ao PJNV foi a criação de caravanas que percorreram os 26 estados da federação e o Distrito Federal de maio a setembro de 2023.

Em setembro de 2023 a caravana promoveu o encontro no DF, sendo que a cidade escolhida foi a RA Ceilândia, justamente o território de moradia dos sujeitos de pesquisa deste trabalho.

Tal fato vai ao encontro do que afirma Carrano (2013), acerca das políticas públicas para a juventude, de que se faz necessário instaurar esferas públicas participativas como possibilidade de explicitação das desigualdades que perduram e se multiplicam no Brasil e que incidem diretamente sobre os jovens social e economicamente mais desprotegidos. Arenas públicas participativas onde os (as) próprios (as) jovens possam, como sujeitos falantes, enunciar suas demandas por direitos, denunciar injustiças que os (as) oprimem e articular alternativas coletivas de luta social.

É preciso ressaltar que a escolha em compreender a Lei de Cotas e o PJV (agora PJNV) enquanto políticas públicas para jovens negros (as) não se limitou apenas ao aspecto conceitual de analisá-las à luz da concepção de política pública aqui adotada.

Essa opção também se apoia na sua forte conexão com o público-alvo deste estudo, os (as) jovens negros (as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, já que estes também são possíveis beneficiários destas políticas. No que tange à Lei de Cotas, a possibilidade ampliada para adentrar em espaços de prestígio, no caso, as universidades públicas. No que tange ao PJNV, a expectativa de que esta política de fato desempenhe um papel preventivo e protetivo para esse segmento populacional.

Outrossim, destaca-se que, embora o Programa Caminhos da Cidadania não tenha se

tornado propriamente uma política pública para a juventude, mas sim uma ação para adolescentes/jovens de 15 a 18 anos incompletos no âmbito da política de assistência social do DF, e que embora tenha sido descontinuado em 2021, como já é de *praxe* das ações para o público juvenil, acredita-se que ouvir o que os ex-integrantes têm a dizer sobre a sua passagem pelo programa, como isso os (as) influenciou e como se dão suas trajetórias de vida atualmente, poderá contribuir para se pensar ações, programas, planos, projetos (inclusive ligados ao PJNV) que sejam mais efetivos e que possam ir mais ao encontro dos anseios e desejos da juventude atual, em especial a juventude negra periférica.

Assim, o próximo e último capítulo deste estudo refere-se à pesquisa de campo deste trabalho, que ocorreu no início de outubro de 2023, no CECON Ceilândia Norte-DF, e contou com a participação de ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania.

5 OUTRAS JUVENTUDES: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS (AS) JOVENS NEGROS (AS), EX-INTEGRANTES DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA

O último capítulo apresenta a análise interpretativa dos achados de pesquisa obtidos na pesquisa de campo e divide-se nas seguintes subseções: 5.1 A aplicação das RC's e ESI's; 5.2 Descrição dos (as) participantes de pesquisa; 5.3 O método de AC na análise das falas; 5.4 Discussão e interpretação dos achados de pesquisa.

5.1 A APLICAÇÃO DAS RC's E ESI's

No início do mês de outubro de 2023 ocorreram 2 (duas) Rodas de Conversa (RC 's) e duas Entrevistas Semiestruturadas Individuais (ESI's) no CECON - Ceilândia Norte - DF, com os ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, que alguns dias antes foram contatados por telefone para participarem destas atividades.

Por telefone, eles (as) foram informados do motivo do contato de convidá-los (as) a participarem das RC 's ou, eventualmente, de ESI; que tinha como finalidade, obter informações acerca de suas participações no Programa Caminhos da Cidadania e como se desenvolviam suas trajetórias de vida atualmente. Foram informados de que se tratava, ademais, de atividade de coleta de dados prevista no mestrado profissional desta pesquisadora.

A seleção dos(as) participantes de pesquisa teve como referência as listagens de frequência dos últimos Coletivos ocorridos no CECON - Ceilândia Norte, referentes aos ciclos 2019/2020 e 2021/2022 (interrompido por causa da descontinuidade do programa), gentilmente cedidas pela gerente da unidade. Embora o número considerado suficiente para a atividade estipulasse a participação de 10 a 15 ex-integrantes do programa, optou-se pela tentativa de contato com um número maior que esse, já prevendo possíveis imprevistos que poderiam comprometer o comparecimento dos(as) jovens à atividade.

E assim, procedeu-se aos telefonemas aos (às) ex-integrantes do programa. Alguns dos quais não obtivemos êxito no contato; outros (as) com os (as) quais conseguimos falar, mas relataram não poderem participar devido a compromissos de trabalho ou estudo; outros (as) ainda se prontificaram a participar, mas no dia marcado não compareceram.

Após a etapa inicial de contato, as duas RC 's foram realizadas com 11 ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania; a primeira RC com 3 participantes e a segunda com 8

participantes. Ressalta-se que a primeira RC ocorreu com apenas 3 participantes devido à forte chuva que caiu justamente no dia e horários marcados, fato que dificultou a ida de alguns(mas) deles(as) ao encontro. Para minimizar os efeitos causados por esse percalço, ofereceu-se a possibilidade de participação na segunda RC, ocorrida no dia seguinte. Por isso, esta discrepância na quantidade de participantes entre uma RC e outra.

Ademais, outros 2 participantes, que não puderam participar das RCs, mas se interessaram muito em contribuir com a pesquisa, foram ouvidos de forma individual sendo que a técnica utilizada foi a Entrevista Semiestruturada Individual (ESI) seguindo o mesmo roteiro das questões norteadoras⁵⁰ empregadas nas RCs. Portanto, no total, a pesquisa ouviu 13 ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, sendo 11 nas RC's e 2, individualmente, por meio de ESI's.

No encontro presencial, os(as) participantes foram novamente informados da finalidade da atividade e esclarecidos sobre os princípios éticos de anonimato dos sujeitos na pesquisa conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵¹. Ressalta-se que 5 desses participantes têm entre 16 e 18 anos incompletos, sendo que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por seus responsáveis familiares⁵².

Para a gravação utilizou-se a ferramenta Gravador de Voz⁵³ e para a transcrição das falas utilizou-se a ferramenta *Transkriptor*⁵⁴, um conversor de áudio em texto. As duas ferramentas tecnológicas podem ser baixadas gratuitamente no *Play Store* ou *App Store*.

É preciso salientar que uma RC é uma interação simultânea e, por mais que cada um(a) respeite o momento de fala do(a) outro(a), por vezes, algumas falas se manifestam de forma sobreposta e confusa. Também, a captação pelo gravador depende muito das várias nuances da voz (entonação, dicção, volume) e da maior ou menor proximidade com a ferramenta de gravação, que no caso, se deu através do celular.

Por isso, a transcrição realizada pela inteligência artificial (IA) através do *Transkriptor*, não prescindiu da revisão e edição dos diálogos por esta pesquisadora. A edição consistiu na a) identificação das falas dos (as) participantes (P) e da Mediadora (M); b) correção de algumas expressões verbais e palavras cujas conversões em texto saíram erradas; c) supressão de alguns

⁵⁰ Anexo B.

⁵¹ Anexo C.

⁵² Anexo D.

⁵³ https://play.google.com/store/apps/details?id=com.media.bestrecorder.audiorecorder&hl=pt_BR&gl=US&pli=1

⁵⁴

https://transkriptor.com/pt-br/?gclid=CjwKCAiA3aeqBhBzEiwAxFiOBrBSrdcT5hp_7Y0xLXTA3QdIFiycBiekDcSKh4gdSSJ1SkayE9uRoBoCscYQAvD_BwE

vícios de linguagem⁵⁵ que poderiam atrapalhar a análise e interpretação das falas; d) correção da pontuação de modo a adequá-la, da forma mais fidedigna possível, ao que foi falado; e) inclusão de algumas falas que a ferramenta não conseguiu captar; f) preservação, ao máximo, das falas dos(as) participantes, inclusive mantendo as concordâncias verbais nominais incorretas de um ponto de vista gramatical e as gírias, jargões, que conferem muito mais veracidade ao que foi dito.

As RC 's duraram cerca de uma hora e meia cada, sendo que o tempo líquido de gravação correspondeu a cerca de 60 minutos e as ESI's corresponderam a cerca de 20 minutos, cada. Após a transcrição, obteve-se cerca de 60 páginas escritas de material para análise, categorização e interpretação.

No encontro presencial, os(as) participantes também preencheram o Questionário de Perfil do(a) Participante de Pesquisa⁵⁶, sendo que as informações compiladas estão descritas na seção a seguir.

5.2 DESCRIÇÃO DOS (AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram da pesquisa, 13 (treze) ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania dos ciclos de 2019/2020 e 2021/2022 realizados no CECON - Ceilândia Norte, DF. Todos (as) moradores das RA 's Ceilândia ou Sol Nascente, territórios periféricos do DF cujas características sociodemográficas foram discutidas no capítulo 1 deste estudo.

As idades variaram entre 16 anos e 21 anos, sendo 1 com 16 anos (a), 4 com 17 a., 2 com 18 a., 3 com 19a., 2 com 20a., e 1 com 21 anos.

Em relação ao sexo, 7 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino, todos eles (as) identificados(as) como cisgênero, conforme informações fornecidas. No que concerne à cor/raça/etnia, 3 se autodeclararam brancos(as), 4 se autodeclararam pretos(as) e 6 se autodeclararam pardos. O que corrobora com a opção e utilização do quesito cor/raça como marcador de identidade do grupo pesquisado, já que dos treze participantes, dez se autoidentificaram como negros(as).

Em relação à escolaridade, apenas uma participante declarou ter concluído o ensino médio; 8 participantes declararam grau de escolaridade referente ao ensino médio incompleto; 1 declarou ter ensino fundamental completo; 3 declararam possuir ensino fundamental incompleto. Do cruzamento entre a idade e o grau de escolaridade indicado, percebe-se que 8

⁵⁵ Usados para preencher pausas na fala ou quando a pessoa está pensando no que vai dizer a seguir, exemplos: ehhh, tipo, então, aí, né.

⁵⁶ Anexo C.

estão em defasagem idade-série, sendo que desse total, três relataram terem abandonado os estudos: dois com possibilidade de retorno aos estudos e 1 declarou não ter nenhum interesse em retornar.

Em relação ao estado civil, 12 disseram ser solteiros (as) e 1 em união estável. Dos 13 participantes, 4 atualmente estão trabalhando, sendo 2 com carteira assinada e renda mensal de um salário mínimo (esses só trabalham); 1 como aprendiz do programa de estágio do CIEE e 1 atuando como trabalhador informal, sem carteira assinada e sem regime de contratação de trabalho. Esses estudam e trabalham, segundo informações prestadas. Do restante, seis só estudam e três nem estudam e nem trabalham.

Do total de participantes, 10 ainda residem e integram o núcleo familiar de seus pais, cuidadores ou responsáveis familiares e 3 já constituíram núcleo familiar próprio. Em relação ao tipo de arranjo familiar, 11 se configuram como famílias monoparentais, por serem chefiadas por um único adulto responsável pelo sustento familiar (ou só a mãe, ou só o pai); 2 são de famílias com configuração familiar nuclear (composta por mãe, pai e filhos).

Ademais, 11 participantes integram famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família⁵⁷, ou seja, com renda mensal de até R\$218 (duzentos e dezoito reais) por pessoa. Infere-se, por conseguinte, que são de famílias consideradas de pobreza ou extrema pobreza, de acordo com critérios já elencados no capítulo 1 deste trabalho.

Destaca-se, por fim, que as famílias dos(as) participantes de pesquisa são ou já foram acompanhadas pelos CRAS ou CREAS, em algum momento, devido a situações de vulnerabilidade e/ou risco social por que passam ou passaram. Vulnerabilidades estas não decorrentes apenas de fatores socioeconômicos (como ausência de renda e desemprego, por exemplo), mas também decorrentes de acesso precário às políticas públicas de saúde, educação, habitação, justiça, dentre outras; provenientes de ruptura ou fragilização de vínculos familiares e comunitários e advindas de diversas formas de negligência e violência.

Neste sentido, algumas das falas dos(as) participantes tanto nas RC's quanto nas ESI's, são permeadas por experiências de vida que expressam essas vulnerabilidades já vivenciadas, mas também expressam um senso crítico e aguçado da realidade, expectativas quanto ao futuro e, sobretudo, expressam o que eles(as) são: sujeitos desse tempo, de um tempo que se faz no

⁵⁷ Todas as famílias recebem no mínimo R\$600; todas as crianças da família com idade entre 0 e 6 anos receberão um adicional de R\$150; todas as gestantes, crianças e adolescentes até 18 anos recebem também um adicional de R\$50. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/tem-duvidas-sobre-o-bolsa-familia-confira-perguntas-e-respostas-sobre-o-programa>. Acesso em: 2 nov. 2023.

presente e que é permeado de incertezas e instabilidades, tanto no aqui e agora quanto no que está por vir.

5.3 O MÉTODO DE AC NA ANÁLISE DO MATERIAL DE PESQUISA

A análise e interpretação das falas dos(as) participantes da pesquisa se iniciou, intuitivamente, no momento na aplicação das RC 's e das ESI's. Esses momentos foram igualmente oportunos para captar afetos, sentimentos, sensações que escapam às palavras ditas mas não escapam à entonação da voz, às gesticulações, ao que o corpo fala através de uma linguagem não verbal. Essa atmosfera intuitiva continuou na fase de transcrição, momento o qual se delinearão aspectos mais recorrentes nas falas, assuntos que geraram mais, ou menos, interesse, entrosamento e participação.

À luz do método de AC, esse momento pode ser considerado uma pré-análise, de leitura flutuante dos diálogos, bem como uma avaliação sobre até que ponto este material fornece subsídios, elementos, pistas, que se relacionam com os objetivos de pesquisa (Franco, 2021).

Após uma primeira análise intuitiva, possibilitada pelo contato presencial com os(as) participantes e, em seguida, com a transcrição do material colhido, teve início o procedimento de análise de forma mais sistematizada e objetiva tendo como referência a AC pautada pelas fases de a) Recorte de conteúdo; b) Definição das categorias analíticas e; c) Categorização final das unidades de análise (Laville; Dionne, 1999 *apud* Silva; Gobbi; Simão, 2005).

Estas três fases, por sua vez, circunscritas aos seguintes pressupostos: a) relação, conexão com os objetivos de pesquisa; b) relevância teórica dos achados; c) possibilidade de comparações contextuais; d) interpretações e inferências partindo do conteúdo manifesto para o conteúdo latente inerente aos diálogos o qual se consubstancia no contexto social e nos pressupostos teóricos aventados ao longo da pesquisa (Franco, 2021).

Por compreender que o uso de recursos tecnológicos, quando empregados de maneira consciente, podem auxiliar na otimização de processos e tarefas, tornando-os mais dinâmicos e ricos em detalhes, mas que não prescindem da expertise humana, no primeiro momento da análise utilizou-se a versão gratuita do ATLAS.ti⁵⁸, *um software* de análise qualitativa de dados.

É importante salientar que antes realizou-se uma sondagem sobre a aplicação desse *software* e pôde se observar que este já é empregado como ferramenta de pesquisas qualitativas

⁵⁸ Disponível em: <https://atlasti.com/> .

por vários pesquisadores das áreas de ciências sociais e humanidades, como se verifica em ferramentas de busca como o Google Acadêmico ou Scielo, por exemplo.

Além disso, concordando com Silva Júnior e Leão (2018, p. 716) é necessário esclarecer que o ATLAS.ti é uma ferramenta que auxilia o (a) pesquisador (a) no processo de organização da análise dos dados, mas que o *software* não faz a análise sozinho. Todas as inferências e categorizações são feitas pelo pesquisador (a), fundamentado (a) por sua base teórica. Isso posto, procede-se à descrição de como se desenrolou cada fase.

Recorte de conteúdos: essa foi a fase de decomposição (recorte) das passagens mais significativas dos diálogos (material de pesquisa), submetidos ao ATLAS.ti que, através do processamento automático de dados, realizou duas operações: destaque de algumas citações/falas (recorte de conteúdos) com a correspondente atribuição de codificações (pré-unidades de análises) a cada um desses destaques.

Nesse primeiro momento, constatou-se algumas potencialidades e limites no uso dessa ferramenta, as quais destacaram-se como potencialidades: a) a capacidade de indicar a frequência de cada codificação dentro do material de pesquisa, o que permite uma leitura quantitativa do percentual dessas codificações; b) possibilidade de edição dos conteúdos destacados, suprimindo destaques considerados irrelevantes e/ou incluindo outros de maior relevância para a pesquisa; c) possibilidade de edição das codificações geradas, podendo reformular, eliminar ou criar outras codificações de acordo com o que se considere importante para o desenvolvimento da pesquisa.

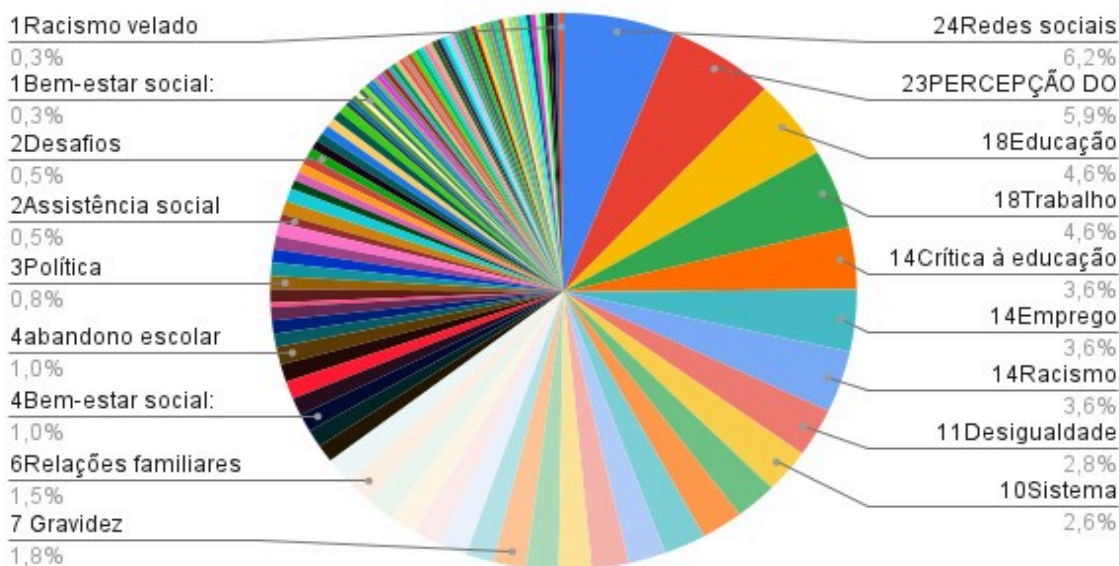
Esses recursos, descritos como potencialidades, foram imprescindíveis para retificar aquilo se mostrou como limitação: o processamento automático de dados pelo *software* deixou de selecionar alguns trechos do material de pesquisa considerados relevantes; percebeu-se, ademais, a necessidade de criar outras codificações, principalmente relacionadas à identificação do Programa Caminhos da Cidadania.

Definição das categorias analíticas: nos momentos que se seguiram, procedeu-se ao refinamento das codificações (pré-unidades de análises) criadas suprimindo as que se mostraram menos significativas e agrupando as similares sob categorias semânticas mais abrangentes a fim de simplificar a análise. Após esse primeiro refinamento chegou-se ao quantitativo de 108 códigos (pré unidades de análises) atribuídos ao material de pesquisa⁵⁹ que estão sintetizados no gráfico 1.

⁵⁹ Ver Anexo F.

Gráfico 1

PERCENTUAL DOS CÓDIGOS GERADOS



Fonte própria

Da leitura propiciada pelo gráfico 1 já pôde se vislumbrar um primeiro horizonte de categoria com as quais se poderia trabalhar, principalmente a partir da leitura do percentual de frequência das pré-unidades de análise que mais apareceram no material de pesquisa, como é o caso, por exemplo do código Redes Sociais, com um percentual de 6,2%, ou do código Educação que apareceu 4,6%.

Concomitante a esse exercício, percebeu-se que algumas dessas pré-unidades de análises referiam-se a valores, sentimentos, relações que perpassam e atravessam todo material de pesquisa, por exemplo: relações familiares, influência, orientação, otimismo, insegurança, dentre outras. Por isso, agruparam-se esses códigos em pré-categorias transversais.

Com isso, chegou-se a um quadro preliminar contendo 11 pré-categorias analíticas, dentre estas, 2 pré-categorias transversais, além das respectivas pré-unidades de análises, bem como a frequência com que apareceram no material de pesquisa, ilustrado na tabela 1.

Tabela 1		
PRÉ-CATEGORIAS	PRÉ-UNIDADES DE ANÁLISE	FREQUÊNCIA
1 REDES SOCIAIS	Tecnologia; Redes sociais: ferramenta de conhecimento; Redes sociais: ferramenta de trabalho; Internet: ferramenta de conhecimento; Bem-estar social: Redes Sociais; Inspirational figures; Inteligência artificial	41

Tabela 1			
PRÉ-CATEGORIAS	PRÉ-UNIDADES DE ANÁLISE	FREQÜÊNCIA	
2	PERCEPÇÃO DO PROGRAMA	Cultura afro: Valorização da identidade afro; Autoaceitação; Auxílio financeiro; Diversidade: Melhoria do programa; Assistência social; Bem-estar social: Criação de conexões sociais; Engajamento comunitário	19
3	EDUCAÇÃO	Crítica à educação; Sistema educacional; Ensino superior; Preocupações educacionais e profissionais: Frustração com o sistema educacional; abandono escolar; Preocupações educacionais e profissionais: Descontentamento com sistema educacional; Desire for higher education; Estudantes: Dificuldade de conciliar trabalho e estudos; Estudantes: Foco em concurso público; Investimento em educação; Preocupações educacionais e profissionais: Desconfiança nas instituições escolares	65
4	TRABALHO	Emprego; Empreendedorismo; Condições de trabalho; Dinheiro; Dificuldade de arrumar emprego; Desafios e adversidades: Baixo salário; Desafios profissionais; Empreendedorismo: Interesse em empreendedorismo; Bem-estar social: Crítica à ideia de trabalhar para outros; Desenvolvimento profissional; Empreendedorismo: Acesso a serviços de qualidade; Independência financeira; Marketing digital: Conhecimento em marketing digital; Marketing digital: Uso de recursos online; Mercado financeiro	69
5	RACISMO	Discriminação; Preconceito racial; Preconceito; Agressão verbal; Diversidade étnica; Homofobia; Racismo velado	25
6	DESIGUALDADE SOCIAL	Desigualdade socioeconômica; Economia; Dificuldades financeiras	18
7	SAÚDE MENTAL	Sofrimento mental; Depressão; Bem-estar emocional; Isolamento social: Isolamento social	16
8	DESCONTENTAMENTO POLÍTICO	Descontentamento político: Descontentamento com o sistema; Política; Corrupção; Descontentamento político: Descrença política; Descontentamento político: Insatisfação com o sistema econômico; Descontentamento político: Preocupação com políticos; Descontentamento político: Ceticismo político; Política: Despesas públicas; Política: Interesse em política; Preocupações educacionais e profissionais: Preocupação com a interferência do governo	22
9	GRAVIDEZ	Bem-estar social: Desafios da maternidade; Diversidade: Ser mãe solteira; Desigualdade de gênero; Desafios e adversidades: Gravidez indesejada; Paternidade; Benefícios sociais; Diversidade: Maternidade jovem; Maternidade	22
Pré-categorias transversais		Pré-Unidades de análise transversais	
10	SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES	Abandono; Amor; Autoaceitação; Concordância; Cuidado; Descrença; Discordância; Exclusão; Frustração; Insegurança; Motivação; Otimismo; Solidão	
11	DIMENSÕES PESSOAIS E EVOLUÇÃO	Aprendizado; Bem-estar emocional; Desenvolvimento profissional; Futuro; Gostos pessoais; Independência financeira; Influência; Influência positiva; Mudança de comportamento; Opinião; Opinião pessoal; Orientação; Preocupação com o futuro; Preocupação financeira; Referência cultural; Relações familiares	

Fonte própria

Categorização final das unidades de análise: A partir do quadro preliminar, descrito na tabela 1, avançou-se para outro exercício de refinamento, novamente reagrupando pré-unidades de análises similares ou equivalentes.

Exemplo: **Redes sociais e Uso de redes sociais**, são similares, portanto, eliminou-se a pré-unidade de análise: ~~uso de redes sociais~~.

Suprimindo códigos já contemplados em outros.

Exemplo: no recorte de conteúdos em que apareciam as pré-unidades de análise: **Racismo**, **Discriminação racial**, **Preconceito racial** e ~~Agressão verbal~~, este último foi suprimido por entender que **Discriminação racial** já o contemplava;

Remanejando códigos para categorias mais adequadas.

Exemplo: a pré-unidade de análise **Marketing digital**, que estava na pré-categoria



Trabalho, foi realocada para a pré-categoria **Redes sociais**.

Num refinamento seguinte, ~~Marketing Digital~~ foi suprimido por já estar contido na pré-unidade de análise **Redes sociais como ferramenta de trabalho**.

Renomeando as pré-categorias de forma a contemplar sentidos e significados mais abrangentes, de acordo com as pré-unidades de análise alocadas.

Exemplo: **Política** constava como pré-unidade de análise da pré-categoria **Descontentamento político**. No refinamento e alinhamento, inverteu-se essa ordem por entender que **Política** é um termo mais abrangente do que a expressão **Descontentamento político**.

Esse exercício vai ao encontro do que diz Franco (2021) acerca da definição das categorias no método de AC:

Esse longo processo – o da definição das categorias – na maioria dos casos implica constantes idas e vindas da teoria, ao material de análise, do material de análise à teoria e pressupõe a elaboração de várias versões do sistema categórico. As primeiras, quase sempre aproximativas, acabam sendo lapidadas e enriquecidas, para dar origem à versão final, mais completa e mais satisfatória. Essa citação explica o meu trabalho de construção e reconstrução

das categorias de análise até chegar a uma última considerada a mais adequada (Franco, 2021, p. 54).

Após o último refinamento, chegou-se a um resultado considerado satisfatório e adequado para a discussão e interpretação dos achados de pesquisa, com elaboração de 9 categorias, sendo uma transversal a todas as outras, como se verifica na tabela 2.

Tabela 2		
	CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE
1	PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA	Cultura afro: valorização da identidade afro; Auxílio financeiro; Melhoria do programa; Criação de conexões sociais; Engajamento comunitário
2	DESAFIOS EDUCACIONAIS: BUSCANDO SIGNIFICADOS	Crítica ao sistema educacional; Dificuldade de conciliar trabalho e estudos; Abandono escolar; Ensino superior; Investimento em educação
3	VIDA PROFISSIONAL E DESAFIOS DO TRABALHO	Condições de trabalho; Falta de oportunidade de emprego; Empreendedorismo; Mercado financeiro
4	SOCIEDADE E DESIGUALDADES	Racismo; Discriminação racial; Preconceito racial; Desigualdade socioeconômica; Desigualdade de gênero
5	JORNADA MATERNA	Gravidez; Desafios da maternidade jovem
6	SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E AUTOCUIDADO	Sofrimento mental; Depressão; Isolamento social
7	INTERAÇÃO DIGITAL: INTERNET E REDES SOCIAIS	Ferramenta de: conhecimento, trabalho e entretenimento; Tecnologia
8	PERCEPÇÃO POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA	Crítica ao sistema político; Corrupção
	CATEGORIA TRANSVERSAL	UNIDADES DE ANÁLISE TRANSVERSAIS
9	DIMENSÕES INTRA E INTERPESSOAIS	Desenvolvimento pessoal e bem-estar; influência e opinião; relações afetivas; aspectos emocionais

Fonte própria

O exercício buscou expressar, numa síntese de comunicação, os aspectos mais importantes dos diálogos empreendidos em RCs e ESI's, destacando trechos relevantes com base nas categorias de análise elaboradas ao longo do processo de AC.

5.4 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS DE PESQUISA

A discussão e interpretação dos achados de pesquisa, fundamenta-se na visão de que nenhuma pesquisa é neutra e adota uma perspectiva emancipatória da sociedade, questionando estruturas de dominação e desigualdades. Para tanto, as categorias de análise (tabela 2) serão acionadas sempre conjugadas umas às outras pois, como é próprio da complexidade, entende-se que toda interlocução e diálogo incorporam vários temas e nuances ao mesmo tempo. Além disso, também engloba as dimensões emocionais e relacionais que nos constituem.

Antes, só mais uma pequena explicação: os(as) participantes da pesquisa estão identificados pela letra P (para aqueles que estiveram nas RC's) e com letra E, para os(as) que foram entrevistados (as). Assim, (P) e (E) é a identificação dos participantes seguidas pelos algarismos de 1 a 11 para os (as) participantes das RC 's; e pelos algarismos 1 e 2 para os(as) entrevistados (as). As falas desta pesquisadora, tanto das RC 's quanto das entrevistas, estão identificadas pela letra (M) de mediadora. Isso posto, seguem-se os trechos mais relevantes dos diálogos empreendidos.

Percepções sobre o Programa Caminhos da Cidadania e Dimensões intra e interpessoais

Logo após as devidas apresentações, os diálogos foram iniciados com um resgate da passagem dos(as) participantes de pesquisa pelo Programa Caminhos da Cidadania.

Questionados(as) sobre o que o programa lhes havia deixado como aprendizado, algumas respostas indicaram mudanças de hábitos comportamentais, além da criação de novas conexões sociais, como se verifica nas falas das participantes da RC 1:

Assim porque nós... nós xingava muito, falava muito alto, agora eles ensinaram, sabe? Ensinaram [...] a falar, o que falar, entendeu? (P1, RC1).

Eles **me ensinaram muito sobre a união dos adolescentes** que a gente, tipo...tinha grupo, entendeu? Aí eles foram ensinando que não tem essa de grupo, que todo mundo tem que se unir, ser amigo aí foi todo mundo virando amigo um dos outros (P3, RC1).

Mas também apontaram uma certa crítica relacionada à incompatibilidade de algumas tarefas infantilizadas realizadas no Coletivo e inapropriadas à idade deles(as), conforme se expressa na fala do P3:

União. **No caso eu perdi mais o medo assim de conversar com pessoas perto, entendeu?** E fiquei focado[...] na parte que eu gostei mesmo foi da cultura [...] Mas teve outras que não ‘foi relevante’ assim como se dizer né? **Precisava de colorir ou pintar? Pessoas com dezesseis, dezessete anos? Isso aí, isso é estranho, né?** (P2, RC1).

Ao interpelá-lo sobre ao que exatamente ele se referia quando falava de aprendizagens relacionadas à cultura, P2 fez referência à cultura afro. Tema que também foi citado na RC 2, como se verifica na fala do P5: *“Eh, passava sobre certos tipos de pessoa [sic] que sofria racismo das antiga e até hoje sofre no meio ambiente⁶⁰”*(P5, RC2).

Consoante a isso, também apareceram falas que apontam maior autoaceitação e valorização da identidade negra no que tange às características fenotípicas desse grupo populacional (cor da pele mais escura, cabelos crespos ou cacheados, lábios mais volumosos, nariz mais alargado). A colocação da P3 ao se reportar ao seu cabelo com tranças rastafari, é um indicativo: *“tipo... eu alisava muito meu cabelo [...] só que eu falei pra quê? Aí eu entrei ali na transição aí eu estou com as trancinhas, né?”* (P3, RC1).

Neuza Santos Souza, uma das principais psiquiatras e psicanalistas negras brasileiras, em seu livro *Tornar-se Negro* (2021), evidencia como o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento atuaram violentamente, ao longo da história, para promover a inferiorização de todo traço característico que remetesse à identidade negra.

Para Souza (2021), ser negro (a) numa sociedade branca, de classe e ideologia dominantes brancas, de estética e comportamentos brancos, de exigências e expectativas brancas, fez com que pessoas negras se vissem obrigadas a tomar o branco como modelo de identidade social.

As consequências físicas e emocionais desta dinâmica para as pessoas negras se ilustram na baixa autoestima, na visão deturpada dos próprios traços característicos, vistos como defeitos, e finalmente na negação do próprio corpo e da imagem projetada através do outro, como espelho, que lhe afirma a sua inferioridade, sua animalidade, sua primitividade.

Como destaca Souza (2021), essa rejeição, levada ao nível de desespero, violentava (e ainda violenta) o corpo físico, com a adoção de práticas torturantes na tentativa de *“embranquecer”*, por exemplo, colocando pregador no nariz para deixá-lo menos chato ou alisando o cabelo com ferro quente, técnicas antigas, que hoje foram substituídas por procedimentos mais sofisticados: rinomodelação, alisamentos, progressivas no cabelo, etc. e tal.

⁶⁰ Quando ele diz *“no meio ambiente”*, ele se refere ao dia a dia.

Nesse cenário, a possibilidade de construção de uma identidade negra que se valorize e se afirme enquanto tal, exige como condição imprescindível a contestação de modelos que lhe ensinam a ser uma caricatura de branco. Dessa forma, *“rompendo com esse modelo, o negro [a negra] organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio”* (Souza, 2021, p. 116, itálico nosso).

Como discurso e prática social, a raça é ressignificada e politizada pelos sujeitos nas suas experiências sociais. E essa ressignificação, como já salientado em outros trechos do presente trabalho, ao longo dos anos, vem sendo realizada através da luta do Movimento Negro reafirmando a ideia de raça como potência de emancipação e não como uma regulação conservadora. Como salienta Gomes (2012, p. 731),

Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial.

Nesse sentido, os achados de pesquisa permitem ilustrar que contradizer a exaltação da branquitude e do ideal estético dominante pode resgatar a dimensão positiva da identidade negra. A transição capilar é uma experiência majoritariamente negra feminina, pois o cabelo crespo é tido como inferior ao cabelo liso, que é o reconhecido como “bom”, ao passo que o primeiro é comumente denominado como “ruim” (Amorim; Aléssio; Danfá, 2021). E questionar essas construções sociais distorcidas é um passo importante para se livrar de estereótipos e rótulos estigmatizantes.

Ademais, no que tange aos aspectos relacionados às aprendizagens sobre a cultura afro, há uma reafirmação da pesquisa anterior sobre o Programa Caminhos da Cidadania (Blanco, 2020), que destacou o interesse dos (as) integrantes, à época, por questões relacionadas ao tema raça. Nesse sentido, considera-se um dado positivo que os encontros propiciados pelo programa, um espaço educativo em ambientes não escolares, tenham adentrado a esta temática.

Entende-se que talvez isso resulte das ressonâncias do próprio Movimento Negro, bem como a sua influência na implementação de outra política pública antirracista, no caso, o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), alterado pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que obriga o ensino de história da cultura afro-brasileira e indígena nos sistemas de ensino brasileiro, para além dos espaços formais de escolarização.

Ressalta-se aqui a importância destas leis como ponto de inflexão que, gradativamente, vêm produzindo resultados positivos no tocante ao combate das desigualdades raciais brasileiras, reconhecendo e dando visibilidade à história do Brasil a partir de uma perspectiva decolonial da história da África e da cultura afro-brasileira e indígena. Não obstante, pesquisas ainda revelam limites e desafios para sua efetiva implementação nos espaços escolares, uma vez que estes também são espaços institucionais atravessados, influenciados e reprodutores do racismo (Filice, 2017).

Sociedade e Desigualdades e Dimensões intra e interpessoais

É necessário que uma educação antirracista extrapole os muros escolares cada vez mais. Nesse sentido, inevitavelmente, temas espinhosos relacionados a racismo, preconceito e discriminação racial também foram discutidos.

Para abordar esses aspectos, na qualidade de mediadora que aqui não se separa da de educadora, de professora que sou, trouxe um pouco da experiência de vida marcada por essas questões. Como bem diz hooks (2017, p. 35, itálico nosso), *“quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos.”* Portanto, na mediação foram trazidos elementos pessoais que se conectam ao tema:

O que vocês acham assim que vocês carregam de africanos? Por exemplo, eu vou falar de mim. Eh a minha mãe era negra [...] **Então eu tenho traços do cabelo, meu cabelo é o cabelo mais afro.** Eh... tem uma questão da... da **religiosidade, da espiritualidade mais pro lado afro,** mas eu também já percebi [...] Porque assim, **eu sou eu sou filha de mãe preta e de pai branco,** então eu **percebia muito preconceito** da família do meu pai em relação a minha mãe, entendeu? Vocês percebem isso assim na sociedade? Como é que vocês percebem isso? (M, RC1).

A partir daí os(as) participantes da RC1 relataram alguns episódios de discriminação, de preconceito racial que eles (as) ou alguém próximo havia passado, como a P1, por exemplo, que relembrou um episódio de discriminação racial, envolvendo agressão verbal, ocorrido com sua avó materna: *“Eu não, mas a minha avó por parte de mãe, ela já ela entrou no mercado e ela foi xingada de macaco”* (P1, RC1).

Ao abordar a faceta criminal deste ato, interpelou-se se eles (as) tinham conhecimento da lei⁶¹ brasileira que pune crimes de racismo, ao que a P1 acrescentou: “*Mas ela estava sozinha, né? Ela não sabia se defender...*” (P1, RC1). Episódio que revela o quanto as pessoas ainda se veem indefesas quando são vítimas de situações como essa.

Também surgiram falas relativas a experiências veladas de preconceito e discriminação já vivenciadas, como se reconstitui num trecho do diálogo da RC 1:

P3-Deixa eu ver... as pessoas meio que **não querem**, eh... **estar perto da gente**, sabe? A gente entende, a gente sente...

P2-**A gente percebe pelo olhar delas**. Percebe pelas ações...

P3-E a gente lembra porque tipo... isso aconteceu comigo quando eu era pequena e até hoje eu lembro [...] **Foi na creche [...] E olha que eu nem sabia o que era isso, entendeu? E ainda eu lembro**.

O trecho acima corrobora com o que apontou Cavalleiro (2005), através de pesquisa realizada em uma escola municipal do estado de São Paulo ao constatar o quanto o racismo, o preconceito e a discriminação racial se fazem presentes no cotidiano escolar e o quanto a criança negra, no seu processo de formação, é atingida negativamente devido a postura conivente que a escola assume diante destes fatos.

Segundo a autora, a escola silencia sobre conflitos étnico-raciais, reforça os estereótipos negativos a respeito do negro, aumenta o sentimento de inferioridade da qual a criança negra é vítima ao mesmo tempo que também aumenta o sentimento de superioridade da criança branca dispensando a esta mais carinho, atenção, estímulos, elogios do que às crianças negras.

Embora a pesquisa de Cavalleiro tenha sido realizada há mais de 20 anos, antes da obrigatoriedade do ensino de cultura afro em espaços escolares, estudos recentes, como o de Filice (2017), apontam que, no meio educacional, há reflexos de uma sociedade que percebe a discriminação no outro, mas não se percebe no processo. Ou seja, as visões limitadas sobre o negro se fazem presentes nas instituições escolares que ainda refletem um ideário impregnado de elementos racializados e pejorativos em relação à população negra. A consequência disso é que muitos (as) estudantes, assim como a P3, ainda sejam negativamente marcados (as) pela humilhação inerente ao ato de discriminar.

⁶¹ Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

*Percepções sobre o Programa Caminhos da Cidadania, Sociedade e Desigualdades,
Dimensões intra e interpessoais e Maternidade jovem*

Outras falas relacionadas aos aprendizados apreendidos em face da participação no Programa Caminhos da Cidadania, destacaram as orientações dadas em relação ao futuro e projetos de vida.

A P10, relatou como o benefício financeiro, recebido na época de sua participação, a ajudou inclusive no custeio de cursos técnicos profissionalizantes: *“Meio assim pela quantidade, né? Quem tinha mais interesse de investir assim um pouco mais pra frente... eh... eu mesma com dinheiro, né? Que eu recebia do curso...eu pegava pra entrar no curso de atendente de farmácia”* (P10, RC2).

A fala do E2 trouxe como um dado positivo, as aprendizagens obtidas através da parceria do programa com o CIEE: *“fizeram tipo... um minicurso de currículo...”*

Também, a fala da P1 denotou a importância das orientações que o programa lhe propiciou em um momento desafiante de sua vida, quando ficou grávida com apenas 16 anos de idade. O trecho do diálogo na RC1 elucida essa experiência:

P1- **Ajudou** [...] Porque eu pensava muito assim no mundão.... mundão aí o que eu queria pra vida eu falava e que **eu queria ser do mundo e eu não importava assim pra minha filha.**

M- O que é ser do mundo pra você?

P1- Fazer tudo...

M - Fazer tudo certo, fazer tudo errado?

P1- **Não, tudo errado, não certo, tudo errado.** É que minha família é dessa, né? **Aí eu falei, não. Chega! Não. Aí eles (o programa) me ensinaram...** Não, não é assim. Tem que arrumar um emprego. **Você tem que pensar em você, na sua filha, não precisa ser assim.**

Antes de prosseguir, faz-se necessário trazer alguns fragmentos da história de vida da P1 para que as falas sejam compreendidas à luz do contexto social vivenciado. E assim será feito nas passagens das falas de outros (as) participantes. O contato estabelecido com suas famílias e, por conseguinte, com esses (as) jovens, atuando profissionalmente na garantia de aspectos protetivos e no fortalecimento de vínculos familiares permite adentrar em alguns pormenores de realidade social por eles (as) vivenciada, de forma respeitosa, sem expô-los (as), já que estão protegidos anonimamente nesta pesquisa.

A P1, desde criança, é cuidada por sua avó materna, pois seus pais estão em privação de liberdade devido ao envolvimento em crimes que não cabem aqui detalhar, seu irmão, ex-integrante do Programa Caminhos da Cidadania, de apenas 20 anos, também encontra-se nessa situação. É por isso que a P1 se refere à família com essa expressão: “*porque minha família é dessa.*”

Ao comentar sobre o primeiro impacto que a notícia da gravidez lhe causou, P1 trouxe à tona o fato como indesejado e de como isso poderia afetar suas expectativas futuras:

Assim quando eu era do mundo, né? Tipo aí quando eu engravidei, eu pensei assim caramba... *véi* [sic] eu vou perder minha... assim minha idade... assim [...] **vou perder amizade, vou perder de ir pro fluxo...Assim pro baile, né... aí eu falei assim, não, não quero ter essa filha.** Falei, vó, não quero ter... Aí eu conto com a minha bisavó. Aí no outro dia ela faleceu (P1, RC1).

As orientações do Programa Caminhos da Cidadania e o acolhimento da família, principalmente de sua avó, fez diferença na tomada de decisão por ter a criança. Essa percepção inicial foi sendo substituída por um sentimento de cuidado e envolvimento positivo com a maternidade.

É preciso salientar que aqui não se trata de uma visão moralizante sobre a gravidez precoce e de qualquer incitação pejorativa acerca de outras escolhas que a P1 poderia ter tomado, como o aborto, por exemplo. Trata-se, tão somente, de enfatizar o quanto ter uma orientação e o apoio familiar em relação a esse desafio foi fundamental para sua escolha.

Aí minha vó falou bem assim que não ia ter mais perda dentro de casa. Aí pegou, quando começou, **minha vó começou a trazer as coisas pra ela** (a bebê)... eu não... não queria comprar nada. Aí ela foi no trabalho... aí o povo do trabalho fez o enxoval. **Aí aí quando eu fui vendo as coisinha** [sic] **eu comecei a ter apego, amor. Aí eu pensei... eu quero ter minha filha mesmo.** Mas aí eu falei pra Deus: Deus, se você me *trazer* [sic] uma menina, eu cuido dela. Aí com três meses o moço (profissional de saúde) falou que era a menina[...] aí eu via a roupinha, eu via as *coisa* [sic]... **já peguei apego.** Aí eu parei de ir pra rua, na minha gravidez não fui pra rua (P1, RC1).

Assim como a P1, a P10 que participou da RC2, também já é mãe, sendo que teve sua primeira filha aos 18 anos e, atualmente, com 21 anos, está grávida do segundo filho. Ao falar da sua experiência de vida em relação ao fato de ter sido mãe tão jovem, ela sublinhou que, apesar do sonho de ser mãe, se pudesse voltar atrás não teria tido filho tão jovem, principalmente por fatores relacionados às dificuldades financeiras:

Ah... ao mesmo tempo que é bom, é uma coisa assim que eu não sei explicar não. **Se eu pudesse voltar acho que eu não teria filho com a idade que eu tinha[...]** Botei as pernas um pouco mais pra frente do que pra trás. Acho que eu perdi muito por essa **curiosidade assim de... de ser mãe...era um sonho, né?** [...] mas aí, acho que pela questão financeira... hum-hum... hoje eu me encontro um pouco mais bom (melhor), né? Dá assim, pra me sustentar, **mas não vejo um erro, né? Que até então, o filho não é um erro...é bom** (P10, RC2).

Trazendo um pouco dos dados relativos à gravidez, de acordo com o IBGE (2021), nas últimas décadas, a taxa de fecundidade vem decrescendo no Brasil. No período de 2000 a 2021, o número médio de filhos registrados para cada 1000 mulheres dentro do período reprodutivo (15 a 49 anos) caiu de 54 para 46 nascidos vivos, respectivamente.

No tocante à distribuição dos nascimentos ocorridos no ano, segundo os grupos de idade da mãe, entre 2000 e 2021, observou-se uma queda de nascimentos nas faixas etárias de menor idade (menos de 20 anos⁶² até 29 anos). Inversamente, nas faixas etárias de maior idade (30 anos ou mais), o percentual de nascimentos aumentou.

Apesar da diminuição, em 2020, o total de nascimentos relativos à mães adolescentes no Brasil foi de 380.778, representando 14% do total de nascidos vivos, um dos mais altos da América Latina e Caribe, segundo dados da *Organización Panamericana de la Salud* (2018).

Estudos relativos à gravidez precoce no Brasil, costumam enfatizar essa questão como um problema de saúde pública por estar associada a uma das principais causas de morbimortalidade de mulheres nessa faixa etária, o que se configura como um desafio de saúde pública com implicações médicas, psicossociais e econômicas (Melo *et al.*, 2021).

As implicações médicas dizem respeito, por exemplo, ao fato de adolescentes grávidas terem maior propensão a realizar o pré-natal inadequadamente; maior probabilidade de parto prematuro; de mortalidade materna e neonatal; de abortamento e outras intercorrências decorrentes de infecções sexualmente transmissíveis -IST's (Melo *et al.*, 2021; Assis *et al.*, 2021).

Nas dimensões psicossociais, há maior probabilidade de voltar a engravidar antes da vida adulta, tendo como consequência a restrição de oportunidades educacionais, profissionais e pessoais e possível reprodução dos ciclos de pobreza (Assis *et al.*, 2021; Melo *et al.*, 2022; Sousa, 2012).

⁶² Considerando apenas a faixa etária de menos de 20 anos de idade, a diminuição de nascimentos caiu de 21,6%, em 2000, para 13,2% em 2021.

A gravidez precoce pode advir de múltiplos fatores que, de forma isolada ou associados, contribuem para essa ocorrência. Tem-se como exemplos, alguns elementos como: início da atividade sexual precoce; deficiências na instrução com relação à sexualidade, visto que este assunto ainda é considerado um tabu para muitas famílias; restrições quanto à disponibilização de métodos contraceptivos; ausência de serviços de saúde voltados para a adolescente; estilo de vida urbana e alguns fatores de vulnerabilidade.

Todavia, Carnaúba (2019) discute um outro aspecto que deve ser somado a esses fatores, que diz respeito ao desejo de ser mãe. Nesse sentido, é fundamental analisar essa questão da gravidez precoce/na adolescência para além de uma situação de saúde pública, preventiva e higienista abrangendo, também, os direitos sexuais e reprodutivos dessa população como um desdobramento dos próprios direitos humanos.

Os direitos reprodutivos baseiam-se no reconhecimento do direito de livre decisão que cada indivíduo possui acerca da quantidade, e da ocasião que deseja ter filhos ou não, livre de discriminação, coerção ou violência. E os direitos sexuais significam viver a sexualidade a partir dos princípios de autonomia e liberdade, livre de coerção, discriminação ou violência (Quadros e Menezes, 2009 *apud* Caranaúba, 2019). Fato que coaduna com o sonho de maternidade anunciado na fala da P10.

Para além de todas essas questões, destaca-se, ademais, que eixos de desigualdades de classe e raça incidem sobre o percentual de gravidez na idade precoce em famílias, majoritariamente, pobres e negras. Pesquisa realizada por Assis *et al.*, (2021) evidenciou que 90% das adolescentes puérperas, de 12 a 19 anos, eram oriundas de classes econômicas de baixo poder aquisitivo. Em relação à cor/raça, mais de 70% eram pretas ou pardas (negras). Desigualdades estas que atingem tanto a P1, no entrecruzamento de classe e raça, quanto a P2, no que se refere a sua classe social.

Um outro elemento adicional compartilhado em relação às participantes da pesquisa, P1 e P2, diz respeito ao fato das duas serem mães solo. Os genitores de suas filhas se isentaram de suas responsabilidades paternas, sendo que a filha da P1, além disso, sequer tem o nome do pai na certidão de nascimento, infelizmente, uma situação vivenciada por mais de 100 mil crianças no Brasil considerando só o ano de 2023⁶³.

As duas participantes atualmente constituem núcleos familiares distintos da família de origem. A P10 reside com a filha em imóvel alugado e a P1 habita um cômodo anexo no

⁶³ Brasil registrou mais de 100 mil crianças sem nome do pai só neste ano; são quase 500 por dia. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/13/brasil-registrou-mais-de-100-mil-criancas-sem-o-nome-do-pai-so-neste-ano-sao-quase-500-por-dia.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

mesmo lote da avó. Configuram-se, portanto, como famílias monoparentais brasileiras. Um tipo de arranjo familiar que é comum e reflete as diferentes dinâmicas presentes na sociedade, sendo importante reconhecer a diversidade de arranjos familiares existentes.

Almeida e Dalsenter (2021) observam a necessidade de distinguir as experiências monoparentais fundadas no exercício da liberdade da mulher ou do homem, por meio da adoção ou reprodução assistida, por exemplo, das expressões de monoparentalidade que não são fruto de escolha legítima, mas sim, de situação vivenciada devido ao abandono ou ausência, em geral, dos pais. Os casos mais comuns na sociedade brasileira, referem-se a essa segunda dimensão, o que se comprova através dos dados estatísticos.

Segundo o Dieese (2023), no terceiro trimestre de 2022, do total de arranjos familiares, 12,7 milhões eram de famílias monoparentais com filhos. Desse quantitativo, 87% eram chefiadas por mulheres e 13% por homens. Quando analisadas interseccionalmente, levando-se em consideração os recortes de renda e de cor/raça, por exemplo, verificou-se que famílias monoparentais brasileiras chefiadas por mulheres negras eram em maior quantidade e as mais desfavorecidas economicamente.

De acordo com o Dieese (2023), do total de famílias monoparentais femininas, 61,7% eram chefiadas por negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3%, por não negras (que representavam 4,2 milhões). Em termos de rendimento, 22,4% das famílias monoparentais chefiadas por mulheres não tinham rendimento do trabalho; 25,6% ganhavam até 1 salário mínimo; e 22,3%, entre 1 e 2 salários. A proporção de famílias chefiadas por negras que ganhavam 1 salário mínimo ou menos foi de 53,7%, enquanto ficou em 38,8% entre as lideradas por não negras no 3º trimestre de 2022 (Dieese, 2023).

Como bem elucidam Almeida e Dalsenter (2021), as famílias monoparentais estabelecidas a partir de um núcleo referencial essencialmente feminino, são especialmente expostas às desigualdades e às opressões que conformam as relações de gênero, raça e classe no Brasil.

Por conseguinte, trata-se de famílias expostas a maior vulnerabilidade as quais demandam diferentes graus de atenção e cuidado, especialmente por parte do Estado no fomento de políticas públicas numa perspectiva interseccional e transversal, que garantam, para além de condições mais dignas de sobrevivência, mecanismos de combate a um sistema patriarcal, machista e misógino permeado por simbolismos de gênero e produção de subjetividades que ainda naturaliza, por exemplo, o fato de pais abandonarem seus filhos (as) ou o fato de que somente às mulheres cabe o papel de cuidadoras.

As participantes da pesquisa, P1 e P2, portanto, de acordo com os eixos identitários que as constituem, são atravessadas por essas assimetrias de raça, classe e gênero tanto no que diz respeito ao fato de terem sido mães precocemente, quanto ao fato de serem chefes de famílias monoparentais.

Embora P10 já tenha concluído o ensino médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e de P1 estar estudando, mesmo em defasagem em relação ao ano de escolaridade que cursa atualmente; embora também estejam atualmente empregadas, P10 como atendente de padaria e P1 realizando estágio de atendente de telemarketing pelo CIEE, as duas ainda precisam de benefícios sociais⁶⁴ propiciados pelo governo (federal e distrital), como forma de subsidiar o sustento familiar visto seus rendimentos, no máximo 1 salário mínimo, serem insuficientes para arcar com os mínimos sociais que lhe garantam um mínimo de dignidade e autonomia.

As duas também expressam preocupação quanto ao futuro devido às incertezas relacionadas a trabalho, renda, educação e cuidado das filhas. E assim como elas, as maiores preocupações relatadas pelos outros participantes referem-se justamente à dimensão e importância do trabalho em suas vidas.

Vida profissional e desafios do trabalho, Sociedade e Desigualdades e Dimensões intra e interpessoais

Oito dos (as) participantes da pesquisa já têm mais de 18 anos, sendo que quatro deles, incluindo P1 e P2, estão atualmente exercendo atividades profissionais. No entanto, é relevante observar que são trabalhos caracterizados por baixos salários e condições precárias, como a ausência de carteira assinada e a falta de benefícios trabalhistas, por exemplo. Questões relacionadas ao mundo do trabalho surgiram como um dos temas mais relevantes e como um dos principais desafios vivenciados pelos(as) participantes da pesquisa.

Desafios que se expressaram nas falas do P2: [...] *“Tá complicado de emprego...eu tô trabalhando, mas é 100% comissionado”* (P2, RC1); da E1: *“porque eu queria muito assim eu queria muito trabalhar, né? Ai você coloca um currículo no site [...]currículo online, não me chama, nem nada* (E1). Também na fala P5, quando interpelado sobre seu maior problema atualmente: *“Conseguir arrumar um trabalho”* (P5, RC2).

Também, apareceu na fala da P3 a qual aludiu às condições precarizadas de trabalho atreladas à dificuldade de conciliar trabalho e estudos:

⁶⁴ Bolsa família, auxílio gás (governo federal) e benefício Prato Cheio (GDF).

Aí pelo caso de trabalhar um pouco mais difícil, né? Pelo fato da maioria dos trabalhos é de nove às nove, seis às seis, ou o dia todo. **Aí é um pouco mais difícil. Os que pegam tipo os alunos, normalmente é meio período... ainda não vale a pena o salário, entendeu?** Igual eu, eu saí do emprego por causa disso. Trabalhava demais e recebia pouco. (Não valia a pena) porque **na verdade não recebia quase nada porque qualquer coisinha eles tavam descontando.** E eu tinha que pagar muitas coisas (P3, RC1).

A dimensão do trabalho ocupa um protagonismo fundamental na estrutura social, política e econômica de qualquer nação. É através de suas forças produtivas que se produz o capital, este concentrado nas mãos de uma minoria da população em razão, principalmente, de formas de exploração das relações de trabalho entre empregadores e empregados, próprias do estágio atual de neoliberalismo.

De toda forma, o trabalho é o meio pelo qual se consegue renda para prover as necessidades materiais. É através da renda gerada pelo trabalho que se vislumbra, de forma prospectiva, o alcance de metas maiores como adquirir casa própria, viajar, economizar para pagar a faculdade do filho ou filha, por exemplo.

Caso não seja herdeiro (a) ou beneficiário (a) de alguma renda que prescindir do trabalho, muito provavelmente será através do trabalho e do esforço empregado nessa função, que virá a maneira de obter renda e os meios necessários para se (tentar) viver de forma digna. Essa, podemos dizer, é a dimensão material do trabalho. Porém, como bem argumenta Souza (2021, p. 53)

Não existe nada neste mundo social a que se possa referir como econômico de modo puro. Só podemos nos referir a algo como econômico como uma instância autônoma quando esquecemos o conjunto de avaliações morais que estão por trás desse rótulo em primeiro lugar.

O trabalho atravessa e constitui as identidades por um conjunto de avaliações morais, simbólicas. O jargão “*o trabalho dignifica o homem*” é ilustrativo dessa dimensão simbólica, é signo identitário e metáfora para tudo aquilo que fazemos e realizamos na vida e na sociedade.

Não é à toa que, quando se depara com a pergunta “quem é você e o que você faz”, muito provavelmente a resposta estará atrelada às funções profissionais, “sou professora”, “sou bancário.”

Para (Souza, 2021), todas as nossas ações no mundo pressupõem uma avaliação acerca da sua importância, conveniência, oportunidade, etc. Essa avaliação é sempre moral; é, na realidade, a moralidade em ato e em ação. Ao reconstituir a genealogia da magnitude moral do

trabalho no mundo ocidental, o autor explicita como a dimensão religiosa de existência foi gradualmente substituída por uma dimensão secular em que o trabalho se consolidou como fator fundamental.

A revolução protestante, iniciada no século XVI na Alemanha, segundo Souza (2021) foi o ponto de inflexão dessa mudança ao produzir a junção de duas noções bíblicas: a noção de trabalho e de chamado divino. Nesse momento, as estruturas sociais da forma como se concebe a dimensão do trabalho em nossas vidas e no desenvolvimento da sociedade começaram a se delinear, pois como salienta Souza (2021, p. 80) *“se o trabalho era um chamado divino, ele passa a ser sagrado, e seu desempenho bem realizado, o novo e verdadeiro caminho da salvação protestante”*.

Nesse cenário, como todos podiam trabalhar, isso abriu espaço para a noção de autoestima e reconhecimento social, os quais, pela primeira vez na história tornaram-se potencialmente universalizáveis. Essa valorização da função laboral desencadeou progressivamente na substituição de uma visão teocêntrica de sociedade para uma visão antropocêntrica, de racionalismo do mundo. Dito de outra forma: o mundo sagrado foi, cada vez mais, perdendo espaço para um mundo secular calcado na razão e na ciência (Souza, 2021).

A sociedade industrial e secular, que nasceu a partir da decadência da religião como única matriz de sentido do mundo, fundou o mundo profano do utilitarismo, que substituiu o serviço à divindade e à salvação eterna pelo serviço à sociedade e ao bem comum. Foi nesse contexto que o desempenho diferencial no trabalho, e não mais o nascimento e o sangue, se tornou elemento decisivo para a construção do valor do indivíduo (Souza, 2021).

Concomitante a isso, noções como autocontrole, disciplina e pensamento prospectivo despontaram como fundamentais para a noção de ideal de sujeito moderno; um indivíduo visto como instrumento perfeito para a realização de qualquer fim econômico, social ou político e alicerce da sociedade produtiva.

Como salienta Souza (2021) essas noções não são inatas, mas adquiridas através de processos educativos que se dão na família e nas instituições escolares, o que atrela a importância da educação formal como formadora de mão de obra e como aspecto diferencial, essencial, qualificador para um desempenho eficiente, produtivo no trabalho.

Isso se ilustra por exemplo na importância de se fazer faculdade, como forma de exercer uma profissão, desejo de alguns dos (as) participantes de pesquisa que vão desde predileção para áreas mais clássicas e tradicionais como Direito, por exemplo, até áreas que refletem o momento atual de desenvolvimento tecnológico e interação digital como é o caso de Tecnologia da Informação.

No entanto, é importante salientar a utilização do pronome indefinido “alguns”, já que essa importância da escolaridade formal foi bastante questionada nos diálogos empreendidos com os (as) participantes, ao trazerem novas maneiras de obtenção de saber independente do conhecimento escolar adquirido e de como este se apresenta desconectado da realidade atual.

Vida profissional e Desafios do trabalho, Desafios educacionais: buscando significados e Dimensões intra e interpessoais

Nesse sentido, os (as) participantes expressaram críticas contundentes ao sistema educacional, que segundo a P3, por exemplo, não reflete uma aprendizagem voltada para aspectos significativos da realidade social:

Eles não dão a oportunidade de, tipo... uma pessoa de dezesseis anos vai procurar um emprego. O que o emprego quer? Eh... que a pessoa tenha... que saiba trabalhar. Só que como é que a pessoa vai saber trabalhar se eles não dão oportunidade pra pessoa trabalhar. Eles querem que a pessoa já vai [sic] sabendo, **sendo que nas escolas as escolas não ensinam a gente**. A escola ensina a correr atrás de ponto pelo caderno. Tipo, a gente, por exemplo, a gente não faz nada o bimestre todinho. No fim do mês precisa de quê? De um ponto pra poder passar. A gente passa por ponto. **A gente não passa por sabedoria porque se alguma pessoa vem me perguntar o que que eu aprendi no primeiro ou nos outros anos eu eu não vou saber.**[Vou saber] **Coisas que eu aprendi pela rua, pela vida** (P3, RC1).

A P3 atualmente cursa o 2º ano do ensino médio em uma escola pública da Ceilândia. Sua crítica coincide com as mesmas dificuldades descritas por hooks (2017) de como a educação bancária que recebia na escola (quando aluna) nada tinha a ver com sua realidade social.

Crítica que condiz igualmente com o pensamento de Freire (1996; 2017), quando ele enfatiza a necessidade da escola de se comprometer com um ensino-aprendizagem que faça sentido na vida dos (as) educandos, que seja problematizadora e desperte a consciência crítica em contraposição a uma educação bancária, enciclopédica, que ao fim e ao cabo não atua para contestar as estruturas desiguais de poder. A educação bancária é vista como educação inautêntica, uma vez que ela não se preocupa em oferecer mecanismos para que haja a reflexão.

P3 continuou com sua crítica ao sistema educacional, inclusive sublinhando os aspectos de autoritarismo a ele circunscrito:

[...] por exemplo, a **gente sai da escola sem saber como alugar uma casa, como fechar um contrato, como ir em entrevista de emprego, como conversar com as pessoas, como ir lá na frente e falar...** eles não ensinam nada disso e eles só ensinam o que eles querem ensinar. E se a gente ir [sic] contra o ensinamento deles, a gente está errado. **Eh a professora tira de sala, né? Leva pra diretoria, a gente é taxado de ruim,** tem que se chamar mãe, pai. Entendeu? **A gente tem que ficar todo mundo calado** (P3, RC1).

Uma mensagem que pode ser lida como contestadora, e indo mais além, como um potencial de transformação que é esperançoso de se observar, principalmente quando se reporta novamente, às ideias de Freire (1996) nas inferências abstraídas da fala da participante. Para Freire (1996, p. 25),

O necessário é que, subordinado, embora, à prática “bancária”, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar (Freire, 1996, p. 25).

O tom contestatório da P3 ecoou, também, no P2, que trouxe, além da crítica ao sistema educacional, uma certa predileção ao trabalho autônomo e a modalidade empreendedora como caminho para a satisfação profissional e pessoal: “*(a escola) tem que ensinar a gente a trabalhar pra gente, né...*” (P2, RC1).

Predileção que também apareceu na fala de um outro participante da pesquisa, o E2, que deixou evidente o seu desejo de empreender como forma de buscar a realização profissional e pessoal citando outros amigos que já percorrem esse caminho:

Não, eu eu tenho assim como é que eu posso dizer eh **eu tenho um biotipo de empreendedor, né?** Eu sempre... **eu já vendi balinha. Na época da Copa do Mundo eu vendia camisa do Brasil, né?** Vendi a camisa do Brasil. Hoje eu estudo Marketing Digital, tem alguns resultadinho aqui, alguns ali, né? [...] sempre aprendendo, mas ter vontade de fazer faculdade, não. **Mais vontade de ter meu próprio negócio, né?** Meus...inclusive meus melhores amigos são empreendedor [sic], né? Eu tenho meu melhor amigo, né... que é barbeiro, tem a barbearia dele, ou até o Victor, tem uma loja de bolo no pote, né? Minha vontade mesmo é de ser empreendedor, né? Eu já sou na verdade, né? (E2).

Em sua fala, o E2 relaciona sua vocação empreendedora a trabalhos autônomos já realizados como vendedor ambulante. Trazendo um pouco de sua história de vida, desde criança o E2 ia para as ruas com sua mãe para vender água, balinha em semáforos. Esse foi o trabalho que garantiu à família, chefiada por sua mãe, uma mulher negra e mãe solo, auferir algum tipo de renda durante muito tempo.

E talvez tenha sido essa experiência de vida, difícil para uma criança ou adolescente, que lhe despertou essa vontade e uma certa sagacidade para entender inclusive de finanças como se verificará mais adiante através de sua leitura de mundo.

Questionado sobre o que o motivava a ser empreendedor, ele abordou como fator, a liberdade desse tipo de negócio. Em que pese a vontade legítima de ter o próprio negócio, o questionamento que paira no ar é, até que ponto essa vontade, esse interesse, esse desejo manifestado tanto pelo P2 quanto pelo E2, é estratégia do capital da precarização das relações de trabalho?

Retornando a alguns aspectos concernentes à condição juvenil na atualidade, já abordados no capítulo 3 deste trabalho, até que ponto suas trajetórias de vida são resultados de escolhas individuais autônomas sobre um campo de possibilidades alargadas ou são fruto de uma dinâmica estrutural camuflada por um aparente poder de escolha.

No Brasil, dados do IBGE (2022) indicam que de 2012 até 2021, vem havendo uma redução de pessoas com vínculo formal de trabalho e, em contrapartida, tanto a população ocupada sem carteira de trabalho como os (as) trabalhadores (as) por conta própria registraram aumentos relativos. Ademais, a taxa de informalidade no Brasil gira em torno de 40% da população em idade de trabalho e quando se faz um recorte por cor/raça, constata-se que negros (as) são a maioria da população nessa situação, 46,3% contra 32,7% da população branca.

Isso indica que a informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante fonte de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas, como para maternidade ou afastamento laboral por motivo de saúde (IBGE, 2022).

Nesse sentido, frente a uma conjuntura de desemprego estrutural no mercado formal brasileiro, o empreendedorismo passou a ser sinônimo de emprego sem direitos e desvinculado de relação de pertencimento, ideias de autoexploração, falsa flexibilização e ausência de proteção social (Cerqueira, 2023).

Souza (2021), citando Luc Boltanski e Ève Chiapello (2011), reflete sobre a capacidade antropofágica do capitalismo financeiro, de engolir, deglutir a linguagem do protesto e da

libertação para transformá-la e legitimar a dominação social e política a partir do próprio mercado.

Na dimensão do trabalho, por exemplo, essa estratégia, esse *modus operandi* se corporifica quando o trabalhador passa a ser denominado como “colaborador” para eufemizar e esconder a consciência de sua superexploração; quando supostos valores de liderança são exaltados para que cada um passe a ser vigia de si mesmo e do colega de trabalho e não mais o patrão; ou ainda, quando há a intenção de se difundir a cultura do empreendedorismo segundo a qual, todo mundo passa a ser empresário, basta querer. De acordo com Souza (2021, p. 33).

Por essa ótica, o trabalhador tornado informal e sem quaisquer direitos ou garantias na verdade se torna empresário de si mesmo. E, o mais importante, se ele falhar nessa empreitada, a culpa é apenas dele. É necessário sempre culpar individualmente a vítima pelo fracasso socialmente construído.

Sob essa mesma ótica, o filósofo sul coreano, Byung-Chu Han, em seus ensaios *Sociedade do cansaço* (2017) e *Sociedade paliativa* (2021) ressalta que a sociedade disciplinar (Foucault) e o sujeito obediente, se metamorfoseiam, atualmente, para sociedade do desempenho e sujeito do desempenho, da produção e do consumo.

Para Han (2017), o verbo modal da atualidade não é mais “dever”, mas “poder”. O neoliberalismo como sistema paradigmático dessas modificações, alimenta a meritocracia e o individualismo em que o “faça você mesmo”, “força, foco, fé”, “faça sempre o seu melhor”, “não espere, faça” são meio que mantras em que o senhor de si mesmo é na verdade o escravo de si mesmo.

Performar o tempo todo, escamotear qualquer sinal que pode ser lido como fraqueza, é o imperativo de uma sociedade alicerçada sob o império da positividade, mas que paradoxalmente se transforma em cansaço extenuante, autocoeção, em que automotivação se converte em autoexploração onde você é o responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

O sujeito do desempenho e da positividade, resumindo, é um ótimo simulacro para camuflar o sistema de dominação e de expropriação do neoliberalismo. O resultado disso é que não estamos mais emancipados (as), nem mais donos de nós mesmos (as). Estamos mais doentes. A sociedade do hedonismo é também a sociedade da medicalização da dor.

Interação digital: internet e redes sociais, Vida profissional e desafios do trabalho e

Dimensões intra e interpessoais

Atrelada a ideia de empreender, o E2 destacou ainda algumas fontes que lhe servem de inspiração. Ele citou, por exemplo, o influenciador brasileiro Shirleyson Kaiser, um jovem de 28 anos, dono de uma empresa digital chamada BRAIP e que conta com mais de 2 milhões de seguidores, só no Instagram. Quando se pesquisa por seu nome na internet, o primeiro conteúdo que aparece são vídeos que “ensinam” como ficar milionário.

Os (as) participantes da RC1 também aludiram como inspiração, influenciadores motivacionais, além de outros que assim como o citado por E2, “ensinam” a ganhar dinheiro. Também fizeram referência a influenciadores do mercado financeiro, como se verifica em suas falas: *“podcast é que vão motivacionar [sic] aqueles motivacionais. Que eles leva [sic] gente rica pra mostrar como é que que faz...”* (P3, RC1). Ao que o P2 emenda: *“Como é que funciona o mercado financeiro, né?”* (P2, RC1).

Adentrando a essa conversa, P2 e P3, informaram que procuram esses conhecimentos através das plataformas digitais e indicam que essa é a onda do momento, como se reproduz no diálogo que se seguiu na RC1:

M- Gente, **vocês se interessam pelo mercado financeiro**, bolsa de valores?

P2- **Nos meus vídeos só tem isso, só...** Quem não se interessa tá perdido porque o que tá dando dinheiro é só isso, só.

P3- **No meu celular tem um monte de aplicativo disso...** aí eu passo o dia todinho...Bolsa de valores, tem aplicativo de venda, de venda online, empreendedorismo, eh... a como sabe lidar com o seu dinheiro.

P2- **A como fazer seu dinheiro, trabalhar pra você.**

P3- **A não cair na conversa do banco, sabe?** Porque o banco promete mil e só dá um real.

Do diálogo empreendido, surgem duas questões que se interrelacionam, mas que possuem significados diferentes e que dizem respeito à educação financeira e ao mercado financeiro. De acordo com Pires *et al.* (2013), a educação financeira deve ser adotada como base para proporcionar boa qualidade de vida, significa ensinar como gastar dentro do orçamento. Os benefícios da educação financeira são universais, porém as crianças e adolescentes incluem a formação de uma nova geração de adultos mais conscientes de seus gastos e menos endividados.

Já o mercado financeiro corresponde a um ambiente de negociações de qualquer tipo de ativo com valor financeiro: títulos, moedas, ações, mercadorias, *commodities* e câmbio e como já descrito neste trabalho, os principais beneficiados neste mercado são as grandes corporações financeiras.

Não obstante, essa modalidade de investimento, que é caracterizada pela possibilidade de rentabilidade alta, mas também pelo risco de prejuízos financeiros, ganhou maior adesão por parte dos (as) brasileiros (as) nas últimas décadas devido a estabilização da inflação e também pela expansão do número de investidores na economia mundial (Pires, *et al.*, 2013; Freitas, 2020). Na trilha dessa tendência, segundo Freitas (2020, p.8-9),

Não é raro encontrar propagandas que apresentam a atividade de investir como um trabalho de ganhos espetaculares, com flexibilidade (trabalhar de onde e quando quiser), sem horário específico, sem padrão e com possibilidades de multiplicar o patrimônio com rapidez. Esse tipo de abordagem logicamente atrai milhares de pessoas que acreditam neste sonho, pensam em mudar de vida e sonham com o que nunca imaginaram antes.

Esse tipo de promessa permeia o imaginário humano, afinal, quem nunca sonhou, por exemplo, em ganhar na loteria, na mega sena e ficar livre de problemas financeiros? Falsas ilusões que aparecem aos montes na internet e nas redes sociais através de “receitas prontas” de *coaches*, que na busca por *likes* e de monetização em cima dessas *likes*, se prestam ao desserviço de vender falsas promessas à população.

Interação digital: internet e redes sociais, Desafios educacionais: buscando significados,

Vida profissional e desafios do trabalho e Dimensões intra e interpessoais

Voltando aos aspectos elucidados no tópico anterior, concorda-se que a educação financeira é uma questão relevante, pois pesquisas indicam que em maio de 2023, o percentual de famílias inadimplentes no Brasil, chegou a 29%⁶⁵. É evidente que esse percentual precisa ser analisado levando-se em consideração os fatores estruturais que influenciam nesse percentual como: ausência de renda e de oportunidades para obtê-la, baixos salários, instabilidade profissional, os altos juros que são cobrados e, como já vimos, é uma forma de extorsão praticada contra a população brasileira, mas pode indicar também um despreparo em lidar com dinheiro. Como salientam Pires *et al.* (2013, p. 722).

⁶⁵Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>. Acesso em: 15 nov. 2023.

No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país.

Situação essa que também aparece nas falas de P2 e P3, como outra crítica, descontentamento, em relação ao que é ensinado na escola e de como a internet ocupa essa dimensão de busca de conhecimento e aquisição de novas habilidades: “[A internet] *Ensina muitas coisas. Eu não aprendo nada na escola*” (P3, RC1). *Você não vai aprender na escola. Não vai conseguir... o que eles tão ensinando é a gente a ser escravo do governo* (P2, RC1).

As críticas ao sistema educacional continuam, mas retratando-o como conservador, como mantenedor de um *status quo* que ensina, no máximo, a sobreviver. Como se evidencia no trecho do diálogo da RC1:

P3- É...a escola ensina a você a fazer o PAS, o ENEM...

P2- **Ensina você a sobreviver, né? Não ensinar você a viver.**

M- Qual é a diferença entre viver e sobreviver?

P2- **Sobreviver é você tá só ali no básico** sobrevivendo com aquilo que te dão, entendeu?

M- E viver?

P2- **Viver é você... esbanjar sem precisar se preocupar com nada.** Sem depender de salariozinho mínimo pra fazer alguma coisa...

P3- E às vezes nem dá pra fazer...O salário mínimo você tem que dividir entre o aluguel, a água, *as criança* [sic], a comida e saber se vai sobrar um pouco pra comprar alguma coisa além disso. **E viver é você não precisar se preocupar com isso porque você vai ter na hora que você quiser e saber que não foi o governo que te deu, que foi você que conseguiu, entendeu?**

P2- Porque se você tiver sua independência financeira, você vai tá vivendo...

A despeito da ideia de bem viver estar relacionada ao dinheiro, o que é completamente compreensível haja visto estarmos numa sociedade cujo valor de cada um é medido pelo que se consome, pelo que se tem em termos materiais e, quanto mais se tem, quanto mais se acumula em termos financeiros, melhor você é, a complexidade e a sagacidade com que distinguem o sentido de viver do sentido de sobreviver, me reporta novamente a hooks (2017) e Freire (2017)

tendo como paralelo a diferença que hooks e Freire traçam entre possibilidade e determinismo. Para Freire (1996)

Para além dos determinismos, somos seres de possibilidades. Significa reconhecer que somos seres condicionados mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável. O que os (as) participantes estão dizendo é que a escola precisa ir além, precisa oferecer outras possibilidades de ensino-aprendizagem para além de educação conteudista.

Tais desafios retratados pelos(as) participantes da pesquisa não ficaram circunscritos apenas às críticas ao sistema educacional. Também recaíram em um fenômeno que atinge principalmente jovens oriundos das classes mais desfavorecidas e com recorte de raça-cor bem demarcados, o abandono escolar no ensino médio.

Três participantes, todos eles(as) negros(as), relataram ter abandonado os estudos. E das razões as quais relataram por que isso ocorreu, pode se inferir que duas delas tem a ver com desmotivação (mas uma desmotivação que decorre de outros fatores, provavelmente relacionais e/ou socioeconômicos, que a conversa empreendida não foi capaz de captar), e a outra é um motivo antigo, que já deveria ter sido superado, mas ainda se faz presente no contexto social brasileiro: a dificuldade de se conciliar estudos e emprego.

Eu parei do nada, **coloquei na minha cabeça que eu não queria mais estudar e parei** (E1).

Porque eu perdi o ano também, né? **Porque eu fui fazer a prova do ENCCEJA aí eu deixei de ir pra escola.** Daí não deu certo pra *mim* [sic] fazer (o ENCCEJA) porque deu tudo errado. Aí eu perdi o ano. Os dois... as decepções... (P4, RC2).

Eu trabalhava já na loja, aí eu entrava umas meio-dia e só saía oito *hora* [sic] da noite. **Aí não tinha como eu chegar, vim** [sic] **pra pra casa, né? Pra escola ao mesmo tempo** (P5, RC2).

Vários são os fatores que fazem com que jovens abandonem os estudos, dentre estes, alguns mais prevalentes referem-se a repetências de ano seguidas, vivência de violência, tanto no âmbito familiar quanto no próprio ambiente escolar, distância entre o local de moradia e escola, necessidade de renda e trabalho e, mesmo, falta de interesse (Silva Filho; Araújo, 2017).

Esses elementos, porém, devem ser analisados a partir de um conjunto de fatores, que levem em conta, não só a responsabilidade individual do estudante, mas também a família, a

escola, a comunidade, as condições de classe, raça, gênero, econômicas e culturais, pois como salientam Carrano, Marinho e Oliveira (2015, p. 1441),

As trajetórias truncadas ou irregulares de escolarização expressam a sonegação de direito básico à cidadania e se constituem como entrave ao desenvolvimento regional e nacional, principalmente se considerarmos os impactos negativos da subescolarização para o desenvolvimento econômico e social de uma região ou país.

Sonegação de um direito básico para a E1, a P4 e o P5. Jovens que fazem parte de estatísticas relativas à educação onde a juventude negra, pobre e periférica aparece como a que mais abandona o sistema escolar, como já salientado no capítulo 4 deste trabalho; jovens negros, um homem e duas mulheres, considerados(as) nem-nem, por nem estudarem e nem trabalharem. E aqui pergunta-se: seriam jovens nem-nem ou jovens sem-sem, porque sem acesso a oportunidades, sem acesso aos mínimos sociais que lhes garantam alguma perspectiva futura?

Tudo isso reflexo das conexões de condições socioeconômicas desfavoráveis e da manifestação do racismo estrutural existentes na sociedade brasileira, expressadas nas desigualdades persistentes dos indicadores educacionais.

Nesse sentido, torna-se necessário, um olhar atento a essa questão enquanto problema de política pública que só poderá ter algum tipo de resolução, solvência, através de estratégias de atuação transversais que conjuguem esforços educacionais, econômicos, socioassistenciais e culturais, de forma a abranger no máximo possível, todas as dimensões dessas desigualdades de classe, raça, gênero, dentre outras, que contribuem para o abandono escolar.

Percepção política: reflexões sobre o sistema e Dimensões intra e interpessoais

Os(as) participantes também adotam o tom de descontentamento, descrença em se tratando de política. Como se exemplifica nas falas a seguir:

Não tirei nem o título (de eleitor) ainda [...] Vou votar não... (P2, RC1).

Eles só estão tirando a gente porque, tipo, a gente ah... vamos votar num mas continua falando a gente vai votar de um, a gente vai ver o passado que ele fez. Num tem nada de bom, aí vai votar pro outro, vai pesquisar sobre ele também, num tem nada de bom. E isso não vai me favorecer em nada em nada, nem em mim, nem na minha comunidade (P3, RC1).

Cara, porque eh.. Eu acho questão do governo mesmo, né? Eh por exemplo, tem alguma, tem várias coisas, né? O principal é o imposto, por exemplo, né Eh o primeiro que o imposto é alto, né? E se o imposto fosse, por exemplo,

muito mais baixo, eu arrecadaria o mesmo tanto, porque de qualquer forma se a pessoa eh, por exemplo, ela compra uma geladeira que é quatro mil, né? Pago mil de imposto. Se ela comprasse por três mil ela ia gastar os outros e outra coisa que também teria imposto, então cabe que a pessoa ia conseguir comprar mais coisa e o Governo ia arrecadar o mesmo tanto, né? Fora que tem várias coisas, né? Que o Governo gasta dinheiro e tal e o que não é não é necessário, né motorista particular, num precisa, né? Pelo salário que eles ganha, eles conseguem pedir o Uber... ir de Uber tranquilo todo dia (E2).

Falas que refletem um descontentamento político, mas que são profundamente políticas, até na opção por não votar.

Em um país tão desigual, alicerçado sob estruturas tão injustas, em que os serviços voltados à população são muito mais caracterizados pela ineficácia do que pelos benefícios que trazem, em que diariamente nos deparamos com notícias e mais notícias de crimes e corrupções ligados a figuras políticas, estes, limitados em oferecer políticas públicas realmente significativas para a população como um todo, especialmente para uma juventude marcada pela vulnerabilidade social que tem cor e território, porque geralmente é periférica e negra, como é o caso dos (as) participantes de pesquisa, qual deveria ser o sentimento senão o de descrença e frustração?

Saúde mental: desafios e autocuidado e Sociedade e desigualdades

Por fim, um último aspecto a ser ressaltado em relação às conversas com os (as) participantes diz respeito à saúde mental. Perguntados sobre como haviam passado pela pandemia ou se, para além da pandemia, já haviam sido marcados por alguma situação mais acentuada de sofrimento mental, alguns dos (as) participantes relataram episódios de depressão e ansiedade.

Contingências estas que não são incomuns na idade em que estão, pois segundo estimativas disponíveis por pesquisa realizada pelo Unicef (2021), quase um em cada seis meninas e meninos entre 10 e 19 anos de idade, no Brasil, vive com algum transtorno mental, parcela esta mais exposta ao risco de automutilações, depressão e suicídio.

De acordo com Tavares (2022), essa fase, de profundas transições biopsicossociais, de mudanças corporais e comportamentais, merecem maior atenção e cuidados no tocante à saúde mental, já que se trata naturalmente de um período de muito sofrimento, que contudo, não deve ser tratado de forma estigmatizante ou preconceituosa, já que, pela atitude de introspecção, fica

mais difícil de reconhecer quando adolescentes e jovens (até os 19 anos) vivenciam algum tipo de quadro depressivo.

Na pandemia, alguns fatores contribuíram para ampliar quadros de transtornos como depressão, ansiedade: a desinformação, a desorganização das atividades pedagógicas e de convívio familiar e social, a impossibilidade de encontros presenciais com os amigos e parentes. Nesse cenário, temas como a melancolia, a solidão e a angústia passaram a fazer parte do repertório de adolescentes e jovens (Tavares, 2022).

Além do mais, fatores sociais relacionados à condição de vida, discriminação ou exclusão, além da falta de acesso a serviços e apoio de qualidade, contribuem para que este público esteja mais exposto a riscos de problemas de saúde mental (Gama; Campos; Ferrer, 2014).

Ao pronunciarem sobre se e como fizeram para superar esses episódios, as falas dos (as) participantes da pesquisa nos dão o tom de como o tratamento desta problemática é atravessado por marcadores de desigualdade e introspecção em relação a esse assunto:

Precisar, precisava, mas a gente, né? A gente não pode entrar lá no conforto, né? Por exemplo, já tava indo já, só falei não ficar aqui não, aí eu e no dia a dia aí a gente foi conseguindo, né? Porque, por exemplo, [...] **eu não tinha tempo pra ficar me lamentando. Eu tinha que ajudar a minha mãe.** Tinha que cuidar de casa. Tinha que **ajudar ela a cuidar do meu irmão** porque, por exemplo, a **depressão, ela tira o ânimo de todos, né?** Eh tira o ânimo da gente. A nossa vontade é ficar lá pra sempre se lamentando e **eu como é que eu ia ficar lá se lamentando enquanto minha mãe tá lá sozinha, arrumando a casa, cuidando dos meus irmãos?** Querendo ou não, eu tinha que ajudar ela, entendeu? Aí, ou eu saía (da depressão) ou a minha mãe ficava lá se matando cuidando dela sozinha (P3, RC1).

Tipo, não posso, não tenho o direito de ficar... eu não tenho tempo... **eu não tenho esse privilégio de ficar me lamentando...** Porque só era eu meus irmãos, entendeu? [...] (P2, RC1).

E aqui, como em outros momentos, é preciso contextualizar as falas dos (as) participantes à luz de suas histórias de vida. A P3 é de uma família que é acompanhada pelo CRAS há mais de 10 anos. Trata-se de uma família monoparental, cuja chefe de família é sua mãe, uma negra, com pouca escolaridade, mas com muita leitura de mundo e bastante consciente de seus direitos.

A família da P3, que é composta por P3, sua mãe e mais três irmãos, já vivenciou e ainda vivencia várias situações que a coloca em situação de vulnerabilidade social. Seus três irmãos são acometidos por uma doença genética que pode causar, desde uma limitação

moderada no intelecto até sérios comprometimentos cognitivos e motores. Dois deles possuem deficiência intelectual e o mais novo, que nasceu com graves sequelas decorrentes desse problema genético, não anda, não fala e se alimenta somente por sonda. Atualmente, a renda da família vem dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo, que dois dos seus irmãos recebem.

Nesse sentido, a família sempre precisou recorrer à assistência social para questões além da escassez de renda. Essa busca estendeu-se à obtenção de outras garantias fundamentais, como alimentação especial para o irmão mais novo, participação em serviço de convivência, apoio para interlocuções com saúde, justiça, e órgãos de proteção à criança e ao adolescente. A P3, nesse cenário, sempre foi suporte de sua mãe em relação aos cuidados com seus irmãos.

Já o P2 também integra família monoparental, só que nesse caso, a família é chefiada por seu pai. Como o P2 é o mais velho dos irmãos, ele meio que assumiu a função de cuidados dos irmãos para o pai poder trabalhar e agora, na idade adulta, essa função foi ampliada com a responsabilidade financeira familiar recaindo também sobre si. É por conta das condições de vida desfavoráveis que eles (as) aludem à busca por tratamento como privilégio e não como direito, já que nunca “tiveram tempo” para se preocupar com isso. Infelizmente, mais uma camada das consequência de uma sociedade excludente e desigual como a sociedade brasileira.

Também o P7, na RC2, relatou ter passado por situação parecida durante a pandemia. Antes só mais um parêntese para contextualizar a história de vida do P7. Sabe o E2, o do empreendedorismo? Ele e o P7 são irmãos. Isso já é suficiente para dizer que sua vida é atravessada por diversas adversidades.

P7-No começo, bem... **não podia e não queria sair de casa.**

M- Foi na pandemia?

P7- Uhum. **Aí eu passei acho que seis meses assim sem ver a rua e bem na época assim eu não tinha nem pra conversar.** Então foi bem ruim...passei sozinho e acabei saindo sozinho.

M- Entendi. E nessa e nessa nessa época P7, você frequentou a escola online? Pela internet?

P7- Não. Não sei nem como eu passei... não tinha vontade.

M-É mesmo? **E você procurou ajuda profissional?** Tipo, psicólogo pra conversar?

P7- **Não.**

Questionado se havia superado totalmente essa fase, se estava bem, sua resposta foi a seguinte: “*Bem é uma palavra forte, né?*” (P7, RC2).

E é refletindo sobre essa colocação do P7 que eu termino com uma pergunta: Nesse mundo que parece que tá ao contrário e ninguém reparou, quem é que tá bem...eu concordo plenamente com você P7. Bem é uma palavra muito forte.

5.5 PROJETO DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTO LOCAL

Apresentação

O Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília tem sua identidade bem caracterizada no formato do trabalho final de curso: uma dissertação que além do desenvolvimento acadêmico e científico, exige também uma contribuição técnica, isto é, uma proposta de intervenção no contexto local e que tem sido denominada de produto de intervenção.

Como evidenciado por Lassance (2022), um projeto de intervenção é uma proposta estruturada de ação sobre um problema relevante de política pública, com vistas a oferecer uma alternativa de solução com base em um modelo bem especificado e prototipado. O projeto é direcionado para apoiar a tomada de decisão de dirigentes públicos que, em uma determinada organização, tenham alguma governança sobre o referido problema. A solução escolhida atende ao requisito estratégico de incidir sobre uma lacuna essencial para alterar positivamente o status do problema (Lassance, 2022).

Nesse sentido, apresento o projeto de intervenção requerido, estruturado em tópicos, que incluem introdução, objetivo geral, objetivos específicos, além da metodologia e aplicação.

Este documento reflete o comprometimento em contribuir não apenas para o avanço acadêmico, mas também para a resolução prática de desafios no campo de políticas públicas direcionadas à juventude negra, especificamente à juventude negra.

Introdução

A pesquisa, *(SOBRE)VIVER: Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do programa, numa perspectiva de garantia de direitos*, procurou evidenciar que políticas públicas para o segmento juvenil periférico, onde o percentual de jovens negros(as) prevalece, costumam ser políticas fragmentadas, descontínuas, pouco institucionalizadas, pouco efetivas, embora existam exceções como é o caso, por exemplo, da Lei de Cotas, que embora seja destinada para todas as faixas etárias de pessoas que já terminaram o ensino médio, dirige-se especialmente a jovens pobres de 18 a 24 anos, negros/as, indígenas, PcDs e quilombolas.

A pesquisa destacou, ademais, que embora a política de assistência social brasileira esteja consubstanciada por leis que preconizam a garantia de direitos fundamentais, há uma lacuna de discussão no tocante ao quadro de desigualdade social no Brasil, cuja dimensão da

raça conjugada a dimensão de classe é fundamental para se compreender as características socioeconômicas da população mais vulnerável e desfavorecida nas mais diversas esferas: educação, trabalho, renda, lazer, cultura, políticas públicas.

Nesse cenário, a juventude negra segue exposta de forma mais proeminente a diversas situações de violações de direitos: abandono escolar, desemprego, ausência de acesso a políticas públicas essenciais, além de serem o principal alvo de morte violenta infligida, inclusive, pelos aparatos institucionais de segurança pública.

Tendo todas essas dimensões por base é que se delinea o objetivo geral deste projeto de intervenção que é:

Objetivo geral

- Contribuir para o aprimoramento de políticas públicas, projetos, programas e ações governamentais direcionadas ao segmento juvenil, com ênfase especial na juventude negra, sob uma perspectiva de garantia de direitos, embasada por discussões e ações que sigam uma abordagem intersetorial, transversal e interseccional.

Objetivos específicos

- Fornecer subsídios de forma a contribuir para a implementação do novo programa da SEDES-DF voltado para jovens de 15 a 18 anos incompletos, denominado Incentiva-DF, numa perspectiva intersetorial, transversal e interseccional.
- Propor um fórum permanente de discussão sobre políticas destinadas à juventude local promovendo um engajamento mais amplo e efetivo de diversas instâncias nas demandas e necessidades do segmento juvenil junto a Rede Social de Ceilândia.

Metodologia e aplicação

Para atingir os objetivos propostos, delinea-se um plano estratégico dividido em duas etapas, as quais serão executadas no primeiro semestre de 2024:

-Primeira ação

Apresentação dos resultados do trabalho acadêmico aos gestores da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES-DF), especificamente à Diretoria do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (DICON).

Planejamento

- Antes do encontro: contatar os/as gestores/as por e-mail para propor um momento de publicização da pesquisa acadêmica que teve como objeto de estudo o antigo Programa Caminhos da Cidadania e anunciar o motivo proposto da ação que é o de contribuir para a implementação do novo programa Incentiva-DF.
- No dia do encontro: recepcionar os/as participantes; fazer as devidas apresentações; anunciar novamente o objetivo do encontro e realizar a apresentação dos resultados da pesquisa tendo por parâmetros os limites, avanços e potencialidades de programas sociais voltados para a juventude, em especial à juventude negra periférica, a partir dos conhecimentos adquiridos com a pesquisa. Após esse momento, abrir a apresentação para questionamentos, diálogos e debates de forma a enriquecer as ideias para a implementação do Incentiva-DF. Solicitar, por fim, que façam a avaliação do encontro e oferecer um lanche coletivo.
- No pós encontro: elaborar a ata de reunião, registrando os principais pontos discutidos, decisões tomadas, ações acordadas e outros detalhes relevantes durante uma reunião; enviá-la, via processo SEI-GDF, aos/às participantes.

Cronograma e esboço da programação			
Proposta metodológica e de ação	1ª semana fev./24	3ª semana fev./24	4ª semana fev./24
Contatar os/as gestores	x		
Planejamento das ações	x		
Reunião presencial (local a definir)		x	
Elaboração da ata de reunião		x	x
Envio do documento aos/às participantes			x

-Segunda ação

Apresentação dos resultados do trabalho acadêmico à Rede Social Local da Ceilândia-DF. Este é um espaço/grupo coletivo formado por representantes de órgãos

governamentais e não governamentais (órgãos da justiça, segurança pública, educação, saúde, assistência social, sistema socioeducativo, conselhos tutelares, ongs, entidades conveniadas e não conveniadas, esporte, igrejas, dentre outros) com atuação no território da Ceilândia, dedicado à promoção e garantia de direitos da população local.

Planejamento

- Antes do encontro: solicitar previamente, um momento para publicizar os resultados da pesquisa na reunião de redes do mês de março/24; informar o motivo da solicitação, bem como seu objetivo que é o de incitar a discussão sobre políticas para a juventude local.
- No dia do encontro: receber os/as participantes, fazer as devidas apresentações, anunciar novamente o objetivo do encontro e realizar a apresentação dos resultados da pesquisa tendo por parâmetros os limites, avanços e potencialidades de programas sociais voltados para a juventude, em especial à juventude negra periférica, a partir dos conhecimentos adquiridos com a pesquisa. Após esse momento, abrir a apresentação para questionamentos, diálogos e debates. Por fim, propor a criação de um fórum permanente para discussão sobre políticas sociais voltadas à juventude com a adoção de encontros mensais (presenciais ou virtuais) destinados a essa função. Solicitar, por fim, que façam a avaliação do encontro e oferecer um lanche coletivo.
- No pós encontro: elaborar a ata de reunião, registrando os principais pontos discutidos, decisões tomadas, ações acordadas e outros detalhes relevantes durante uma reunião; enviá-la via e-mail aos/às participantes.

Cronograma e esboço da programação				
Proposta metodológica e de ação	2ª semana mar./24	3ª semana mar./24	4ª semana mar./24	1ª semana abril/24
Contatar a Rede	x			
Planejamento das ações		x		
Reunião presencial (local a definir)			x	
Elaboração da ata de reunião				x
Envio do documento aos/às participantes				x

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo é resultado da articulação entre vida pessoal, profissional e acadêmica como três dimensões que se retroalimentam e se conectam com a intenção de levar mais mundo ao mundo acadêmico e mais mundo acadêmico às práticas profissionais. Uma interação entre teoria e prática denominada de *práxis* por pensadores(as) como Paulo Freire, bell hooks e Patrícia Hill Collins, os(as) quais deram um sentido ao referencial teórico explanado ao longo da pesquisa que buscou responder a duas perguntas interconectadas:

1) Qual o papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos (as) jovens ex-integrantes à luz das determinações legais quanto à garantia destes, como sujeitos de direitos?;

2) Como se dão as trajetórias de vida dos(as) jovens negros(as), ex-integrantes do Programa Caminhos da Cidadania, a partir de marcadores sociais interseccionais de classe, raça, gênero, geração território?

Para tal intento, os caminhos metodológicos adotados situaram a pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell e Creswell, 2021), onde 13 ex-integrantes do programa, jovens de idades variando entre 16 e 21 anos, em sua maioria negros(as), que participaram dos ciclos relativos a 2019-2020 e 2021-2022, foram ouvidos na pesquisa de campo por meio de Rodas de Conversa (RC's) e Entrevistas Semiestruturadas Individuais (ESI's).

Na análise e interpretação das falas obtidas por meios das RC 's, e eventualmente, por meio de ESI's, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC) tendo como referência a ideia de que esse método contém pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem (Franco, 2021). Também abarca a compreensão do que significa uma mensagem, o que dela se pode inferir a partir do dito e do interdito, das entrelinhas, da leitura de mundo nela implícita.

Da análise e interpretação das falas dos(as) participantes de pesquisa, depreende-se que o Programa Caminhos da Cidadania, exerceu influência positiva em suas trajetórias de vida, principalmente no que concerne ter sido um espaço possibilitador de diálogos e reflexões sobre diversidade, orientação profissional e projeto de vida.

Encontros coletivos propiciados pelo programa, conduzidos por educadores (as) sociais, lhes possibilitaram adentrar em temas como história e cultura afro, o que contribuiu para valorização da diversidade e de uma identidade negra positiva. Fato que talvez seja

consequência das ressonâncias do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), alterado pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que obriga o ensino de história da cultura afro-brasileira e indígena nos sistemas de ensino brasileiro, para além dos espaços formais de escolarização.

Em relação à orientação profissional, os(as) participantes de pesquisa também consideraram as aprendizagens recebidas do Programa Caminhos da Cidadania como relevantes, ao terem a oportunidade de adquirir habilidades básicas como, por exemplo, saber como se portar em entrevista de emprego ou elaborar adequadamente um currículo. Ademais, a parceria e articulação estabelecidas entre o programa e o CIEE foi mencionada como um aspecto positivo, pois possibilitou o ingresso de muitos integrantes, à época, no Jovem Aprendiz.

Apesar do aspecto positivo desta parceria, ressalta-se, novamente, a sutil linha tênue, previamente abordada em um estudo anterior desta pesquisadora, sobre a possível perpetuação da dicotomia entre uma educação direcionada para os mais privilegiados e outra voltada para os menos favorecidos.

Outro ponto relevante levantado pelos(as) participantes de pesquisa em relação ao Programa Caminhos da Cidadania foi em relação aos aconselhamentos recebidos em momentos desafiantes da trajetória de vida como, por exemplo, na experiência de gravidez precoce de uma das adolescentes participantes do programa, que encontrou neste, apoio e escuta para lidar com tal problemática.

A bolsa financeira, apesar de baixa, R\$190,00 também apareceu como um ponto positivo, por ser uma renda que lhes auxiliava com as próprias despesas, na aquisição de objetos de consumo, no investimento em outros cursos profissionalizantes, bem como um auxílio financeiro nas despesas familiares.

Outrossim, os (as) participantes da pesquisa também apontaram uma certa crítica relacionada à incompatibilidade de algumas tarefas infantilizadas realizadas no Coletivo e inapropriadas à idade deles(as), como atividades de colorir, por exemplo.

Não obstante, no que concerne à efetivação destes como sujeitos de garantias de direitos, pondera-se que tais garantias descritas no artigo 227, da CF/88, de assegurar o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, ainda carece de maior consolidação na prática.

Suas trajetórias de vidas, permeadas de desafios e dificuldades alicerçadas na

intersecção de marcas identitárias que os(as) constituem: jovens (meninos e meninas); negros(as); pobres; residentes de territórios periféricos, os(as) expõem a maiores fatores de risco e vulnerabilidade social.

Seus relatos de vida dão conta, por exemplo, de obstáculos relacionados ao trabalho, materializados na dificuldade de arrumar emprego ou a submissão a relações empregatícias precarizadas, com poucas ou nenhuma garantia trabalhista, além de mal remuneradas. No tocante à educação, os desafios retratados vão desde à insatisfação ante a dissociação entre o que é ensinado na escola e às habilidades cognitivas e comportamentais requeridas pela sociedade, a relativização acerca da importância da escola como espaço de conhecimento e de estágio para ascensão social e econômica, inclusive com uma tendência de aquisição de conhecimentos e habilidades através das redes sociais digitais e da internet em detrimento do espaço escolar formal, até o abandono e evasão escolar diante da impossibilidade de conciliar estudo e trabalho.

A experiência da gravidez em idade precoce também é atravessada por situações adversas relacionadas às dificuldades financeiras, incertezas quanto ao futuro, abandono paterno, expressões de eixos discriminatórios referentes a desigualdade de classe, raça e gênero que atravessam as mães jovens ouvidas na pesquisa.

O direito e acesso à saúde pública, em especial a saúde mental, também é algo que parece estar longe do alcance dos(as) jovens sujeitos da pesquisa. Principalmente por verem a questão do tratamento como um privilégio do qual não fazem parte, mas também pela falta de acesso a canais de escuta onde possam expressar seus sofrimentos e angústias.

Apesar das circunstâncias desfavoráveis são jovens que se movem também como sujeitos de desejos, possuem sonhos de empreender, de viajar, de se formar, de terem uma vida estável que lhes permitam viverem uma vida digna para além de simplesmente sobreviverem a uma experiência de vida cheia de limitações e vicissitudes.

Um desses desejos, proferidos por alguns dos participantes da pesquisa, inclusive instigou algumas questões que poderão ser objeto de estudos futuros. Falas atreladas ao ato de empreender, relacionando empreendedorismo à liberdade ou, ao mercado financeiro, como meio de produzir dinheiro para si mesmo, despertaram o questionamento sobre até que ponto essa vontade, esse interesse, esse desejo manifesto, é a expressão do fenômeno do empreendedorismo como estratégia do capital para precarização das relações de trabalho?

Isso leva a um outro ponto que balizou a fundamentação teórica desta pesquisa: o estágio atual de capitalismo neoliberal. Uma sociedade reduzida cada vez mais ao individualismo, ao impulsionamento da flexibilização e precarização das relações de trabalho, à

relativização dos mecanismos de proteção social e, principalmente, à naturalização das desigualdades sociais e a concentração de renda na mãos de poucas pessoas onde problemas sociais concernentes à coletividade tendem a ser secundarizados ou até mesmo invisibilizados já que a ótica neoliberal é ela toda individualista.

Sob esse cenário, como pensar e construir espaços coletivos como possibilidade de explicitação das desigualdades que perduram e se multiplicam no Brasil e que incidem diretamente sobre os(as) jovens social e economicamente mais desprotegidos (as)? Esses, como salienta Carrano (2013) os(as) que mais sofrem o peso das injustas relações entre o capital e o trabalho, que são esmagados pelas estruturas políticas e econômicas que produzem os “jovens com futuro garantido” das classes superiores e os “jovens de vida incerta”, ocupantes dos estratos sociais e econômicos desfavorecidos.

Problemas complexos que demandam políticas públicas comprometidas com a criação de oportunidades e possibilidades que garantam à juventude, em especial à juventude negra e periférica, condições de vivenciarem trajetórias de vida mais dignas e condizentes com as garantias de direito às quais pela lei, fazem jus.

Nessa esteira, a Lei 12.711/ 2012 (Lei de Cotas), fruto de intenso debate acerca dos processos de exclusão socioeconômica e racial a que estão sujeitas as população pobre e sobretudo negra no Brasil, vem contribuindo, como ação afirmativa, para reverter este quadro de iniquidade, ampliando os espaços universitários, especialmente para jovens de 19 a 24 anos de idade, oriundos de escolas públicas, negros (as), indígenas, PcD's, que encontram nessa oportunidade, uma possibilidade de sonharem e realizarem projetos de vida mais dignos e de cidadania mais plena.

Também, o Plano Juventude Negra Viva, cujo Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para sua elaboração com vistas à redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e ao enfrentamento do racismo estrutural é uma iniciativa que representa uma resposta positiva e necessária de resgate das lacunas deixadas por seu precursor, o Plano Juventude Viva, descontinuado em 2015.

Em que pesem esses dois exemplos como avanços positivos em políticas públicas para a juventude, especialmente à juventude negra, que podem servir como inspiração para a formulação de ações mais efetivas, em todos os âmbitos: federal, estadual, municipal e distrital, ainda é longo o caminho para que se pavimente estruturas mais sólidas e robustas de políticas públicas direcionadas ao segmento juvenil.

Iniciativas que ainda carregam a marca de serem ações, projetos e programas desarticulados, pouco ou nada institucionalizados, fragmentários e descontínuos como,

inclusive, é o caso do Programa Caminhos da Cidadania, sob responsabilidade da SEDES-DF, objeto de estudo desta pesquisa, que foi interrompido em 2021.

Tal fato denota a necessidade premente de um comprometimento consistente e duradouro na formulação e implementação de políticas públicas destinadas à juventude, em especial à juventude negra e periférica, visando efetivação e continuidade, mas denota, sobretudo, pensar em uma nova cosmologia de cuidado e de ética que, como nos diz Freire (1996), condene qualquer forma de exploração contra o ser humano e que se manifeste contra qualquer forma de discriminação de raça, classe ou gênero.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 25-36, dez. 1997. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 nov. 2023.
- ABRAMOVAY, M., *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ABRAMOVAY, M., *et al.* **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, V.; DALSENTER, T. Famílias monoparentais, vulnerabilidade social e cuidado. **Revista Brasileira de Direito Civil**, [S. l.], v. 28, n. 02, p. 77, 2021. Disponível em: <https://rbdcivil.emnuvens.com.br/rbdc/article/view/626>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- AMORIM, C. L. R. de .; ALÉSSIO, R. L. dos S.; DANFÁ, L.. Mulheres negras e construção de sentidos de identidade na transição capilar. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e224920, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dRypKk7v87mgYDxSWHqYt5f/#>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ANDRADE, C. C. de. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2625> . Acesso em: 25 abr. 2023.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 14ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. Edição Kindle.
- ALMEIDA, W. Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 23, p. 89 - 105, jan/abr., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3224/7585>. Acesso em: 31 out. 2023.
- ALVES, R. **Sobre o tempo e a eternidade**. 12ª ed. Campinas, SP: Papyrus.
- ARAÚJO, C. M.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 169 -194, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- ASSIS, T. DE S. C. *et al.*. Pregnancy in adolescence in Brazil: associated factors with maternal age. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, n. 4, p. 1055–1064, out. 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/dkrTfCZCKygRMJ5hpn9d5Ry/?lang=pt#>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BAPTISTA, R. Dez anos após sanção, norma passa por avaliação e reacende o debate sobre reserva de vagas para negros e indígenas em universidades. **Agência Senado**, 11/2/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em: 25 set. 2023.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**; tradução Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo/Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. 131 p.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTOTTI, M. Resenha Crítica da Obra: “Um Discurso sobre as Ciências”, de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 23, n. 41, p. 280–292, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/3007>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BLANCO, G. da S. **O impacto social do Programa caminhos da cidadania na vida dos(as) adolescentes participantes**: avanços e desafios. 2020. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2692>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOFF, L. **O pescador ambicioso e o peixe encantado**: a busca da justa medida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BORGES, E; MEDEIROS, C.A; d’ADESKY, J. (org.). **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BOURDIEU, P. A "Juventude" é Apenas uma Palavra. Entrevista com Pierre Bourdieu. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>. Acesso em: 10 fev. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República- Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. **Lei 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm#:~:text=At%C3%A9%20quarenta%20e%20cinco%20dias,e%20ao%20cargo%20a%20que. Acesso em: 04 nov. 2023.

_____. Presidência da República- Casa Civil. **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 2 de nov. 2023.

_____. **Lei nº 11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

_____. Ministério da Cidadania. **A assistência social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 03 maio 2023.

_____. Ministério da Cidadania. **PNAS e NOB-SUAS.** 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/view. Acesso em: 03 maio 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 de out. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, v. 1, 1ª ed., 2012

_____. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

_____. **Secretaria Nacional de Juventude.** Estação juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014. 128 p.

_____. **Atlas da Violência 2017.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

_____. **Decreto nº 9.306**, de 15 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico** / Secretária Nacional de Juventude. - Brasília: SNJ, 2018. 52 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/programas/PlanoJuventudeVivaUmlevantamentohistorico.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

_____. **Medida Provisória nº 1.061**, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1061.htm. Acesso em: 04 nov. 2023.

_____. **Lei nº 14.284**, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm. Acesso em: 04 de nov. 2023.

_____. **Decreto nº 11.444**, de 21 de março de 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva.

_____. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.601-de-19-de-junho-de-2023-491017396>. Acesso em 02 de nov. 2023.

_____. **Lei nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm#:~:text=At%C3%A9%20quarenta%20e%20cinco%20dias,e%20ao%20cargo%20a%20que. Acesso em: 04 nov. 2023.

_____. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.** Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.459%20C%20DE%2013,7%20de%20dezembro%20de%201940. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL VOLTA AO MAPA DA FOME DAS NAÇÕES UNIDAS. **Jornal Nacional**, 06 de julho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nao-es-unidas.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRAGA, K. G. Vozes da Amazônia. Conectando mentes para enraizar direitos das juventudes. **Nexo Jornal**, 24 jan. de 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2023/Conectando-mentes-para-enraizar-direitos-das-juventudes->. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRUGUÉ, J.; FRANZI, M. P. Entre la deliberación y la negociación: el caso de la Mesa de la Montaña en Aragón. **Revista de Estudios Políticos**, Madri, n. 158, p. 75-101, out./dez. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4130418>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRUGUÉ, Q.; CANAL, R.; PAYA, P. ¿ Inteligencia administrativa para abordar" problemas malditos"? El caso de las comisiones interdepartamentales. **Gestión y política pública**, Cidade do México, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v24n1/v24n1a3.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

BUFFON, A. D.; MARTINS, M. R; NEVES, MCD. A Fenomenologia como Procedimento Metodológico em Pesquisa Qualitativa na Formação de professores. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcos-Neves-6/publication/341849802_A_Fenomenologia_como_Procedimento_Metodologico_em_Pesquisa_Qualitativa_na_Formacao_de_professores_Phenomenology_as_a_Methodological_Procedure_in_Qualitative_Research_in_Teacher_Training/links/5ed7017392851c9c5e749f9b/A-Fenomenologia-como-Procedimento-Metodologico-em-Pesquisa-Qualitativa-na-Formacao-de-professores-Phenomenology-as-a-Methodological-Procedure-in-Qualitative-Research-in-Teacher-Training.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

CAMPOS, G. W. De S.. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sQgGPbjSPqPSqYnsZxWvxwf/?format=html&lang=pt#> -. Acesso em: 23 jan. 2023.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 01-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

CARNAÚBA, R. A. (2019) **Trajetórias de adolescentes negras e mães: por outras Histórias, por outras Políticas Públicas**. Dissertação de Mestrado em Educação, Publicação PPGE-MP.DM – 2019, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, DF, 173p, 2019. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/37558/1/2019_RayssaAra%c3%bajoCarna%c3%baba.pdf. Acesso em 13 nov. 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANO, P. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: JULIÃO, E. F.; VERGÍLIO, S. S. (Orgs.). **Juventude, políticas públicas e medidas socioeducativas**. Rio de Janeiro, 2013. p. 17-36. Disponível em: <https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/06/doctrina41391.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues, MARINHO, Andreia Cidade ; OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. spe, p. 1439–1454, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/P9xX7fLYt8MSgL4VmcGK4ft/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CASTRO, E. G. De .; MACEDO, S. C.. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1214–1238, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CEPAL, N. U. *et al.* **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. 2004. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/19120>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CERQUEIRA, L. O empreendedorismo como estratégia da precarização do trabalho: reflexões sobre a realidade brasileira e a crise do capital. In C. A. Lima, J. C. dos Santos, M. N. dos Santos, *et al.* (Orgs.), **Perspectivas sobre a Universidade Pública: experiências, diálogos e produção do conhecimento**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/perspectivas-sobre-a-universidade-publica-experien-cias-dialogos-e-producao-do-conhecimento>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CHACINA DO BOREL. Apresentação: Cristian Malheiros; Andreza Delgado. Coordenação: Thiago Amparo; Marta Machado; Juliana Farias; Paulo César Ramos. Pesquisadoras: Inara Firmino; Poliana Ferreira; Sofia Toledo; Júlia Goldani. Núcleo de Justiça Racial e Direito (NJR), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). [S.I]: **Justiça em Preto e Branco**, 24 nov. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0S1BXYxuSkvdv6Wi8vTY4>. Acesso em: 13 set. 2023.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-PDAD 2018 -Ceilândia**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por **Amostra de Domicílios-PDAD 2021 - Distrito Federal**. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf - Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por **Amostra de Domicílios-PDAD 2021 - Ceilândia**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Ceilandia.pdf> - Acesso em: 15 jan. 2023

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por **Amostra de Domicílios-PDAD 2021 - Sol Nascente/ Pôr do Sol**. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Sol_Nascente_-_Por_do_Sol.pdf - Acesso em: 15 jan. 2023

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por **Amostra de Domicílios-PDAD 2021 - Plano Piloto**. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Plano_Piloto.pdf - Acesso em 15 jan. 2023.

COLLINS, P.H; BILGE, S. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COUTO, M. **O fio das missangas**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **E se Obama fosse africano: e outras intervenções**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COUTO, B. R. *et al.* O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, p. 205-217, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Roberto-Rodrigues-5/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200 . Acesso em: 4 abr. 2023.

CRENSHAW, K. **Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p.7-16.

CRESWELL, J.W; CRESWELL, J.D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** [recurso eletrônico]. 5ª ed. -Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, F. N. B. **Desenvolvimento Democrático em Tempos Incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Capítulos 2 e 3. Brasília: Editora UnB, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/63>. Acesso em: 21 set. 2023.

CRUZ, F. N. B. *et al.*. Caminhos da Ação Pública Transversal para o Desenvolvimento Democrático. In: ALMEIDA; L.S.B; RODRIGUES, M.I.; SILVEIRA, R.M.C; MELLO, C.. (Org.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020, v. 1, p. 27-43. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/23.10_Contribuicoes-do-Campo-de-Publicas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

CUSTÓDIO, A. V.; DOS SANTOS, C. L. Mortalidade da Juventude Negra e Pobre no Brasil: A Omissão do Estado na Implementação de Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 27, n. 1, p. 190-214, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1037/pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DE FIGUEIRÊDO, A. A. F.; DE QUEIROZ, T. N.. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2012. **Anais Eletrônicos**: Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384186533_ARQUIVO_AlessandraAniceto.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial 8 de março - Dia da Mulher, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 14 nov. 2023

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.737**, de 29 de dezembro de 2011. Estabelece critérios e parâmetros para suplementação do Programa Bolsa-Família, na forma do Plano DF sem Miséria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70270/Lei_4737_29_12_2011.html. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas e Metodológicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Distrito Federal**. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. Portaria nº 202, de 23 de dezembro de 2016. **Disciplina os procedimentos operacionais para implantação do PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA**, instituído pelo artigo 6º, da Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/042e7ee74a724b11a46ff027e05829ff/sedestmidh_prt_202_2016_rep.html. Acesso em: 03 de jul. 2020.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Caderno do Educador Social-Traçado Metodológico**, 1ª ed. Brasília, 2016.

_____. **Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021**. Institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/40d9acb49b074f92826c714acbd4fbb4/Lei_7008_2021.html#capVIII_art23. Acesso em: 04 nov. 2023.

. **Decreto nº 42.872, de 29 de dezembro de 2021**. Regulamenta a Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021, que institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ca8aa4e75de24b0b920e899fa213d388/exec_dec_42872_2021.html#capI_art1. Acesso em: 04 nov. 2023.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Universitária, 2017.

DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, M. Do C.. As Origens Movimentistas de Políticas Públicas: Proposta Analítica Aplicada às Áreas de Criança e Adolescente, Direitos Humanos e Saúde. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 47–80, set. 2018.

DUARTE, R.. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar., 2002 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/#> -. Acesso em: 22 jan. 2023.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 2 nov. 2023.

ESTRELA, F. M. *et al.*. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, Feira de Santana, v. 25, n. 9, p. 3431 - 3436, set., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?format=html&lang=pt#> -. Acesso em: 24 jan. 2023.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-96.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en> -. Acesso em: 26 jan. 2023.

FAO. SOFI 2021: **Relatório da ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo**, Roma, 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/> -. Acesso em: 23 jan. 2023.

FARAH, M. F. S. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: o fato à complexidade. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 69, p. 53 - 84, 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3583>. Acesso em: 19 set. 2023.

FAUSTINO, G. O.; HÜNING, S. M. O Plano Juventude Viva e a rede de políticas de juventude para enfrentamento à violência em Alagoas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1413-1432, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844506017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

FILICE, R. C. G; Tem racismo no Brasil! E, eu com isso?: uma reflexão sobre políticas

afirmativas, educação, o artigo 26-A da LDB no Distrito Federal e você. In: **Acusações de racismo na capital da República** : obra comemorativa dos 10 anos do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT. Thiago André Pierobom de Ávila (coord.). Brasília : MPDFT, Procuradoria Geral de Justiça, 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

FRANÇA FILHO, JL. Acerca da fenomenologia existencial de Maurice Merleau-Ponty. In: LIMA, ABM., org. **Ensaaios sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty [online]**. Ilhéus, BA: Editus, 2014, pp. 77-102. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/pcd44/pdf/lima-9788574554440-04.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, D. de; GALVAO, C. O uso de narrativas autobiográficas no desenvolvimento profissional de professores. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 219-233, nov. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FREITAS, F. da S.. Pelo Direito à vida segura: um estudo sobre a mobilização negra pela aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1335–1355, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/XnmwvQNC96nxjWLfwT5RDMc/#> . Acesso em: 18 de out. de 2023.

FREITAS, A. L. de. **A educação financeira e a inserção do jovem no mercado financeiro**. 2020. 46 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27610>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KxshC7YgLVQW7MF8tG3Mj7r/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 de out. 2023.

GAMA, C. A. P. DA .; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L.. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 1, p. 69–84, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Lz5jfWb83DWPs7prFwC4XXL/?lang=pt#>. Acesso em; 15 nov. 2023.

GARNICA, A. V. M.. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 109–122, ago., 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/CMZhfgQZbFHBdTjg9fFWpkd/?lang=pt#> . Acesso em: 1º abr. 2023.

GODOI, M. S. de; SANTOS, M. A. dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 25 set. 2023.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. De P.. Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 197- 406, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>. Acesso em: 21 maio 2023.

GOMES, S.; MOURA, J.; A., Jenair. O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 87, p. 623-640, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/947jmYwNjv8L5gphVpvYGJy/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2023.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32515/1/2017_eve_afgussibroliveira.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

HALPERN,C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública. Osmany Porto De Oliveira; Patrick Hassenteufel. **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**, Escola Nacional de Administração Pública (Brasil), pp.31 - 59, 2021.

hooks, b. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019.** PNAD contínua, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Educação 2019.** PNAD contínua, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48, 2ª ed., 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 2 jan. 2023.

_____. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira :** 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

_____. **Estatística do Registro Civil 2021.** Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-10. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2021_v48_informativo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

CARREIRA, D.; HERINGER, R. (Orgs.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas.** Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço;** tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, B-C. **Sociedade paliativa;** tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise psicológica,** Lisboa, v. 3, n. 24, p. 363-372, 2006. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/176/pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

HONORATO, G.; ZUCCARELLI, C.; CARVALHAES, F.; KLITZKE, M.; COELHO, R. Trajetória das desigualdades raciais na educação superior e o acesso às universidades federais sob a Lei de Cotas. *In:* HERINGER, R.; CARREIRA, D. (Orgs). **10 anos da Lei de Cotas: Conquistas e perspectivas.** Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

INSTITUTO CÍCLICA: Ideias em Movimento. **Evidências sobre as Políticas Federais de Juventude no Brasil:** mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020. Porto Alegre, 2021. Disponível em:

https://institutociclica.org/wp-content/uploads/2023/08/ciclica-relatorio_evidencia.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

JACCOUD, L.; THEODORO, M. Raça e Educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Organizador). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527332009>. Acesso em: 28 fev. 2023.

KEPPLE AW; SEGALL-CORRÊA AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/?format=pdf&lang=pt> -. Acesso em: 19 jan. 2023.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização?. **Brazilian Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 564-574, out./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4qDF8Yvm33v8bMPLHrbBK7P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2023

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/#>. Acesso em: 13 out. 2023.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LASSANCE, Antonio. Como elaborar projetos de intervenção para a implementação de políticas públicas? In: **Texto para Discussão (TD) da Diretoria de Estudos Internacionais (DINTE)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. 1a edição. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11630/1/Publicacao_preliminar_TD_Como_elaborar_projetos.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

LIMA, ABM., (org). **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilhéus, BA: Editus, 2014, 124 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/pcd44> . Acesso em 03 abr. 2023.

LOPES, R.E. *et.al.* Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 114-130, set., 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4933/art08_23.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

MAINARDES. J. **Pesquisa Etnográfica: Elementos essenciais**. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305331753_Pesquisa_etnografica_elementos_essenciais/link/5d0acf1b299bf1f539d174d7/download. Acesso em: 02 abr. 2023.

MARCONDES, M. M.; SANDIM, T. L.; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 10, n. 1, p. 22-33, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351557762003/html/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MARQUES, E. C. L. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, sup 2, e00002318, 2019. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/site/artigo/764/notas-sobre-redes-estado-e-politicas-publicas>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MATTOS, CLG.; CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro. **Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo, Usina Editorial, 2020. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Acesso em: 25 de out. de 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MDS-SAGI. **Estudo Técnico No. 01/2014-Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MELO, T. A. de S.; GOMES, A. T.; GOMES, L. A.; HERCULANO, D. da P.; MORCELI, G.; JANUÁRIO, G. da C. Gravidez na adolescência: perfil sociodemográfico de adolescentes grávidas no período de 2015 até 2019. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 12, p. e48, 2022. DOI: 10.5902/2179769268969. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68969>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MENDES, J. M. Risco, Vulnerabilidade Social e Resiliência: Conceitos e Desafios. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 7, p. 463–492, 2018. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6553. Acesso em: 3 maio 2023.

MONTANA, M.; AUGUSTO MELO DA SILVA, M.; DE AGUIAR MELO, M. Vulnerabilidades sociais expostas pelo Covid-19 no Brasil. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 91–118, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/11553>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MONTEIRO, S. R da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.17, n. 2, p. 29-40, jul.-dez.2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/40317461-O-marco-conceitual-da-vulnerabilidade-social.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MONTEIRO, J. (2013). **Quem são os jovens Nem-Nem?**: Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto para discussão: FGV-IBRE, (34), p. 1-17. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11661>. Acesso em: 11 maio 2022.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5314158/mod_folder/content/0/Moraes%20AN%C3%81LISE%20DE%20CONTE%C3%9ADO%201999.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 3. ed., 2007.

MOTORYN, P. Bolsonaro cortou 93% do orçamento da Secretaria de Juventude e acabou com políticas públicas. **Brasil de Fato**, Brasília (DF), 27 de Junho de 2022, às 06:24. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-d-e-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

MOURA, A. F.; LIMA, M. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 95, 2014. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/23ac2587640666ea1799b2197c7b1f00/1?pq-origsite=scholar&cbl=4514812>. Acesso em: 12 set. 2023.

MOURA, J. T. V. de; SILVA, J. A.; GOMES, S. C. As articulações do movimento negro na I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: estratégias de atuação da sociedade civil em arenas participativas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v.2, n.1, pp. 62-81, jul., 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?as_vis=1&q=As+articula%C3%A7%C3%B5es+do+movimento+negro+na+I+Confer%C3%Aancia+Nacional+de+Pol%C3%ADticas++P%C3%BAblicas+de+Juventude:+estrat%C3%A9gias+de+atua%C3%A7%C3%A3o+da+sociedade+civil+em+arenas++participativas&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 18 out. 2023.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mullerpp>. Acesso em: 25 out. 2023.

NERI, M. Transferência de renda instável agravou insegurança alimentar. [Entrevista concedida a] Marcelo Roubicek. **Nexo**, 06 jun. de 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2022/06/06/%E2%80%98Transfer%C3%Aancia-de-renda-inst%C3%A1vel-agravou-inseguran%C3%A7a-alimentar%E2%80%99> -. Acesso em: 25 jan. 2023.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: MENDES, M. I. de A.; EUGENIO, F. (orgs.), **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

OLIVEIRA, A. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação?. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p.

69-81, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432013000200007&script=sci_abstract. Acesso em: 14 abr. 2023.

OLIVEIRA, M. M de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7ª ed. revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, B. R. G; ROBAZZI, M. L. do C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.9, n.3, p. 83-89, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2023.

Organización Panamericana de la Salud; Fondo de Población de las Naciones Unidas; Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. **Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe**. Informe de consulta técnica (29-30 agosto 2016, Washington, D.C., EE. UU.). ISBN: 978-92-75-31976-5. © 2018. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34853/9789275319765_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 nov. 2023.

OXFAM-BRASIL. **A Distância que nos une - um retrato da realidade brasileira**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n.105-106, p. 139-165, 1990.

_____. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I. de A., EUGENIO, F. (orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 7-21.

PATRIOLINO, L. De volta ao Mapa da Fome, Brasil tem 60 mi de pessoas com insegurança alimentar. **Correio Braziliense**, 07 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/07/5020611-pais-esta-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu.html> -Acesso em: 23 jan. 2023.

PIZA, S. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 129-148, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129>. Acesso em: 08 maio 2023.

PIRES, Diniz *et al*. Educação financeira como estratégia para inclusão de jovens na Bolsa de Valores. **Tourism & Management Studies**, v. 3, p. 720-730, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743876003.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023.

PEREIRA, J. Os limites das ações comunitárias de assistência. **RADAR favela Covid-19** edição 12, julho-agosto 2021. Org.: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/radar-Covid-19-favela-12a-edicao>. Acesso em: 23 jan. 2023.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN.** -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

REINACH, S. A "transversalidade" brasileira: uma construção própria que vai além das influências internacionais. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos.* Florianópolis: 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386769741_ARQUIV_O_SofiaReinach.pdf. Acesso em 13 de out. 2023. ISSN 2179-510X.

RIBEIRO, D. **Gentilidades: Uira à procura de Maíra, Casa Grande & Senzala, Salvador Allende e a Esquerda Desvairada.** Porto Alegre: L & PM, 1997.

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 245-262, jan./jun., 2017. Disponível em <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/476/0>> Acesso em: 20 nov. 2022.

RITTEL, H. WJ; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy sciences**, v. 4, n. 2, p. 155-169, 1973. Disponível em: https://www.pangaro.com/sva2010/Rittel+Webber+Dilemmas+General_Theory_of_Planning.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 376-406.

RODRIGUES, D. S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Psicologia cultural e socioeducação: reflexões sobre desenvolvimento humano e infração juvenil. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 104-118, abr., 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2023.

ROSSATO, C; GESSER, V. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. *In: CAVALLEIRO, E. (org). Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Summus, 2001.

SANCHEZ-GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** 2ª ed. Chapecó, SC: Argos, 2014.

SANTOS, F. B. DOS; SILVA, S. L. B. DA. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da Covid-19. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul., 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/QBynWtkgc7jCssMMFHvZwWm/?lang=pt#>. Acesso em 24 jan. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SARMENTO, M. J. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. *In*: N. Zago; Pinto de Carvalho; R. A. T. Vilela (Orgs.) **Itinerários de Pesquisa -Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 137-179. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/36757>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SCHERER, G. De equivocados a vítimas: as juventudes como para-raios das transformações sociais. Entrevista por João Victor Santos. **IHU On-Line**, São Leopoldo, n. 536, maio, 2019. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao536.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SCHWARCZ, L.M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SERRA, A. La gestión transversal: expectativas y resultados. **Revista del CLAD - Reforma y Democracia**, Caracas, n. 32, p. 1-17, jun., 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3575/357533664002.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 276-287, jun./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/69qXg9JnDdXvQjJYsN7KhQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA JUNIOR, L. A.; LEÃO, M. B. C.. O software ATLAS.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 24, n. 3, p. 715–728, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/yBwC9L74v4vD3s4PwVXggsk/#>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA JÚNIOR, P. R. da; MAYORGA, C.. Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 645–665, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/68641>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SILVA, M. P. da. As políticas de ações afirmativas no Brasil – conflito e inovação no processo de reconhecimento do racismo pelo Estado brasileiro como objeto de desigualdade social no país. *In*: COPENE- Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Re) Existência Intelectual Negra e Ancestral - 18 anos de enfrentamento, 2018, Uberlândia. **Anais Eletrônicos**. Uberlândia: 2018. Disponível em:

https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538442892_ARQUIVO_ABPN.rereRevisado.MariaPalmiradaSilvaXCOPENE-.pdf . Acesso em: 03 mar. 2023.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>. Acesso em 02 nov. 2023.

SOARES, J. A. R.. O Governo Temer: Uma Nova Fase de Acumulação de Capital pela Expropriação. **Boletim de Informações FIPE**, [S.L], n. 507, dez.,2022. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif507-29-35.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2023.

SOUSA SANTOS, B. DE . Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n.2, maio de 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?lang=pt#>. Acesso em 27 dez. 2022.

SOUSA, Hudson Wallença Oliveira e. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, [S.l.], v. 24, n. 4/6, p. 33-35, dec. 2012. ISSN 2318-9312. Disponível em: <<https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=13>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, L. Por que junho de 2013 marcou o Brasil? Publicado em 06/06/2023. Atualizado em 30/08/2023. **Politize!**. Disponível em: https://www.politize.com.br/por-que-junho-de-2013-marcou-o-brasil/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwJKqBhCaARIsAN_yS_nphJcbmQLh_vg1QP3egF1OI0f8P2nSSLAyvm-4a9uiCfcfp6ZtRkaAmPzEALw_wcB. Acesso em: 30 de out. 2023.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, T. Y. de; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; RODRIGUES, D. S. Adolescência como fenômeno social. Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. *In*: BISINOTO C. (org.). **Docência na Socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p.115-145. Disponível em: <https://docenciasocioeducacaounb.wordpress.com/sobre/material-livros/>. Acesso em: 12 out. 2022.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 13-56. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2023.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. de S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e 227146. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227146>. Acesso em: 29 out. 2022.

TAVARES, V. Saúde mental: especialistas falam sobre os desafios no cuidado de jovens e adolescentes. **EPSJV/Fiocruz**, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/saude-mental-especialistas-falam-sobre-os-desafios-no-cuidado-de-jovens-e-adolescentes>. Acesso em: 18 nov. 2023.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. L.], v. 8, n. 1, p. 205–219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TIBURI, M. **Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira** [recurso eletrônico]. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. Recurso digital.

TRAD, L. A. B.. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2023.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Juventudes: desafios contemporâneos conceituais. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 262-273, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1371>. Acesso em: 13 abr. 2023.

..... Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 11, n. 2, p. 278-294, dez., 2016 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr.2023.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. Do governo à governança: permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 228-253, 2018. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/4800>. Acesso em: 15 de out. 2023.

UNICEF. **The state of the world's children 2021: Promoting, protecting and caring for children's mental health**. Regional Brief: Latin America and the Caribbean. October 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/108126/file/SOWC-2021-Latin-America-and-the-Caribbean-regional-brief.pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. *In*: ALMEIDA, M. I. M; De; EUGENIO, F (orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p.192-200.

ANEXOS

Anexo A

Escala EBIA

- 1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
- 2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
- 3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
- 4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
- 5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 8 - Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf> - Acesso em: 18 jan. 2023.

Anexo B**Roteiro de questões norteadoras RC's e entrevistas semiestruturadas**

1. Nome, idade e ano em que participaram do Programa Caminhos da Cidadania.
2. Aspectos do Programa considerados os mais benéficos ou valiosos.
3. Metas de vida ou aspirações: objetivos e planos futuros.
4. Como o programa ajudou a lidar com questões relacionadas à educação, emprego ou outras áreas importantes.
5. Sugestões de aprimoramento do Programa Caminhos da Cidadania
6. Vida atual como jovem.
7. Interação com tecnologia e mídias sociais.
8. Saúde mental ou bem-estar emocional.
9. Questões sociais, raciais, políticas e ambientais.

Anexo C**Questionário de Perfil do (a) Participante da Pesquisa**

Agradecemos por participar deste estudo. Para nos ajudar a entender melhor nosso público, gostaríamos de coletar algumas informações demográficas. Por favor, responda às seguintes perguntas:

1. Idade: _____

2. Raça/Etnia:

Branca Preta Parda Amarela Indígena

3. Sexo:

Masculino Feminino

4. Gênero com o qual você se identifica:

Masculino Feminino Não-binário Outro

5. Escolaridade:

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Graduação Incompleta

Graduação Completa

Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)

6. Estado Civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

União Estável

Divorciado(a)

Viúvo(a)

Outro (especifique): _____

7. Profissão: _____

Suas respostas são estritamente confidenciais e serão usadas apenas para fins de análise de perfil demográfico. Elas não serão associadas ao seu nome ou qualquer informação de identificação pessoal. Obrigado por sua colaboração!

Anexo D**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA GRAVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTA EM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Título do Estudo: DE "DE MENOR" A SUJEITOS DE GARANTIA E DIREITOS? Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos (as) jovens negros/ negras egressos(as) do programa (provisório)

Pesquisadora Responsável: GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Este termo solicita seu consentimento para participar de uma entrevista gravada para pesquisa de mestrado conduzida pelo pesquisador, GRAZIELLE DA SILVA BLANCO. Sua participação é voluntária, e você pode retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalização. Na entrevista, discutiremos sua experiência no programa Caminhos da Cidadania, sua trajetória de vida e sua visão sobre a juventude em seu contexto social. A gravação será usada apenas para fins acadêmicos, mantendo total confidencialidade. Suas informações pessoais serão mantidas em sigilo, e você será identificado por um pseudônimo ou como "participante" para garantir anonimato.

Seus direitos como participante:

- Perguntar e esclarecer dúvidas antes, durante ou após a entrevista.
- Recusar responder qualquer pergunta durante a entrevista.
- Retirar seu consentimento a qualquer momento.

Se tiver dúvidas ou preocupações, entre em contato com GRAZIELLE DA SILVA BLANCO pelo e-mail: grazi.blanco29@gmail.com.

Consentimento: Eu,xxxxxxx li e compreendi as informações apresentadas neste termo de consentimento. Concordei voluntariamente em participar da entrevista e em permitir que minhas falas sejam gravadas e utilizadas na dissertação de mestrado conforme descrito acima.

Nome do Participante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Brasília, DF xxx de outubro de 2023

Anexo E**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA GRAVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTA EM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Título do Estudo: "DE MENOR" A SUJEITOS DE GARANTIA E DIREITOS? Um estudo do papel social do Programa Caminhos da Cidadania na trajetória de vida dos(as) jovens negros/negras egressos(as) do programa (provisório)

Pesquisadora Responsável: GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Este termo solicita seu consentimento para participar de seu/sua filho (a) numa entrevista gravada para pesquisa de mestrado conduzida pelo pesquisador, GRAZIELLE DA SILVA BLANCO. Essa participação é voluntária, e você pode retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalização. Na entrevista, discutiremos a experiência Deste (a) no Programa Caminhos da Cidadania, sua trajetória de vida e sua visão sobre a juventude em seu contexto social.

A gravação será usada apenas para fins acadêmicos, mantendo total confidencialidade. As informações pessoais serão mantidas em sigilo.

Seus direitos como responsável pelo (a) participante da pesquisa

- Perguntar e esclarecer dúvidas antes, durante ou após a entrevista.
- Recusar responder qualquer pergunta durante a entrevista.
- Retirar seu consentimento a qualquer momento.

Se houver dúvidas ou preocupações, entre em contato com GRAZIELLE DA SILVA BLANCO pelo e-mail: grazi.blanco29@gmail.com.

Eu, xxxxxxxxxxx, autorizo voluntariamente a participação de meu/minha filho(a), xxxxxxxxxxx, na entrevista para pesquisa de mestrado conduzida pela pesquisadora GRAZIELLE DA SILVA BLANCO. Entendo que a participação é voluntária e que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem penalização.

Nome do Pai/Responsável Legal: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: _____

Brasília, DF _____ de outubro de 2023

Anexo F

CÓDIGOS GERADOS	QUANT. VEZES
Redes sociais	24
PERCEPÇÃO DO PROGRAMA	23
Educação	18
Trabalho	18
Crítica à educação	14
Emprego	14
Racismo	14
Desigualdade social	11
Sistema educacional	10
Aprendizado	9
Ensino superior	9
Saúde mental	9
Empreendedorismo	8
Influência	8
Cultura afro: Valorização da identidade afro	7
Gostos pessoais	7
Gravidez	7
Descontentamento político	6
Dinheiro	6
Condições de trabalho	6
Influência positiva	6
Referência cultural	6
Relações familiares	6
Tecnologia	6
Autoaceitação	4
Auxílio financeiro	4
Bem-estar social: Desafios da maternidade	4
Descontentamento político: Descontentamento com o sistema	4
Diversidade: Melhoria do programa	4
Preocupações educacionais e profissionais: Frustração com o sistema educacional	4
abandono escolar	4
Desigualdade socioeconômica	3
Dificuldade de arrumar emprego	3

Discriminação	3
Diversidade: Ser mãe solteira	1
Economia	3
Política	3
Preconceito racial	3
Redes sociais: ferramenta de conhecimento	3
Redes sociais: ferramenta de trabalho	3
Sufrimento mental	3
Assistência social	2
Bem-estar social: Criação de conexões sociais	3
Corrupção	3
Desigualdade de gênero	2
Depressão	2
Desafios e adversidades: Baixo salário	2
Desafios e adversidades: Gravidez indesejada	2
Desafios profissionais	2
Empreendedorismo: Interesse em empreendedorismo	2
Internet: ferramenta de conhecimento	2
Orientação	2
Paternidade	2
Preconceito	2
Preocupações educacionais e profissionais: Descontentamento com sistema educacional	2
Agressão verbal	1
Bem-estar emocional	1
Bem-estar social: Condição de vida	1
Bem-estar social: Crítica à ideia de trabalhar para outros	1
Bem-estar social: Redes Sociais	1
Benefícios sociais	1
Concordância	1
Criticismo	1
Desafios e adversidades: Correr atrás	1
Desafios pessoais	1

Descontentamento político: Ceticismo político	1
Descontentamento político: Descrença política	1
Descontentamento político: Insatisfação com o sistema econômico	1
Descontentamento político: Preocupação com políticos	1
Desenvolvimento profissional	1
Desire for higher education	1
Dificuldades financeiras	1
Discordância	1
Diversidade étnica	1
Diversidade: Diversidade musical	1
Diversidade: Maternidade jovem	1
Empreendedorismo: Acesso a serviços de qualidade	1
Engajamento comunitário	1
Estudantes: Dificuldade de conciliar trabalho e estudos	1
Estudantes: Foco em concurso público	1
Exclusão	1
Futuro	1
Homofobia	1
Independência financeira	1
Inspirational figures	1
Inteligência artificial	1
Investimento em educação	1
Isolamento social: Isolamento social	1
Marketing digital: Conhecimento em marketing digital	1
Marketing digital: Uso de recursos online	1
Maternidade	1
Mercado financeiro	1
Motivação	1
Mudança de comportamento	1
Opinião	1
Opinião pessoal	1
Otimismo	1
Política: Despesas públicas	1

Política: Interesse em política	1
Preocupação com o futuro	1
Preocupação financeira	1
Preocupações educacionais e profissionais: Desconfiança nas instituições escolares	1
Preocupações educacionais e profissionais: Preocupação com a interferência do governo	1
Preocupações educacionais e profissionais: Preocupação com finanças	1
Preocupações educacionais e profissionais: Preocupação com o emprego	1
Pressão social	1
Racismo velado	1